UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

YURI FERREIRA MORIYAMA

**A produção do conceito de pulsão de morte:
uma análise institucional do discurso**

São Paulo

2019

YURI FERREIRA MORIYAMA

A PRODUÇÃO DO CONCEITO DE PULSÃO DE MORTE:

UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Área de Concentração: Instituições Educacionais e Formação do Indivíduo.

Orientadora: Profa. Livre Docente Marlene Guirado

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catlogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MORIYAMA, Yuri Ferreira

A produção do conceito de pulsão de morte: uma análise institucional do discurso / Yuri Ferreira MORIYAMA; orientadora Marlene Guirado. -- São Paulo, 2019.
112 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Análise Institucional do Discurso. 2. Psicanálise. 3. Pulsão de morte. 4. Freud, Sigmund (1846-1939). I. Guirado, Marlene, orient. II. Título.

Nome: MORIYAMA, Yuri Ferreira

Título: A produção do conceito de pulsão de morte: uma análise institucional do discurso

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Livre Docente _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Marlene, pela aposta...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Marlene Guirado, no que cabe em palavras, pela orientação e acompanhamento deste trabalho. Acompanhamento rigoroso, atencioso, estratégico, potente de ações. Pela paciência com os obstáculos e pela aposta neste pesquisador e profissional da psicologia, obrigado.

Ao Instituto de Psicologia, na ação de seus funcionários e docentes, que possibilitaram minha formação como profissional e pesquisador.

Ao Prof. Paulo Albertini, pela leitura atenta e disponibilidade imediata de me acompanhar na Qualificação e Defesa desta dissertação

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio de Lima, pelos comentários e correções que foram constituintes deste trabalho, em sua participação na Qualificação e disponibilidade para a Defesa. Também pelas discussões, pela viagem a apresentação em simpósio na formação rumo à um analista institucional do discurso.

Aos colegas do grupo de orientação, pelas discussões e leituras atentas, comentários rigorosos e certos, ou seja, pela colaboração direta na produção deste trabalho.

Um agradecimento especial ao Felipe Martins-Affonso, por um “empurrãozinho” necessário para desempacar a produção em determinado momento, e por toda vivência e colaboração no grupo de orientação, fora dele, e na atuação como psicólogo e como parceiro.

À Isildinha Baptista Nogueira, que como psicanalista pôde me acompanhar e ajudar na produção de trabalhos como este, além de mais investimento na vida, profissional, pessoal e acadêmica, e menos em produções de obstáculos que acabam surgindo. Obrigado a me ajudar a superar vários deles.

Aos membros do grupo IRA (Invenções e Redescrições Analíticas), pela possibilidade concreta de pensar e atuar com colegas na clínica como uma analítica da subjetividade.

À Equipe Novo Olhar, pela inestimável contribuição profissional, para formação e inspiração de trabalhos na clínica com crianças e produções acadêmicas na área.

Ao grupo de supervisão Verve, e de todos meus amigos psicanalistas que, na imersão na prática clínica e estudos de psicanálise, puderam contribuir com este trabalho numa aprendizagem por confronto.

Aos meus amigos, pelo carinho e apoio, pelo caminhar na vida.

À minha família, pelo apoio possível que possibilitou este trabalho, além de muito mais. À Tania Knapp, por existir, e pelo caminhar de mãos dadas.

RESUMO

MORIYAMA, Y. F. **A produção do conceito de pulsão de morte**: uma análise institucional do discurso. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo se inserir nas discussões que se propõem pensar *como* se dão as relações entre teoria e clínica, partindo de pesquisas orientadas pela estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso (AID). Para isto, o caminho desenhado para esta dissertação colocou o lugar da metapsicologia como uma questão, uma vez que pesquisas recentes apontaram uma hipótese de que a clínica psicanalítica se faz como o desvelamento de uma verdade sobre o paciente. Verdade produzida na escuta do psicanalista, na instância da teoria, da metapsicologia. A partir destas afirmações, elencamos um conceito da teoria, um dos mais abstratos da rede conceitual da psicanálise, para levantar nossa pergunta de pesquisa: como Freud *produz* o conceito de pulsão de morte? Para respondê-la, realizamos uma análise institucional do discurso do texto de sua invenção. Os resultados configurados por nossa análise apontaram, como uma característica especial que atravessa todo o texto, para um modo de produção não-linear, argumentativo e “cauteloso”, que pudemos relacionar à uma tensão, um perigo. Nesta tensão, temos produções impactantes para a instituição da teoria psicanalítica. Pudemos configurar também uma certa vontade de saber/verdade — que seria equivalente a fazer ciência — onde a teoria psicanalítica aparece, em momentos distintos do texto, ou (i) naturalizada, ou (ii) como algo produzido e relativizado no campo da especulação. Este último modo de enunciação pôde mostrar e demonstrar como o texto, acima de tudo, se configura como um discurso aberto. Também foi possível configurar os diferentes lugares que a clínica ocupa em relação à teoria: (i) a clínica como a reprodução da teoria; (ii) a clínica como lugar de investigação, como mote de produção para novos conceitos, novos sentidos; (iii) ou ainda, como um lugar que legitimaria as hipóteses, encarnando as produções teóricas. Em nossa discussão, pudemos configurar o perigo como uma ameaça para o próprio dispositivo teórico-clínico da psicanálise, gerado pela própria enunciação do conceito de pulsão de morte. Perigo este resolvido pela mescla das pulsões, desde o começo da vida, a partir das interlocuções com o discurso científico da biologia, pelo ponto de ataque dos instintos. Freud, na tensão argumentativa que ele mesmo cria, é exemplarmente produtivo.

Palavras-chave: Análise Institucional do Discurso; psicanálise; pulsão de morte; Freud, Sigmund (1856-1939).

ABSTRACT

MORIYAMA, Y. F. **The production of the concept of death instinct: an institutional analysis of discourse.** 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The present work has as objective to insert it in the discussions that propose to think how the relations between theory and clinic is made, starting from researches oriented by the thought strategy of the Institutional Analysis of the Discourse (IAD). For this, the path designed for this dissertation has placed the metapsychology as an issue, since recent research has pointed to a hypothesis that the psychoanalytic clinic is done as the unveiling of a truth about the patient. Truth produced in the listening of the psychoanalyst, in the instance of theory, of metapsychology. From these statements, we chose a concept of the theory, one of the most abstract of the conceptual network of psychoanalysis, to raise our research question: how does Freud produce the concept of the death instinct? To answer it, we perform an institutional analysis of the discourse of the text of its invention. The results of our analysis, as a special feature that crosses the whole text, pointed to a non-linear, argumentative and "cautious" mode of production that we could relate to a tension, a danger. In this tension, we have impacting productions for the institution of psychoanalytic theory. We could also configure a certain will to know/truth — which would be equivalent as doing science — where psychoanalytic theory appears at different moments in the text, or (i) naturalized, or (ii) something produced and relativized in the field of speculation. This last mode of enunciation could show and demonstrate how the text, above all, is configured as an open discourse. It was also possible to configure the different places that the clinic occupies in relation to the theory: (i) the clinic as the reproduction of the theory; (ii) the clinic as a place of investigation, as a motto of production for new concepts, new meanings; (iii) or, as a place that would legitimize the hypotheses, embodying the theoretical productions. In our discussion, we were able to configure the danger as a threat to the very theoretical and clinical device of psychoanalysis, generated by the very enunciation of the concept of the death instinct. This danger is solved by the mixture of instincts from the beginning of life, from the interlocations with the scientific discourse of biology, by the point of attack of the instincts. Freud, in the argumentative tension he creates, is exemplarily productive.

Keywords: Institutional Analysis of Discourse. Psychoanalysis. Death Instinct. Freud, Sigmund (1856-1839).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: SOBRE TEORIA E CLÍNICA.....	7
1.1. Psicanálise e análise do discurso: o crivo institucional de um atendimento	10
1.2. A clínica como dispositivo-ato-discursivo.....	12
1.3. A teoria e as práticas clínicas psicanalíticas: produção de verdades e subjetividades...	15
1.4. A teoria como questão: o lugar da metapsicologia na clínica da psicanálise	19
2. FREUD, UM DISCURSO ABERTO	24
2.1. A pergunta de pesquisa e a delimitação de um corpus	27
2.2. Das especificidades e dos efeitos desta estratégia de pensar.....	28
3. MÉTODO: UMA ESTRATÉGIA DE PENSAMENTO ORGANIZADA POR CONCEITOS	31
3.1. Nota sobre a tradução	36
3.2. Procedimentos de análise.....	37
4. ANÁLISE DO “ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER”	39
4.1. Capítulo I: a clínica como teoria.....	39
4.2. Capítulo II: caminhos abertos e desvios	57
4.3. Capítulo III: a (teoria da) técnica como clínica	62
4.3.1. Configurando o terceiro eixo analítico: a <i>tensão</i> no <i>modo de</i> produção <i>não-linear</i>	66
4.4. Capítulo IV: quarto eixo analítico - (re)constituindo um “dentro” como vida psíquica	70
4.5. Capítulo V: a reconstituição do “dentro” e da “vida”	75
4.6. Capítulo VI: A MESCLA - lapidando e encaixando a “vida” no “dentro”.....	81
4.6.1. Lapidando a “vida” pela “morte”	82
4.6.2 A <i>mescla</i> como o encaixe primordial.....	86
4.6.3. Uma franca enunciação dos próprios modos de produção	93
4.7. Capítulo VII: sobre os próximos caminhos	96
5. DISCUSSÃO	98
5.1. Dos resultados da análise: os quatro eixos analíticos	99
5.1.1. O modo de produção do conceito de pulsão de morte e a <i>tensão</i> no texto.....	100
5.2. O perigo da produção: a morte (do) inconsciente e o sujeito da mescla das pulsões..	106
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

1. INTRODUÇÃO: SOBRE TEORIA E CLÍNICA

Esta dissertação de mestrado em Psicologia tem como objetivo se inserir nas discussões e diálogos que se propõem pensar *como* se dão as relações entre teoria e clínica. Mais especificamente, a ideia é discutir as relações entre uma teoria produzida e a prática de um atendimento clínico, uma de nossas intervenções concretas como psicólogos.

Nessa proposta de inserção, já temos uma cena-alvo para nossa discussão, que será pensada a partir de alguns posicionamentos teórico-metodológicos: um atendimento psicológico ou psicanalítico, onde um cliente/paciente fala e escuta, e um psicólogo/psicanalista presente também... fala e escuta. Uma cena já bastante presente no imaginário social, seja como imaginada e simbolizada (reconhecida) por aqueles que buscam o serviço (a clientela), seja como imaginada e simbolizada (reconhecida) pelos profissionais e aspirantes, em sua formação, que prestam serviços a essa clientela.

Para realizarmos tal inserção, buscaremos levantar artigos, livros e capítulos, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado, onde essa questão esteja presente, de modo explícito ou tangencial, e buscaremos ressaltar os pontos que nos possibilitaram demarcar a linha de partida da presente escritura. Já de início teremos uma tarefa, para dar conta dessa inserção: será a de explicitar os pressupostos e justificar os recortes a que nos propomos para tal trabalho. Algo que será como uma espécie de história de pertença do presente autor aos estudos e matrizes conceituais que estarão balizando a presente pesquisa, esta que se propõe *analítica*.

A ideia é fazer um duplo movimento: introduzir algumas discussões específicas sobre teoria e clínica; e, para isso e por isso, introduzir a estratégia de pensamento que nos permite *uma* maneira de abordar essa questão. Isso que seria equivalente aos termos de método dos quais essa dissertação partirá e tentará exercitar para a realização da pesquisa. Nesse começo, portanto, tentaremos mostrar como o método estará presente na formulação da pergunta disparadora de estudo.

Desde o título deste trabalho está explícito o referencial de onde partimos: a Análise Institucional do Discurso (AID) como estratégia de pensamento para intervenções na clínica, na prática profissional do psicólogo onde quer que se dê (clínica de consultório, instituições de saúde, de educação, de assistência social, etc.), e nas produções acadêmicas, tal como proposta por Guirado (1987, 1995, 2000, 2015 e 2018). Como utilizaremos as matrizes

conceituais da AID já aqui nessa introdução, optamos por uma breve apresentação geral de suas bases conceituais para, depois, retomar o levantamento bibliográfico prometido. A seguir, faremos uma longa citação de um artigo recente de Guirado (2015). Lá encontramos as apresentações gerais da AID, justamente de forma breve e rigorosamente articulada, atualizada após alguns percursos de formalização da proposta, um dos quais podemos destacar como sendo a publicação de sua tese de livre-docência, o livro *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade* (GUIRADO, 2010). No artigo, a autora indica publicações por meio das quais o leitor interessado poderá informar-se melhor sobre o método. Trabalharemos com mais detalhes os conceitos da Análise Institucional do Discurso no nosso capítulo “*Método*”.

Dito isso, vamos para essa apresentação geral da AID, nas palavras e “voz” de sua propositora (GUIRADO, 2015, p. 108):

A Análise institucional do discurso pode-se dizer hoje é uma estratégia de pensamento, ocasião de fazer da Psicologia uma analítica da subjetividade, onde quer que se a exerça. Isto, no plano conceitual, é facultado pela aproximação da Psicologia à Psicanálise de Freud, e pela interface com outras áreas do conhecimento, a saber: a Sociologia da análise de instituições concretas de Guilhon Albuquerque, a Linguística pragmática da análise do discurso de Dominique Maingueneau e o pensamento de Michel Foucault a que estas duas últimas se relacionam, de alguma forma. Da Sociologia de Albuquerque, tomamos o conceito de instituições como práticas ou relações sociais que se repetem e se legitimam, na ação mesma de seus atores; são seus efeitos de reconhecimento e desconhecimento no plano das representações que dão o carácter de legitimidade, de naturalidade, ao que é instituído. Da Análise do discurso francesa, os conceitos de gênero de discurso, comunidade discursiva e cena enunciativa permitem pensar a linguagem como discurso e, este, como ato de fala cujo sentido só se pode apreender pelo contexto em que se produz, pelo dispositivo social que o matricia conforme preconiza Maingueneau. De Foucault, a concepção de discurso como ato, como instituição, que circula e que é, ao mesmo tempo, alvo de relações de poder; coloca-se como a maquinaria de produção de saber, de verdades e de subjetividades. É assim que a análise institucional de discurso que aqui propomos é uma estratégia de pensamento, um método, que, ao se sustentar na fronteira desses saberes, opera com um campo conceitual mínimo (instituição, discurso, análise e sujeito/ subjetividade), não do interior da ordem do discurso psicanalítico.

Do discurso do método em questão (a AID), gostaríamos de dar destaque à “aproximação da Psicologia à Psicanálise de Freud” (p. 108). Uma “aproximação” sim, mas que como efeito de suas *outras* fronteiras e bases conceituais, opera-se “não do interior do discurso psicanalítico” (p. 108). A ideia é dar destaque à especificidade deste método, que se situa *fora* da psicanálise e que dela se aproxima a partir de um campo conceitual mínimo.

Fiz esse destaque relativo às aproximações e especificidades entre a AID e a psicanálise porque nesta pesquisa pretendemos pensar as relações/articulações entre teoria e clínica, justamente no modo *como* se dão essas aproximações, bem como as especificidades que as diferenciam (seja como método, seja como alvo de análise). Uma das diferenças fundamentais, podemos antecipar, está justamente no modo como a teoria psicanalítica, ou seu discurso teórico, constituem e justificam atuações na clínica. E isso, fazem-no na *repetição* da teoria (que legitima a prática e desconhece sua relatividade, naturaliza-a).

O trecho a seguir, continuação imediata da citação acima, sobre o ponto de partida da organização do método, apresenta o conceito que nos permitirá pensar a inserção que a AID operou nas discussões sobre teoria e clínica (GUIRADO, 2015, p. 108):

Exatamente por isso, de ponto de partida, tomamos a Psicologia (e a Psicanálise) como instituição do conhecimento e da prática profissional, que, na ação de seus atores, onde quer que se dê, reconhece certos procedimentos e conhecimentos não como relativos ao seu modo de produção, mas como naturais e legítimos; nisso, definem-se um âmbito de ação e um objeto como próprios (Guirado, 2010).

É justamente o conceito de *instituição*, e mais especificamente a decisão de tomar a psicologia e a psicanálise como instituições (de conhecimento, de teorias, de práticas), que gostaríamos de destacar. É um destaque de nossos pressupostos, pontos de partida da AID na consideração de suas pesquisas. Ponto de partida, e não de chegada, porque constitui um recorte conceitual-metodológico. Nesse sentido, pensar a *psicologia e a psicanálise como instituições* serão pressupostos nossos, para nossa pesquisa. Como assim?

Retomemos aquela cena genérica de um atendimento psicológico, e utilizemos o conceito de instituição para dar um primeiro passo na direção dessa pesquisa. Ao tomarmos aquele atendimento, a clínica, como uma instituição, está pressuposto que há relações sociais que se repetem e se legitimam, a saber, um cliente que busca atendimento e um psicólogo que o atende. Mais do que isso, está pressuposto que isto se dá na *ação* mesma de seus atores (e não fora dessa relação). Isso implica que, tomando uma “cena” de atendimento, o momento mesmo em que se começa a falar (seja cliente, seja psicólogo) consiste também num ato de *reconhecer* essa situação como legítima para isso. E o psicólogo, ao ouvir, supomos, organiza em ato o que ouve de seu cliente a partir de seus instrumentos que lhe facultaram tal escuta. É aqui que uma teoria ou um método entram em cena. O que será ouvido, por um psicólogo, será relativo ao que este aprendeu sobre sua atuação, a partir de leituras, escolas, supervisões, processos terapêuticos e outras experiências que ele viveu. A formação em psicologia apresenta vários modos diferentes de atuação e intervenção, de linhas teóricas muito diversas

entre si. Em algum momento, supomos, uma escolha foi feita e um referencial teórico-metodológico foi selecionado. A partir desse referencial, que pode ser uma teoria (mas não só), os sentidos do que se fala em uma sessão poderão ser apreendidos. O que dá o escopo dessa escuta é justamente a formação do psicólogo. É o caráter *instituído* de um atendimento tal como o pressupomos.

Demos destaque às ações e formações do psicólogo, naquela cena genérica, por ser esta uma das maneiras possíveis, uma das portas de entrada para se pensar nas relações entre teoria e clínica. Supomos sempre uma relatividade dos conhecimentos instituídos na prática clínica, de partida. Relativa, porque instituída, reconhecida como legítima, mas que tem uma história, um movimento instituinte, que na repetição de sua prática pode ter efeitos de desconhecimento, e isso no plano das representações. Ou seja, a teoria vem ocupar um lugar na maneira como esta instrumenta as ações do psicólogo clínico, sempre relativas a esse saber constituído, instituído, em outro momento, mas que regula sua escuta no presente da cena de atendimento.

Em poucas palavras, pensar com o conceito de instituição permite atentar para a constituição de uma relação. Por que então, um ponto de partida? Porque as suposições acima abrem um caminho de investigação, justamente, de *como* se constituem essas relações entre teoria e prática clínica.

Pois bem, para deixar claros nossos pontos de partida, vamos às pesquisas. Começamos com um exemplo um pouco mais específico para pensar a clínica desse modo. Passemos de um atendimento genérico em psicologia para um atendimento em psicanálise.

1.1. Psicanálise e análise do discurso: o crivo institucional de um atendimento

O leitor deve ter notado acima, quando fiz a descrição de uma cena genérica de um atendimento psicológico, no começo da introdução, que utilizei também as palavras “ou psicanalítico”, “paciente” e “psicanalista”. Campo lexical que também está presente no título de dois livros que marcam o processo de invenção da AID como método: *Psicanálise e análise do discurso* (GUIRADO, 1995) e *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau* (GUIRADO, 2000). Isso porque, pela AID, pelo conceito de instituição (junto com o de discurso, sujeito/subjetividade e análise), a psicanálise se torna uma *questão*. Desde Freud até os dias de hoje, a prática clínica

psicanalítica é pautada pela teoria psicanalítica, mesmo que com variações (significativas) na produção de autores pós-freudianos e nas apropriações que destes fazem os psicanalistas contemporâneos (GUIRADO, 2015). Além disso, as práticas clínicas, em sua diversidade, em muito se constituíram numa região interdiscursiva onde a psicanálise de Freud teve um lugar de destaque histórico. Começamos então, a esboçar essa questão.

Em seu livro *Psicanálise e análise do discurso* (1995), Guirado apresenta uma cena genérica de um atendimento em psicanálise para demonstrar como o referente institucional atravessa seu modo de escuta em sua prática terapêutica. Vamos à cena (GUIRADO, 1995, p. 12):

Primeiro, é inevitável considerar que quando alguém nos procura, em nosso consultório para uma psicoterapia, no instante mesmo em que fala sobre o que o incomoda, está colocando-se às mãos e à cabeça de quem se dispõe a atendê-lo. Nada, é óbvio, de que não se possa livrar a qualquer momento. Mas, o fato é que a instituição psicanalítica só se faz a cada situação concreta em que alguém lhe de crédito no lugar de paciente. A clientela virtual torna-se real e um agente básico aciona, “naturalmente”, sua compreensão a respeito do que ouve, traduz esse discurso nas palavras de que dispõe para...ouvir. Ou seja, vai ouvir uma “queixa” e, nela, poderá estar identificando “angústias”, “sintomas”, “defesas”, “palavras vazias”, “desejo imaginário”, “lembranças possivelmente encobridoras”, “condensações”, “deslocamentos” e, acima de tudo, “transferências”. Ou, quem o escuta não será um psicanalista. Independentemente da escola ou da linha devotada. Ou não será um psicanalista (...). Trata-se da inevitável apropriação pelo discurso psicanalítico daquele que é o discurso do cliente a respeito de si.

É nessa tradução simultânea de um discurso *do cliente* sobre si para uma apropriação *do discurso psicanalítico* que podemos supor a mediação pela teoria. Teoria essa, acionada “naturalmente”. As aspas usadas na citação daquela cena de Guirado (1995) demarcam termos do discurso psicanalítico. Este recurso de escrita traz alguns efeitos interessantes/interessados para o tema de que se está tratando. O principal deles talvez seja suspender o sentido desses termos, indicando que não necessariamente o que o psicoterapeuta ouve seja, justamente, esses termos de um discurso *outro* (o da psicanálise). Dessas considerações, temos mais um conceito deste modo de pensar a clínica e a teoria que agora vale destacar. É o conceito de *discurso*, mais um de nossos pressupostos (da AID).

Qual o papel que um discurso “teórico” tem na legitimação de um exercício cotidiano como um atendimento clínico? Um papel central, é o que supomos. Como? Se pensarmos discurso como *dispositivo*, como *ato*, como *acontecimento*, assumimos um *recorte* para pensar o que são as falas que acontecem naquela cena clínica. Um recorte que não é restritivo, mas produtivo, como diria Foucault (1988). Para seguir o caminho da propositora desse estratégia e pensamento (AID), pensar o discurso dessa maneira é pensar as palavras como

encarnadas em suas condições de produção (GUIRADO&LERNER, 2007, p. 199). Ou seja, “tratamos o discurso como uma prática que desenha lugares e subjetividades” (p. 199). Nesse sentido, tanto as falas proferidas num atendimento, quanto os textos teóricos da formação de um psicanalista/psicólogo podem ser entendidos dessa maneira (mesmo que sempre seja necessário atentar para os diferentes contextos e seus respectivos modos de produção). Trata-se de uma maneira de pensar a constituição histórica de tais modalidades de falas de atendimento, de atentar para relações de saber/poder e para a objetivação de um sujeito nos textos que fundamentam a prática clínica.

Com o conceito de *discurso*, poderemos acompanhar mais à frente o desenho de uma ideia que será (mais) um de nossos pontos de partida. Acompanhemos mais uma vez Guirado, tratando desse conceito (discurso) a partir das ideias de Foucault (GUIRADO&LERNER, 2007, p. 199-200):

...quando falamos produzimos separações entre falso/verdadeiro, excluimos o que para um determinado grupo ou comunidade discursiva é falso, e definimos, com isso, um campo de verdades que passamos a reproduzir e sobre que julgamos criar e inventar. Essa definição [de discurso] exige que se considere que tais discursos só se fazem nos rituais, num conjunto de práticas institucionais.

Dessa maneira, utilizamos os conceitos de *instituição* e *discurso* para pensar como se dá o processo de instituição de uma prática clínica, bem como da teoria que a fundamenta. É um constante exercício de relativizar as teorias, de *analisá-las*; pensar deste modo permite não apenas um lançar um olhar específico para textos teóricos, como também considerar o que se credita como verdadeiro e quais convicções são assumidas num percurso de formação.

Com esses elementos, podemos agora resgatar a ideia desenhada em outros trabalhos da AID, e com essa ideia partir para um movimento de atenção ao processo de *instituição* da clínica psicanalítica, desde sua invenção com Sigmund Freud, no começo do século XX, até os psicanalistas contemporâneos, brasileiros, estes mais perto de nosso contexto de atuação na clínica dos dias de hoje. Sigamos para essa ideia.

1.2. A clínica como dispositivo-ato-discursivo

Retomemos o artigo de Guirado (2015) para buscar o desenho dessa ideia e construir o “gancho” com a prática clínica nos dias de hoje, a partir de trabalhos recentes envolvendo entrevistas com psicanalistas brasileiros. No trecho a seguir, convidamos o leitor a atentar

novamente para o recurso de escrita, o uso (ou não) das aspas, bem como sua justificativa nas palavras de Guirado (2015, p. 109):

A ideia é que a clínica é um dispositivo institucional, uma prática discursiva, cuja cena originária nos apresenta um médico e seu paciente neurótico, em necessária transferência para que se realize a mágica da reedição de outras cenas, aquelas de sua própria história de vínculos, de sua recordação para a elaboração dos sentidos e sentimentos que foram banidos da vida consciente.

Em verdade, todos os termos do parágrafo anterior têm seu sentido suspenso pelo fato de constituírem o “texto interno” que anima o pensamento do analista-médico da cena originária, Freud, nos momentos de invenção da psicanálise. Deveriam estar entre aspas, portanto. No entanto, pesquisas bastante recentes (Lima, 2007; Veiga, 2006; Viaro, 2011), que se dedicaram a analisar os discursos de psicanalistas sobre seu fazer cotidiano, surpreenderam/mostraram que, mais de um século depois, certas marcas de um saber/fazer reeditam-se. Com variações, claro! Mas nada que substancialmente nos impeça de reconhecer a cena de um analista e seu paciente em necessária transferência para que... tal e tal e tal.

A ideia desenhada é esta: considerar a clínica como *dispositivo-ato-discursivo*. É uma hipótese deste recorte metodológico, a AID, e as pesquisas recentes citadas vêm dando apoio a ela. Iremos nos deter nessas pesquisas um pouco adiante, numa incursão que irá destacando as relações entre teoria e clínica nesses trabalhos. E é esse o “gancho” com os dias atuais: as marcas de um certo saber/fazer que são reeditadas nos atendimentos cotidianos em psicanálise, a cena de um psicanalista e um paciente em necessária transferência.

Por ora, avançaremos mais no artigo citado acima, levantando outros pontos que consideramos importantes para a discussão. O que temos até aqui é essa cena primeva, de um médico e paciente neurótico (GUIRADO, 2015, p. 109):

...dois parceiros/personagens em posições desiguais, a exercerem lugares com expectativas diferentes, um em relação ao outro, com atribuições cruzadas de ações previstas, reconhecidas como legítimas: o paciente/cliente demanda e o analista analisa. Lugares, expectativas, desigualdades e diferenças constitutivas das psicoterapias, das psicanálises.

Ao exercerem-se em seus procedimentos e ritos básicos, por sua vez, reeditam textos e contextos do discurso e da cena primeira. Sempre alterando, conforme esta ou aquela situação que, no movimento da tensão, resiste. O fato é que é assim que a clínica traça seu desenho à sombra do discurso: desde a primitiva até a atual, a cena ou a cenografia clínica é aquela cujo escopo é o que o discurso lhe confere. De dentro e de fora da comunidade de seus pares.

Temos então o *discurso* a desempenhar papel central nessa reedição de cenas, aqueles textos e contextos que animariam o pensamento de Freud e de psicanalistas contemporâneos acerca do fazer clínico. Neste ponto, a consequência de assim instrumentar o pensamento traz certas tarefas para uma pesquisa, como esta dissertação de mestrado (GUIRADO, 2015, p. 109):

Por decorrência de assim pensar, deveria ser esse o discurso a se considerar em análise. Esse, o discurso que nós, analistas, deveríamos ter como alvo de nossas análises. Ou seja, pelo raciocínio que desenvolvemos até aqui, dele faz parte o analista e suas falas, premissas de supostos teóricos, de aprendizagens e saberes da própria psicanálise.

É o que nos propomos para o presente estudo, e que vimos desenvolvendo nessa introdução: considerar para a análise o discurso *de um atendimento clínico*, discurso do qual também faz parte o analista, além do próprio paciente. E não apenas eles. Também faz parte dessa estratégia de pensamento, a AID, a consideração do lugar do *próprio pesquisador* referente ao seu objeto de estudo. Tudo isso está implicado na constituição de um alvo de análise. O leitor deve ter notado que, ao longo dessa introdução sobre teoria e clínica, temos dado um grande destaque ao papel e ao lugar exercido pelo *psicólogo/psicanalista* numa cena de atendimento. E isto, por *método*. Pelo desenvolvimento da ideia da clínica como dispositivo-ato-discursivo, temos nas falas do psicanalista/psicólogo, seu discurso, o lugar privilegiado para investigar o uso de supostos teóricos e/ou metodológicos num atendimento. A partir disso, vamos nos próximos subitens adentrar as pesquisas onde foram realizadas entrevistas com psicanalistas sobre seu fazer clínico.

Para empreender tais análises teremos mais uma questão de destaque em nossa discussão, ainda com fundamento no artigo de Guirado (2015). Será o último extrato que de que nos valeremos desse artigo, neste item, para destacar uma marca do discurso a partir dessa maneira pensá-lo (GUIRADO, 2015, p. 109):

A questão dos *pressupostos* assume, então, lugar de destaque na discussão. E é nesse movimento que nos colocamos num diálogo produtivo com as ideias, conceitos e procedimentos de análise de Maingueneau. Aprendemos com ele que os pressupostos *tecem a não transparência*, marca inapelável *de todo discurso*: uma fala que supostamente diz a verdade, em verdade, organiza pressupostos que não se apresentam como tal. A polifonia e a polissemia do enunciado compõem, *na base da enunciação*, o equívoco não apenas do dizer do paciente, mas também o da escuta do analista, constituída que está desses supostos da teoria, da compreensão que *um determinado saber, fora daquela relação concreta, instrui a ouvir*.

Pois bem, temos então alguns elementos para trabalhar. Em seu artigo, Guirado (2015) parte para os textos e contextos que marcam o conceito de transferência na obra freudiana, pois é o objetivo de seu escrito a demonstração de uma maneira de exercer a clínica pela AID, onde tal conceito tem um papel de destaque (tanto em Freud quanto para a apropriação, depois dos ajustes necessários para a migração de conceitos, empreendida por Guirado, 2015). Aqui, nesta dissertação, passaremos para aquelas pesquisas prometidas com psicanalistas contemporâneos. Valendo-nos dos conceitos de instituição, discurso e a partir disso pensando

a clínica como dispositivo-ato-discursivo, passemos para a questão de como é “usada” uma teoria no contexto clínico psicanalítico.

1.3. A teoria e as práticas clínicas psicanalíticas: produção de verdades e subjetividades

Para a discussão deste item, acompanharemos alguns trechos recortados do artigo de Guirado, Lima e Veiga (2016) cujo título é “As clínicas da psicanálise: sutileza e força dos ‘jogos de verdade’ na produção de subjetividade”. O objetivo deste artigo, segundo seu próprio resumo, é “inserir os resultados de duas dissertações de mestrado em uma discussão sobre os efeitos de legitimação das práticas clínicas psicanalíticas” (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 1). As dissertações de mestrado, ambas realizadas a partir de entrevistas com psicanalistas, são as seguintes: “Interpretação e transferência como instituintes da clínica psicanalítica”, de Luiz Gustavo Caleiro e Wild Veiga (2006); e “O paciente e o término da análise no discurso de psicanalistas: uma análise institucional do discurso” de Marco Aurélio de Lima (2007). Ambos foram escritos e orientados com a participação de Marlene Guirado, tendo a AID por método.

O artigo (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 1) começa por uma análise de seu próprio título, remetendo a pluralidade do exercício clínico psicanalítico e trazendo a suposição de que nele são *produzidas* (e não desveladas) *subjetividades* “num sutil jogo de forças da relação *saber/fazer*, constitutivo daquilo que nomeamos *análise*” (p. 1, itálicos dos autores). Vemos como as ideias de Foucault, já apropriadas pelos autores da AID, mostram-se explícitas desde as primeiras linhas. Essa ideia sobre a “pluralidade” será repensada a partir dos resultados daquelas dissertações e da discussão proposta no artigo sobre os efeitos de legitimação das práticas clínicas. Após algumas considerações sobre efeitos de re(des)conhecimentos de tais práticas, bem como sobre a produção de um saber sobre a subjetividade neste contexto, os autores explicitam o que pretendem fazer no artigo (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016: p. 2):

No âmbito deste artigo, a aposta conceitual de que há a redução “da pluralidade do dito ao dizer-se no singular” será sustentada pela apresentação dos resultados de análise de duas pesquisas com psicanalistas de diferentes orientações/ escolas: inglesa e francesa (Lima, 2007; Veiga, 2006). Embora cada uma dessas pesquisas trate de temas específicos (uma: a concepção de transferência e interpretação; a outra: a concepção de término de análise) e os entrevistados apresentem orientações teórico-clínicas diversas, ambas apontaram para a naturalização do fazer clínico, bem como

para surpreendentes aproximações nos discursos dos analistas no que se refere ao modo de se verem, de verem seus pacientes e a própria análise.

Na continuação, temos destacado o objetivo do texto com um acréscimo importante para a discussão, tanto a nossa (sobre teoria e clínica) quanto para os autores (do artigo). Sigamos para o extrato (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 2):

Reservamos à escritura do presente texto a finalidade precípua de inserir os resultados de análise desses estudos em uma discussão mais ampla sobre os efeitos, ao mesmo tempo sutis e intensos, de legitimação das práticas clínicas; isto, pela antecipação naturalizada de uma subjetividade desenhada pela teoria.

Temos nessa última frase uma *questão* que é ao mesmo tempo um *problema* de peso: se uma subjetividade é *desenhada na teoria*, até aqui não há nada de surpreendente, mas uma *antecipação naturalizada* da mesma no contexto clínico, isso sim surpreende! Isso significaria que o sujeito em análise, o paciente, ficaria como que à margem de qualquer consideração que não esteja escrita nos livros e artigos de produção teórica. Qualquer movimento do paciente que não esteja “previsto”, desenhado na teoria — mas que poderia acontecer, supomos, no contexto prático de um atendimento — ficaria *na sombra* das ações previstas destes atores da cenografia clínica. Poderia ser um “ponto cego” do analista. E isso pelo papel que a *teoria* vem a desempenhar na “cabeça do analista” num atendimento clínico.

Por enquanto, apenas tomamos essa afirmação para seguir pensando e levantar a questão de que a teoria pode “cegar” um ator na prática clínica, o psicanalista. Sigamos agora para algumas demonstrações presentes no artigo, de modo a poder fundamentar essa problemática e, mais para frente, anunciar e justificar a pergunta de pesquisa que moverá a presente dissertação.

Seguindo no artigo, destacaremos (com sublinhados) da parte de “Método” os itens que diretamente tocam nessa problemática da teoria/clínica (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 4, sublinhados nossos):

A partir desses trabalhos (Lima, 2007; Veiga, 2006), espera-se demonstrar o modo pelo qual analistas de diferentes escolas de psicanálise, ao falarem sobre seu ofício permitem configurar: (a) o que legitimam como o trabalho analítico; (b) quem é o paciente que atendem; (c) o atravessamento de uma teoria sobre o psiquismo e sua análise, na escuta do que lhe diz o paciente; (d) sua pertença a uma determinada comunidade discursiva que se encarna nos procedimentos reconhecidos como psicanalíticos no trato diário dos atendimentos que fazem; (e) nisso tudo, a construção de uma verdade sobre o sujeito em análise e a subjetividade em geral (a que adoece e aquela da cura), com a transparência e a obviedade das mais completas naturalizações do que é relativo.

Pois bem, antes de irmos para as entrevistas e suas análises, vamos colocar em cena *quem* eram os entrevistados (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 4):

Os procedimentos utilizados pelos pesquisadores (Lima, 2007; Veiga, 2006) foram os de realizar entrevistas de aproximadamente sessenta minutos com psicanalistas que tivessem de dez a vinte anos de experiência de atendimento clínico psicanalítico. Tais entrevistas eram gravadas e sua transcrição era submetida ao processo de análise. Veiga (2006) selecionou para as entrevistas o número de 8 psicanalistas, entre os quais 4 eram filiados a Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP-SP) e se reconheciam como vinculados a tradição da escola inglesa de psicanálise e os 4 restantes, ligados a Escola Brasileira de Psicanálise – Escola do Campo Freudiano (EBP – ECP) e se identificavam como lacanianos. Lima (2007), por sua vez, selecionou 6 psicanalistas, 3 deles se reconheciam como ligados à tradição kleiniana e/ou de Wilfred Bion (escola inglesa) e os outros 3, como tributários da perspectiva lacaniana de psicanálise (escola francesa).

Colocando em cena então o analista institucional do discurso Veiga (2006) e uma psicanalista de escola francesa, atentemos para como se dá, no subitem “Da naturalização das práticas”, o uso dos termos “transferência” e “interpretação”, ambos *instituintes* do *fazer* clínico psicanalítico (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 5, *itálicos dos autores*):

A interpretação ganha destaque, nos discursos, por se fundar em certezas anteriores à própria sessão. Isso fica evidente quando tais certezas são colocadas sobre as falas dos pacientes, como se os psicanalistas já esperassem determinada fala ou posicionamento das pessoas que atendem. A interpretação fica caracterizada como um saber constituído que entra em jogo, até certo ponto, independentemente dos pacientes. Vejamos abaixo.

A transferência está ocorrendo ali no momento da sessão, por exemplo. E ele traz alguma figuração, alguma representação, ele trouxe a cena do sonho. [...] sei lá, e já é alguma coisa transferencial. A pessoa traz e você percebe que é um material transferencial, daí você interpreta. A interpretação é sempre uma consequência, ela vem como uma decorrência. (Analista de Escola Inglesa 01)

O trecho em *itálico* acima demarca o recorte da entrevista, a fala de uma psicanalista da SBPSP (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo), localizada na dissertação de Veiga (2006, p. 97). O que nos interessa aqui são as “certezas anteriores à própria sessão”, uma certa convicção construída a partir de um outro contexto que não aquele do atendimento com o paciente. Para deixarmos claro de que contexto estamos falando: a *teoria*, mesmo que uma *teoria da técnica* (como o caso dos textos de Freud sobre a transferência, que Guirado trabalhou em seu livro de 2000 e retomou em seu artigo de 2015).

Partamos para outra cena, agora com o pesquisador Lima (2007) e uma psicanalista de escola inglesa, e vejamos como a narrativa apresentada marca certo antagonismo entre os parceiros da cena clínica. O trecho em *itálico* constitui recortes da análise da entrevista, disposta em Lima (2007, p. 126-7) justamente num capítulo cujo subtítulo é “4.2.1. O

paciente como dificuldade e risco” (LIMA, 2007, p. 115). Atentemos para como foram dispostos os pressupostos da teoria e suas relações com a situação clínica no discurso da psicanalista (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 7, *itálicos dos autores, sublinhados nossos*):

É uma criança que [...] vinha para fazer gato e sapato de mim. [...] chega aqui, maltrata, pisa [...] E, no começo, ele... no começo, ele me deixava muito confusa. Ele tinha uma conduta que provocava em mim muita confusão, muito desorientada. [...] Então, nesse momento, que eu comecei a achar que ele estava bem, [...] era o momento em que podia fazer comigo, o que ele sentia que o mundo fazia com ele, fazia gato e sapato. [...] ele estava vivendo, para falar em... nas relações objetais. Ele estava vivendo toda a possibilidade de se sentir bravo e saber que eu... tanto que a primeira vez que ele ficou bravo ele saiu da sessão, mas ele logo voltou e abriu a porta e deu, enfim, inventou qualquer coisa para falar comigo e aí eu estou me valendo da boa e velha Melanie Klein, quer dizer, ele foi ver se eu estava inteira, sabe, se ele não tinha me matado. (Analista de Escola Inglesa 05)

Na cena, a contraposição é abarcada pelos pressupostos psicanalíticos, pois a tensão produzida é assimilada pela atribuição de sentidos oriundos da teoria. Essa analista, por meio da descrição de seus sentimentos, ao mesmo tempo em que se mostra ciente de fazer uso de uma teoria, deixa transparecer certa convicção em relação ao que se passava com seu paciente.

Há uma sobreposição de hipóteses teóricas e situação concreta. A teoria parece ocupar o espaço deixado pela não compreensão e confusão. A convicção parece dar-se na medida em que um pressuposto pode “socorrer” o analista e dar um sentido ao que se passava. Essa parece ser uma ocasião de (re)produção de uma verdade sobre o paciente.

Chegamos então, a uma cena específica que traz um problema de pesquisa que gostaríamos de trabalhar nesta dissertação de mestrado. Todos os sublinhados do extrato citado acima apontam para uma mesma direção, um vetor que parte da teoria para a situação concreta da clínica psicanalítica. O grande problema é que essa via está se fazendo quase que de mão única (teoria→clínica), numa “sobreposição de hipóteses teóricas e situação concreta” (p. 7). A (re)produção de uma verdade sobre o paciente na cena clínica psicanalítica, no discurso de psicanalistas, traz as marcas da (re)produção ou repetição do *discurso da teoria*. Acompanharemos a continuação do artigo, que segue com considerações pertinentes à análise institucional desses discursos (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 8, *sublinhados nossos*):

Podemos dizer, portanto, que essas relações de poder entre esses atores institucionais constituem certos “jogos de verdade”, nos quais a teoria parece ocupar um lugar privilegiado e, ao mesmo tempo, produz-se um paciente teórico. Configura-se a produção de uma verdade que é a reverberação da teoria. Se tomarmos um termo do léxico foucaultiano (Foucault, 1970/1996), a título de analogia, podemos dizer que se configura um paciente que é como um comentário do arcabouço teórico psicanalítico.

Dizer que o paciente se produz como um comentário significa pensar que a teoria aparece como a possibilidade de “tradução” daquele que se deita sobre

o divã e de sua verdade e que, ao mesmo tempo, a situação analítica, ou a revelação das verdades do paciente, é a ocasião do reaparecimento daquilo que já foi um dia pronunciado — a teoria. Com as palavras de Foucault (1970/1996), talvez possamos afirmar que o novo é menos o conteúdo revelado e mais o acontecimento dessa repetição.

Seguindo no artigo para suas “Considerações Finais”, cujo subtítulo é “Subjetividade e Verdade Clínica na Instituição da Singularidade”, encontraremos uma hipótese, construída nesse texto, que traz de forma explícita a questão em torno da qual se fazem as clínicas da psicanálise. Uma *questão*, um *problema* com o qual seguiremos ao longo desta dissertação. Peço a atenção do leitor para essa última longa citação (GUIRADO, LIMA e VEIGA, 2016, p. 9, sublinhados nossos):

Assim, a partir de nossas análises, deixamos como hipótese que aquilo em torno de que a clínica se faz (o objeto institucional), aquilo sobre o que ela reivindica o monopólio de legitimidade, é o desvelamento de uma verdade sobre o paciente. Não se trata, no entanto, de qualquer verdade, ou então da idealizada verdade única e singular, mas daquela que — como buscamos demonstrar — é produzida na escuta do analista, na instância da teoria.

Por vezes, o trabalho do analista mostra-se como a revelação desse conhecimento (plasmado na teoria que professa) e a condução do paciente ao reconhecimento do saber apresentado. A subjetividade a que se visa ao final de um processo, então, aparenta ser aquela aproximada do que é previsto pelo referencial teórico psicanalítico. É o analista que define, segundo os operadores teórico-conceituais que possui para pensar e ouvir, as verdades “iniciais” — o que deve ser trabalhado — e as verdades “finais” que devem ser assumidas ou “introjetadas” pelo paciente. É assim que o sujeito/paciente “em alta” é alguém que reeditaria sua transferência com o analista, deparar-se-ia com a castração, lidaria melhor com seus sintomas e poderia sentir/expressar suas emoções.

Parece que as práticas clínicas, na somatória dos vetores de força, dos jogos de poder, das tensões, afrontamentos, configuram como alvo, estrategicamente, o saber sobre o paciente, o acesso a sua verdade. Esse parece ser um dos modos fundamentais pelos quais a clínica psicanalítica acontece. Um modo de se fazer e refazer-se, construído historicamente, não necessário, mas reconhecido como natural, absoluto.

1.4. A teoria como questão: o lugar da metapsicologia na clínica da psicanálise

Neste item trabalharemos a passagem para a configuração de um *corpus* de análise para essa dissertação, ou seja, o nosso alvo de análise. Viemos construindo o lugar de peso que a teoria vem ocupar na clínica da psicanálise, até o item anterior. Nesse ponto, a teoria, mais especificamente a chamada metapsicologia, já foi alvo de análise de alguns trabalhos orientados pela AID. A questão do “miolo” metapsicológico, inventado por Freud e depois

reeditado por autores pós-freudianos e psicanalistas contemporâneos, consiste na invenção de um dispositivo, um universo teórico que, em sua repetição e mesmo com variações, exerce efeitos de desconhecimento de sua relatividade¹.

Dentro da AID, temos uma série de textos que analisam o discurso de Freud, a partir de um recorte de sua obra. Há análises presentes nas obras fundadoras do método, em especial Guirado (2000, 2010, 2015). Há também, a partir de pesquisas realizadas por membros do laboratório Invenções e Redescrições Analíticas² — que se propõe a pensar a clínica como analítica da subjetividade — um movimento de análise de alguns textos da metapsicologia freudiana. Os trabalhos produzidos foram os seguintes: Silva (2014) defendeu seu mestrado intitulado “A produção do conceito de narcisismo em Freud: uma análise institucional do discurso”, onde operou um recorte *histórico, pontual, casual e estratégico*, analisando o texto “Introdução ao narcisismo” (FREUD, 1914/2010); Martins-Afonso (2015) produziu a dissertação de mestrado “Do inconsciente da metapsicologia ao dispositivo clínico: uma análise institucional do discurso de Freud”, onde analisou o texto “O inconsciente” (FREUD, 1915/2010); Viaro (2016) produziu a tese de doutorado “O ‘si’ da técnica psicanalítica: uma análise institucional do discurso de *O mal-estar na civilização*” (analisando, portanto, o *Mal-estar...*).

É nesse campo que pretendemos empreender nossa análise. Das produções acadêmicas citadas acima, faremos uma breve incursão em Martins-Afonso (2015) por ser a dissertação que mais diretamente trabalhou as relações entre teoria e clínica psicanalítica. E isso, desde o título: ao colocar um vetor, um movimento da metapsicologia para o dispositivo clínico, o autor está dando destaque a uma relação que sua análise possibilitou delimitar. Partindo do conceito de *inconsciente*, produzido no “núcleo duro” da metapsicologia e um dos “carros-chefes” dos conceitos psicanalíticos freudianos, sua análise apontou para os movimentos que o termo ganha ao *encarnar-se* na clínica como um *fato*, uma *verdade*, e isso no dispositivo clínico.

A introdução dessa dissertação começa citando os trabalhos com entrevistas de psicanalistas nos dias de hoje, as mesmas destacadas em nossa introdução (VEIGA, 2006, LIMA, 2007, e VIARO, 2011). Justamente para apontar, lá, como a verdade do paciente, produzida na escuta do psicanalista, mescla-se com um saber oriundo da teoria. Já pudemos dar o devido destaque a esse tópico, de modo que partiremos para os capítulos seguintes da

¹ Como vimos tentando demonstrar ao longo dessa introdução, dando destaque ao discurso dos psicanalistas entrevistados.

² Com livro publicado *A clínica da analítica da subjetividade* (GUIRADO et. al., 2018).

dissertação. Martins-Afonso (2015) empreende um movimento curioso após sua introdução: após apresentar um interlocutor imerso na ordem do discurso psicanalítico, Jean Laplanche, ao lado do próprio Freud, enuncia que “pode-se dizer que a *metapsicologia* é a *teoria da psicanálise*” (MARTINS-AFONSO, 2015, p. 13, *itálicos do autor*). Até aí, nenhuma novidade, e seguem-se algumas considerações sobre alguns textos considerados metapsicológicos, onde são formuladas as bases para o sistema teórico (p. 13):

...podemos dizer que quando ele [Freud] se refere, em outros textos, aos instintos, ao inconsciente e à repressão (pelo menos), está falando de teoria; ou está usando da teoria para explicar/compreender um fenômeno. De uma maneira ou de outra, as explicações psicanalíticas são caracterizadas por um campo específico de conceitos que funciona como chave de leitura de certa realidade.

O movimento curioso vem a seguir, quando Martins-Afonso (2015) traz para a discussão um texto de Freud, o “Construções em análise” (FREUD, 1937/1976). Interessante, porque após levantada a problemática da verdade produzida sobre o paciente pela instância da teoria, Martins-Afonso (2015) dá “voz” ao Freud que rebate interlocutores (cujas vozes, como por ventriloquia, ele próprio produz) “ácidos” ao saber produzido numa sessão de análise (embora não usando esses termos). É a tal anedota na qual os personagens numa sessão de análise dispor-se-iam como se o psicanalista dissesse: “*Tails I win, Heads you lose*” [Cora ganha, Cara você perde]. Martins-Afonso (2015, p. 14) desenvolve:

Ou seja, se a interpretação do analista está correta, se o paciente concorda com ela e se se reconhece nela. Muito bem. Nesse caso, analista e paciente convencem-se da eficácia e da verdade da psicanálise. Se o contrário acontece, se o paciente rejeita a interpretação do analista, o analista mais uma vez interpreta. Agora, interpreta a recusa do paciente como resistência, e novamente o método e sua verdade estariam a salvo, assim como o analista e sua interpretação.

E Freud (1937/1976) responde a essas acusações em seu texto! Para ele não se trata de dar valor ao *sim* ou *não*, ao *aceite* ou *recusa* de uma *interpretação*, por si só. A resposta é contundente (Martins-Afonso, 2015, p. 14, *itálicos do autor*):

Que o paciente concorde ou discorde de uma interpretação do analista pouco importa em si, o valor de ambos só pode ser extraído do e no processo de análise, ou seja, o valor do *sim* ou do *não* é extraído dos indícios dos efeitos que o analista pode colher depois de uma interpretação; dos efeitos provocados sobre o sintoma, sobre a história da análise, sobre o comportamento do paciente, sobre a relação médico-paciente, entre outros. Desse modo, neste texto (*Construções...*), Freud coloca analista e paciente em cena, para mostrar como acontece o processo de uma análise e rebater a crítica de que tal processo é uma via descendente de mão única.

São essas as “ressalvas” feitas nesse texto, em um reposicionamento dos usos técnicos das teorias freudianas (Martins-Afonso, 2015, p. 13). O movimento a seguir, de Freud

(1937/1976), é fazer considerações sobre as *construções*, e para isso usou vários pressupostos da teoria psicanalítica para justificar essa técnica. Pressupostos que Martins-Afonso (2015, p. 14-5) vai configurando: a determinação inconsciente da vida psíquica, a repressão (de experiências “esquecidas”), a análise que “cura” (como caminho que vai do inconsciente ao consciente, inversamente ao da repressão), e o da transferência, dentre outros. Em poucas palavras, inconsciente, repressão, análise e transferência.

Com esse destaque dos pressupostos (lembra-se, leitor, quando destacamos na introdução *esse modo de proceder* analítico?), o caminho aberto de raciocínio é colocado em suspenso para recuperar algumas ideias de Guirado (2000) em *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. E, nessa toada, o autor Martins-Afonso (2015) vai abrindo seu caminho para a análise do texto “O Inconsciente” (FREUD, 1915/2010). Para isso, ao articular as pesquisas de Veiga (2006), Lima (2007) e Viaro (2011) com as considerações de Guirado (2000), dando foco ao discurso da análise, chega a enunciar que “*a metapsicologia é a teoria que informa o fazer clínico da psicanálise*” (MARTINS-AFONSO, 2015, p. 20, *itálicos do autor*). E prossegue (MARTINS-AFONSO, 2015, p. 20, *itálicos do autor*):

Por via inversa, também é a clínica como prática da psicanálise que “materializa” a teoria. É nelas que as hipóteses psicanalíticas (inconsciente, pulsão, complexo de Édipo, etc.) tornam-se fatos. *A clínica encarna a metapsicologia*.

Pois bem. Assim como é após tais considerações que o autor da dissertação acima segue para a justificativa da seleção de seu *corpus* de análise, também nós aqui encontramos ensejo para realizar o recorte do nosso. Amarrando à discussão que fizemos até agora sobre teoria e clínica³ os conceitos de *instituição* e *discurso*, a compreensão da clínica como *dispositivo-ato-discursivo*, uma cena específica onde a *verdade* do paciente é *produzida* na *escuta* do analista a partir *da instância da teoria*, e levando em conta os pressupostos acima destacados, passemos para o recorte do nosso *corpus* de análise.

No artigo de Guirado, Lima e Veiga (2016) discutiram-se os efeitos de legitimação da prática clínica. Usando o conceito de *instituição*, poderíamos dizer que a *repetição* — do discurso da *teoria* no interior da *prática clínica* — foi produzindo uma verdade sobre o paciente, favorecendo o reconhecimento de que “é assim que se faz análise”. O que se

³ Temos tentado exercer essa maneira de pensar para apontar que, quando uma teoria está sendo usada, ela nunca o é *desencarnada* de suas condições de produção. Ou seja, não consideramos a teoria como algo exterior à prática, não operamos com uma dicotomia entre teoria e prática. Esperamos ter demonstrado isso pela forma como trabalhamos até agora.

desconhece por tal repetição, então, seria justamente o caráter *relativo* desse discurso da teoria. Um discurso teórico, um conceito produzido na instância da teoria, supomos, exige certas considerações para a passagem a outro contexto, este sendo a prática clínica. Se temos como objetivo analisar uma prática em seu caráter *instituinte*, dando destaque ao discurso teórico que subjaz à prática clínica, *poderíamos elencar um texto do discurso teórico para analisar*, assim objetivando uma relativização sobre seu caráter *instituído*. Uma tentativa de desnaturalização disso que foi, em algum momento, instituído.

Nossa proposta, aqui, é essa: a análise de um texto do discurso teórico psicanalítico. Como Martins-Afonso (2015, p. 23) aponta, é um caminho inverso, em termos de teoria e clínica, de outras pesquisas empreendidas pela AID (VEIGA, 2006, LIMA, 2007, VIARO, 2011). Nessas, investigou-se a prática clínica, daí emergindo o modo como a teoria era ali utilizada, no resultado das análises. Já em Silva (2014) e em Martins-Afonso (2015), a proposta foi partir de um texto da teoria; a clínica ali surge durante as análises, no contato com o texto teórico analisado. O nosso trabalho insere-se nesta segunda linha, que elege como *corpus* um texto do cabedal teórico da psicanálise. Mas, como bem aponta Martins-Afonso (2015, p. 23), isso não significa ou garante que o mesmo ocorra com nosso trabalho, que também encontraremos aqui a clínica no bojo da teoria. Afinal, estamos apenas definindo uma linha de partida.

2. FREUD, UM DISCURSO ABERTO

A questão que se impõe na sequência é esta: qual texto analisar?

O pressuposto que destacaremos, presente na teoria da técnica da *construção* (como destacado acima, em 1.4), e que perpassa os escritos freudianos em sua obra, será o de “análise” (do inconsciente para o consciente) como tratamento. Poderemos prosseguir nessa discussão dos pressupostos ao acompanhar o capítulo IV do livro de Marlene Guirado (2018, p. 85)⁴, que leva o nome do presente item, “Freud: um discurso aberto”.

O capítulo apresenta uma organização particular do texto de Freud, após mais de trinta anos de estudo de sua obra e que, nos dias de hoje, já chega perto dos quarenta anos. Como escrito na época de sua livre-docência, e ainda válido nos dias de hoje, trata-se de “uma tarefa em andamento” (p. 85). Tarefa que esta dissertação de mestrado pretende continuar. Vale destacar, falamos um *recorte* operado pela estratégia de pensamento da AID, não uma nova ou outra “leitura” ou “interpretação” de Freud (p. 86). Dentro desse recorte, faremos o *nosso* para prosseguir com a dissertação.

No subcapítulo “1. A psicanálise e a invenção do psicológico” (p. 86), há uma análise do livro de Freud (1900/1976) *A interpretação dos sonhos*, onde o sonho “coloca-se à análise e esta segue o caminho inverso ao de sua produção: o de decodificação por fragmentações das imagens/textos, e de associações livres a cada trecho destacado” (GUIRADO, 2018, p. 87). O que interessa, aqui, é que há “suposições [...] que acabaram por configurar todo o dispositivo teórico psicanalítico” (p. 87). Recortaremos as que serão de maior valia para esta dissertação: “c. a pulsão sexual/libido como a energia responsável por toda ação possível; d. as representações como sua [das pulsões] ponta-de-lança e selo das ligações com o mundo” (p. 88).

Temos então um denso parágrafo que configura os pressupostos psicanalíticos, aquilo que estaria animando o pensamento daquele médico-inventor da psicanálise, Freud, naquele momento (GUIRADO, 2018, p. 88):

Ora, a psicanálise fundada nesse momento é aquela das representações, em última instância. Sua condição de possibilidade é a pulsão sexual. Seu funcionamento é um intrincado processo de investimentos (catexias) libidinais, frustrações, retornos ao ego e repressões, continuamente forjadas pelos intercâmbios do sujeito consigo e com o mundo externo. A ideia de conflito é de especial importância, pois estes processos forçariam limites ao

⁴ Publicação em livro mais atual a partir da tese de livre docência de 2009.

funcionamento pelo princípio do prazer e aberturas ao princípio da realidade, o que implicaria, antes de tudo o movimento pulsão/repressão.

Com esses elementos dispostos, passaremos agora para o subcapítulo “2. Do inconsciente do sonho (e) de narciso à morte inconsciente” (p. 91). Explicitando alguns sentidos possíveis desse subtítulo, temos elementos para o *nosso* recorte (GUIRADO, 2018, p. 91, itálicos da autora):

O pressuposto é que a psicanálise caminha do representável ao irrepresentável na compreensão da vida psíquica. E a trilha conceitual que sustenta tal percurso é a metapsicologia, sobretudo, a teoria das pulsões. Dito desta maneira, tudo parece possível, uma superfície conceitual sem arestas e sem oposições. No entanto, nem a Freud as coisas se passaram dessa maneira. Caso contrário, não teria escrito *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/2010) como quem “pisa em ovos”. No texto em que postula a pulsão de morte, cerca-se de rigor e cuidados visíveis para ser suficientemente convincente, inclusive a si próprio, ao que tudo indica. Por que tudo isso? Porque certamente reconhecia os riscos de “pôr abaixo” o edifício psicanalítico construído por uma sólida experiência clínica e por longos textos a bico de pena. Todo ele fundado numa teoria da pulsão sexual de investimentos em relações amorosas significativas, desde o início da vida.

Nessa análise dos pressupostos da psicanálise, o que gostaríamos de destacar é o modo como se mostra a *instituição da teoria* psicanalítica. Para além do *dito*, do conteúdo, na análise do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010), o que Guirado (2018) destaca é o modo de *dizer*, um modo de escrita que aponta para uma certa “cautela”. E isso pelo risco que o edifício teórico está sofrendo, ao se trabalhar com algo *além* do representável, fundada que estava a construção na teoria da pulsão sexual. Guirado segue com sua análise, e nós a acompanharemos de perto, nesta longa citação (2018, p. 91-2, itálicos da autora):

Façamos uma retomada da intrincada teorização sobre as pulsões, para que melhor se justifiquem os pressupostos.

A primeira versão da teoria apresenta a divisão entre pulsões de autoconservação e pulsão sexual. Passando pelos estudos introdutórios ao narcisismo, que buscamos demonstrar ser uma poderosa vertente para também pensar as pulsões⁵, Freud aposta na sexualidade como esse universo de representantes psíquicos que registram o movimento em direção ao fora e aos objetos do mundo que se colocam no campo do exercício da força pulsional. Eros é aproximação e a vida erótica supõe inevitavelmente o encontro com um objeto, no caminho da satisfação.

Um organizador importante dos conteúdos fantasmáticos e dos processos e mecanismos que respondem pelo nome de *inconsciente* é o complexo de Édipo. Nele, cruzam-se fantasias sexuais abandonadas em favor de identificações com figuras parentais, angústia de castração e seu correlato, a inveja do pênis; cruzam-se, ainda, a instauração de uma repressão exemplar, aquela do triângulo amoroso filho/pai/mãe, e a decorrente criação do superego, herdeiro de toda essa trama. Uma supertrama que envolve um

⁵ Vide Guirado (2018, p. 88-91), e especialmente a análise de Silva (2014) sobre o mesmo texto.

corpo erógeno, fantasias e circunstâncias concretas; é considerada a pedra angular da psicanálise, radicalmente relacionada com o universo das produções psíquicas, do desenvolvimento normal às neuroses.

Feita esta intrincada retomada da teoria das pulsões, além de destacar os pressupostos psicanalíticos a que se relacionam (podemos ver quão densa é essa “supertrama” conceitual), sigamos nessa análise institucional do discurso de Freud (GUIRADO, 2018, p. 92, *itálicos da autora*):

Pois bem. Bem indicado o lugar da sexualidade na garantia da vida, como demarcar o de seu antagonista, a morte? Em *Além do...* (Freud, 1920/2010) munindo-se, em princípio, de “evidências” psicológicas como a compulsão à repetição, os sonhos e as neuroses traumáticas, Freud busca, em estudos biológicos, suporte para a afirmação de um princípio, tão originário quanto o da pulsão de vida, que deixado à própria sorte, por uma ação interna ao organismo, o levaria à morte. No sentido oposto ao da sexualidade, não tem vocação à saída para os objetos do mundo e sequer se representa. Em dado momento, no referido texto, afirma que é a vida que atrapalha a morte e não, como se costuma pensar, o inverso. A possibilidade de investimento de energia fora do próprio organismo, de enlaçar objetos e de se representar, de fantasiar, esse enlace, faz da pulsão de vida (segunda teoria das pulsões que opõe pulsão de vida e pulsão de morte), uma tensão constante a impedir a realização de um caminho automático para a morte, pelo princípio da inércia.

Tudo até aqui foi fruto da análise que a autora empreendeu do texto “Além do princípio do prazer”, destacando a trama de pressupostos ali trabalhada e reformulada. Uma conclusão, então, se anuncia por este recorte (GUIRADO, 2018, p. 92):

Assim pensado o jogo das pulsões, faz sentido considerar que o psíquico é da ordem da sexualidade e da vida; a morte não dirige a qualquer formação psicológica. É desse modo que mesmo a repressão, mecanismo (psíquico) aparentemente tão contrário à sexualidade, não se alista entre as ações da morte; isto, por uma única razão: ela supõe o tempo todo o jogo ideia/afeto e, com isto, estamos na ordem do psicológico.

Como Freud resolve o impasse? Afirmando, como o fizera na primeira teoria, que as pulsões se exercem sempre como uma mescla e não isoladamente. Isto quer dizer que sempre que a pulsão de vida é investida, carrega consigo um tanto de pulsão de morte; o que se mostra na ação que satisfaz a pulsão (agora, desejo) é o sadismo (entendido na primeira teoria como pulsão parcial, agressiva, que se desviaria da corrente principal, para se desenvolver com relativa independência).

As considerações de Guirado (2018, p. 92-3) seguem para as mudanças em relação à compreensão do sadismo e masoquismo, em textos posteriores ao “Além...” (FREUD, 1920/2010). Na continuação, Guirado desenvolve o modo como a instância da teoria vai formulando um sujeito específico da psicanálise, o sujeito da “mescla das pulsões” (p. 93), discussão que Viaro (2016) pôde fazer com fôlego em seu doutorado. Para finalizar este item (GUIRADO, 2018, p. 93, *itálicos da autora*):

É assim que Freud marca o traçado da morte na vida psíquica. E, uma vez mais, o criador sustenta, no discurso da teoria e da metapsicologia bem como no exercício argumentativo de coerência ímpar, sua criatura. Mesmo que, ao final do minado texto *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/2010), tenha afirmado que o que escrevera não passava de especulações, como não passa de especulações, a metapsicologia. E seu discurso retoma sua preciosa indeterminação...

2.1. A pergunta de pesquisa e a delimitação de um corpus

É a hora do recorte.

Com as problemáticas levantadas na “Introdução” sobre a instância da teoria na escuta do analista produzindo uma verdade sobre o paciente da clínica, além de trazer as afirmações de Matins-Afonso (2015) em (1.4.), de que “*a metapsicologia é a teoria que informa o fazer clínico da psicanálise*” (p. 20, itálicos do autor) e que, por via inversa, “*A clínica encarna a metapsicologia*” (p. 20, itálicos do autor), *elencamos nesta dissertação o conceito de pulsão de morte* para, na análise do texto que o inventou, podermos acompanhar como se produz esse conceito, do ponto de vista da *instituição da teoria psicanalítica*. Em outras palavras, objetivamos remeter o conceito à suas condições de possibilidade e seu contexto de produção. Nos propomos a configurar, a partir da análise institucional do discurso do texto fundador da pulsão de morte, quais as consequências para o “edifício teórico psicanalítico”, construído até ali a tão duras penas. Tudo isso, atentando para o lugar que esse conceito vai ocupar na teoria em suas relações com a prática clínica psicanalítica — e isso observando a maneira com que são dispostos os lugares da teoria e da clínica, no discurso de Freud.

Formulando a pergunta de pesquisa em uma frase: *Como Freud produz o conceito de pulsão de morte?*

Para responder tal pergunta, o *corpus* para análise será seu texto de invenção, de produção do conceito, o “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010).

Para isso já temos uma análise feita deste texto, que destacamos no item acima (2), empreendida por Guirado (2009); da qual podemos extrair algumas hipóteses norteadoras para a presente pesquisa:

- 1) A escrita do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010) como *quem “pisa em ovos”*, ou seja, uma “cautela” no modo de produção deste texto — rigores e cuidados para ser convincente;

- 2) Este modo de escrita relacionado ao “perigo” do desmoronamento do edifício psicanalítico, levantado tijolo por tijolo pela “solidez” da experiência clínica e toda a produção teórica até então. “Perigo” esse constituído pelo lugar que a morte, o irrepresentável poderá ocupar na fundamentação do fazer clínico, uma vez que toda a prática da psicanálise estava fundada na representação investida pelas pulsões sexuais;
- 3) A mescla das pulsões que sustenta, no *discurso da teoria* e da *metapsicologia*, bem como no exercício argumentativo, a criatura de Freud — a psicanálise, mesmo assumindo que tudo é especulação.

2.2. Das especificidades e dos efeitos desta estratégia de pensar

Bom, uma vez que elencamos o conceito de pulsão de morte para estudo, não deveríamos então levantar o que autores psicanalistas nacionais e internacionais disseram sobre o tema, tais como Mezan (2011), Monzani (1989) e Laplanche e Pontalis (2001)? Ou ainda, se pretendemos analisar o “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010), não seria o caso de dialogar com um autor que realizou uma leitura deste texto, como Figueiredo (1999)?

Pois bem, todos estes autores foram trabalhados em um outro momento, e justamente pelo autor da presente dissertação. Onde? Ou seja, em que *contexto* tais autores foram trabalhados?

Durante o período final de minha graduação em psicologia, em meio a supervisões para a prática clínica, iniciei uma pesquisa teórica sobre conceitos psicanalíticos, a saber, o “trauma psíquico” e a “cisão do Eu” como “mecanismo defensivo”. Lá, em meio às formalidades e requisitos normativos para se produzir um relatório de Iniciação Científica⁶, começamos um percurso para delimitar a trama conceitual daqueles dentro da metapsicologia freudiana, especialmente a partir de 1920, ano de publicação do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010). Os pressupostos eram explicitamente psicanalíticos, e os interlocutores escolhidos — comentadores da obra de Freud, acima citados — partiam e/ou dialogavam com os mesmos pressupostos. E isso, vale notar, acontecia tanto em obras cujo

⁶ Relatório de Iniciação Científica “Trauma e cisão do Eu na segunda teoria pulsional freudiana”, amparado pela Bolsa Institucional da Reitoria da Universidade de São Paulo – RUSP, vigência 2014/2015, orientado pela prof. Livre Docente Ana Maria Loffredo.

contexto de produção circunscrevia uma pesquisa em/para a psicanálise (FIGUEIREDO, 1999 e LOFFREDO, 2014), como em contextos de produção de outras áreas de conhecimento em que a psicanálise era seu alvo, como uma tese⁷ de mestrado em Filosofia Moderna que depois foi publicada (MEZAN, 2011) ou uma tese de doutorado em Filosofia e Epistemologia (MONZANI, 1989).

O escopo e o resultado daquela pesquisa de iniciação em psicanálise, então, foi o desenho da trama conceitual entre as noções de “trauma” e “cisão do Eu”, a partir da *interpretação* de alguns textos da obra freudiana e de seus comentadores, entre as quais a do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010) teve papel de destaque. Ou seja, o presente autor já trabalhou o mesmo texto escolhido para análise desta dissertação de mestrado, em um *outro* contexto. Para o desenho daquela trama conceitual, foram utilizados mais de vinte textos diferentes de Freud, além dos já citados comentadores, e a leitura do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010) era realizada em constante diálogo com a bibliografia que o cercava. Tal amplitude bibliográfica parecia ser algo que Foucault (1971/1999, p. 51-2) chamou de “o princípio de sua [do discurso] expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a de autor, da disciplina...”. O *autor* em destaque naquela iniciação científica sendo Freud, e a *disciplina* a psicanálise. Guardemos esses destaques, pois eles serão úteis para marcar as diferenças e as especificidades de métodos e contextos diferentes em produções acadêmicas.

Daquela iniciação científica, inserida na ordem do discurso psicanalítico e acadêmico, ficou para aquele pesquisador iniciante um certo gosto e um prazer em ler e atentar para a maneira como eram produzidos os conceitos na escrita freudiana. Movimento de pensamento, trama de conceitos, mudanças e rearticulações teóricas, tudo isso teve de ser considerado para responder a uma pergunta metodológica: “como ler Freud?”. O que passou *despercebido*? Essas leituras de Freud, em seus diversos métodos de exercício dos comentadores citados, fizeram-se *sempre* como uma sistematização de sua *teoria*. Havia certo encanto pelas verdades produzidas na/pela psicanálise — certa “vontade de verdade”, para usar outro termo do léxico de Foucault (1971/1999) — que direcionava o olhar da leitura para sua consistência como teoria. E, pela maneira como eram sempre “relativizados” seus conceitos, “assumidos” como ficções teóricas, com pressupostos contextualizados, parecia que se trilhava no campo do verdadeiro com certa distância crítica.

⁷ Na “Nota preliminar” de seu livro, “Freud: a trama dos conceitos”, Mezan (2011, p. IX) se refere ao seu trabalho acadêmico como “tese de mestrado em Filosofia Moderna”, e não dissertação, como comumente é referido um trabalho de mestrado.

Formular a pergunta “O que passou despercebido?”, ao olhar com certa distância aquela Iniciação Científica, já foi um efeito sobre o autor que aqui escreve. Efeito desta estratégia de pensar que temos exercitado (a AID). E nesse novo olhar, uma consideração que reforça a necessidade de atentar para a *instituição da teoria psicanalítica*.

Para seguir com essa estratégia, e trazendo uma tarefa que Foucault (1971/1999, p. 51-60) propõe para um trabalho analítico, algumas exigências metodológicas, podemos dizer o seguinte: em vez daquele princípio de *expansão* e de *continuidade* do discurso (e isso nas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como *autor*, *disciplina* e a *vontade de verdade*), no modo de produção daquela Iniciação, exercitaremos aqui um princípio de *inversão* (FOUCAULT, 1971/1999, p. 51)! Ou seja, trabalharemos com o *jogo negativo* de um *recorte* e de uma *rarefação do discurso* (p. 52). Estes conceitos serão mais detalhadamente discutidos adiante em *Método*.

Nesse sentido, não trabalharemos com mais textos além do próprio “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010), uma vez que buscamos o modo *como* Freud *produz* esse conceito, neste texto. Foi isso que acima chamamos (1.4), ao tratar do trabalho de Silva (2014), de um recorte *histórico, pontual, casual e estratégico*. Assim, propomo-nos a realizar uma análise institucional do discurso de Freud, e não uma interpretação. É por isso que os interlocutores escolhidos para a fundamentação da pergunta de pesquisa, as análises e o método, nesta dissertação, foram selecionados dentro do escopo de trabalhos na AID. Não desconsideramos os interlocutores psicanalistas e suas produções a respeito do conceito de pulsão de morte. Mas, para a especificidade de nossa pergunta, buscando o lugar *institucional* deste conceito e suas consequências para a *instituição* psicanálise, temos na AID as interlocuções e produções que diretamente nos facultam alcançar os objetivos a que nos propomos. Novamente — e a esta altura da escrita esperamos tê-lo demonstrado — de *fora* da psicanálise.

3. MÉTODO: UMA ESTRATÉGIA DE PENSAMENTO ORGANIZADA POR CONCEITOS

Durante a introdução (Capítulo 1) e também no desenvolvimento do segundo capítulo tentamos exercitar os conceitos apresentados da Análise Institucional do Discurso. Como já trabalhamos alguns deles, destacaremos os já abordados para, em seguida, fazer uma incursão nos que ainda necessitam de detalhamento.

Retomemos aquela breve exposição dos conceitos organizadores da Análise Institucional do Discurso (GUIRADO, 2015), constituída na interface com a sociologia da análise de instituições concretas de Guilhon de Albuquerque, com a linguística pragmática da análise do discurso francesa de Dominique Maingueneau e com o pensamento de Michel Foucault, a que ambas as perspectivas acima estão relacionadas. Deste último, temos uma citação que faz uma distinção importante para nós: “Uma vez que uma teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser afirmada como uma base para um trabalho analítico” (FOUCAULT, 1995, p. 232). O que fazemos é produto de uma estratégia de pensamento organizada por conceitos (GUIRADO&LERNER, 2007, p. 14). Estes devidamente inseridos num conhecimento das condições históricas que os produziram.

Essa maneira de pensar o que se entende por “método” difere de algumas noções reconhecidas em trabalhos acadêmicos de outras perspectivas. Na AID, foi fruto da análise de um dos textos que poderíamos dizer centrais para essa estratégia, que é o capítulo de “Método” de Michel Foucault (1988, p. 102-13). Apresentaremos essa construção de sentido, localizada no “Prefácio” de *Psicologia, pesquisa e clínica* (GUIRADO In: GUIRADO&LERNER, 2007, p. 14, itálicos da autora):

Foucault, em sua obra *História da Sexualidade I – A vontade de Saber*, dedica um capítulo a “Método”. O curioso é que esse é o título do capítulo, e em nenhum outro momento do texto a palavra volta a ser empregada. Para aqueles que não deixam passar em branco a relação entre título e texto, esse desaparecimento intriga. Busca-se, então, alguma razão para tanto. E o que se encontra? Uma textual conceituação de poder. Por que isso? Bem, para essa última pergunta só é possível construir uma resposta, uma vez que ela não é dada pelo autor. E foi o que fizemos: atribuímos um sentido que rompia com a expectativa que se tem de textos considerados teóricos. Que sentido? O de uma possível compreensão a respeito do que seja método: uma estratégia de pensamento que se organiza em torno de um conceito, ou de conceitos.

Será nessa perspectiva, então, que o termo será tomado doravante por nós.

“Nós”, autores e leitores do livro *Psicologia, pesquisa e clínica* (GUIRADO&LERNER, 2007), e também nós, autor e leitores dessa dissertação de mestrado. Sigamos então.

Por uma aproximação (e não mais do que isso) da psicanálise, faz-se uma definição do *objeto institucional*⁸ da psicologia: as *relações*, tal como imaginadas e simbolizadas por aqueles que concretamente as fazem. Por exemplo, quais relações estão sendo configuradas por um cliente, no contexto concreto de um atendimento clínico, onde o que se está em jogo é discurso em análise (da qual faz parte o analista e suas expectativas)?

Atentemos, então, ao conceito organizador de *instituição*: tomado da sociologia das instituições concretas de Guilhon Albuquerque, o conceito será aqui entendido como um conjunto de práticas ou relações sociais que se repetem e se legitimam, na ação mesma de seus atores; práticas que, nesta repetição, exercem efeitos de reconhecimento e desconhecimento no plano das representações, de modo a dar um caráter de legitimidade, de naturalidade àquilo que foi instituído. Práticas profissionais, relações familiares, relações afetivas, todas essas podem ser tomadas a partir da repetição da ação de seus atores vida afora. Ou seja, não se trata de uma definição corrente de instituição como *organização*; podemos inclusive falar, por exemplo, da instituição clínica psicológica e a instituição clínica psicanalítica, conforme o desenvolvido em nossa Introdução.

O segundo conceito trabalhado pela AID é o de *discurso*, na concepção de Michel Foucault: discurso como ato, que guarda relação com a instituição (como vimos nos exemplos das cenas genéricas de um atendimento), que circula com uma mobilidade desigual e variada. Discurso que, como num jogo, faz-se/representa-se/fala-se, institui lugares, sentidos, correlações de poder, produz verdades e subjetividades.

Os próximos conceitos vêm da análise pragmática do discurso francesa, em específico a de Dominique Maingueneau, e são eles *gênero de discurso*, *comunidade discursiva* e *cena enunciativa*. Estes permitem pensar a linguagem como discurso-ato, ato de fala cujo sentido só se pode apreender pelo contexto em que se produz, pelo dispositivo social que o matricia. Poderíamos agrupar estes conceitos em apenas um termo: são *analísadores*, são vetores a partir dos quais se procederá a análise (GUIRADO, 2009, p. 115). Aproveitemos essa deixa

⁸ “O *objeto institucional* é aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio de legitimidade. Definir-se como instituição é, portanto, apropriar-se de um objeto. Nesses termos, o objeto institucional não pode ser um objeto material, como os recursos de uma organização, mas imaterial, *impalpável*, e o processo de apropriação desse objeto é permanente, como processo de *desapropriação* dos indivíduos ou de outras instituições, no que concerne ao objeto em questão” (GUILHON-ALBUQUERQUE, J. A. In GUIRADO, 1987, p. 53, itálicos do autor).

para dar voz ao analista de discurso francês, a partir de uma aula que depois integrou um livro de Guirado (2000). Vejamos, na aula “Sobre Discurso e Análise do Discurso”, o que ele tem a dizer sobre as “disciplinas do discurso” (MAINGUENEAU In: GUIRADO, 2000, p. 23, *itálicos do autor, sublinhados nossos*):

Não se pode definir análise do discurso a partir dos objetos, dizendo, por exemplo, que estuda a conversação e outras disciplinas o discurso científico, pedagógico, literatura, etc. Entre análise convencional e Análise do Discurso não há diferença de objeto; há uma diferença de ponto de vista. A Análise do Discurso pode perfeitamente estudar uma conversação, apoiar-se sobre os trabalhos dos conversacionalistas, mas vai utilizá-los para outro objetivo.

A meu ver, a análise do discurso é uma disciplina que procura pensar a relação entre um lugar social e uma certa organização textual. Digo “lugar social”, num sentido amplo: a política, um jornal, uma doutrina, a literatura, um hospital, uma aula, a entrevista no consultório entre um psicólogo e um cliente são “lugares sociais”. Uma vez que a análise do discurso é uma disciplina que articula um lugar social e uma organização textual, seu objeto é precisamente a articulação. Seu objeto, pois, não é o texto: (...) Se o objeto da análise do discurso não é a coerência do texto, mas a articulação entre essa coerência e um lugar social, a noção de *gênero de discurso* será privilegiada.

Essa maneira de configurar um objeto como a *articulação* entre lugar social e organização textual, na Análise do Discurso francesa de Dominique Maingueneau, vem ao encontro da noção de *instituição* que trabalhamos com Guilhon Albuquerque. O leitor pode ter reparado, na escritura das pesquisas e desta própria dissertação, que o tempo todo estamos considerando a articulação entre os lugares exercidos pelos personagens em cena, entre leitor e escritor, cliente e psicólogo, paciente e psicanalista, e bem como a organização de enunciados, escritos ou falados, que estes produzem.

Pois bem, passemos agora à noção de *gênero de discurso*. Vamos dar voz mais uma vez ao professor Maingueneau para dizer o que é um gênero do discurso (MAINGUENEAU, In: GUIRADO, 2000, p. 24):

Um gênero do discurso é um dispositivo social de produção e de recepção de discurso. Por exemplo, o que estou fazendo agora é um gênero de discurso, um gênero “aula universitária”. Nessa aula a análise do discurso estudará a articulação entre os recursos linguísticos do que estou dizendo, a organização textual em sentido muito amplo e o funcionamento social da aula. O que estou dizendo é, ao mesmo momento, um acontecimento social e uma certa organização verbal; a articulação dos dois é o núcleo da análise do discurso.

Usando uma metáfora, o gênero do discurso como “quadro”. Uma metáfora que novamente vem ao encontro da noção de *instituição* (de Albuquerque), a partir do que seriam as *instituições discursivas*, que para Maingueneau podem ser entendidas em duas direções (MAINGUENEAU, In: GUIRADO, 2000, p. 93, *itálicos e sublinhados do autor*):

Significa que o discurso é uma instituição, no sentido tradicional. Significa, também, que o discurso *institui*, instaura, as condições de sua possibilidade. O gênero de discurso é preestabelecido, mas também o quadro preestabelecido tem de ser relegitimado a cada enunciação. Os quadros genéricos são acordos tácitos; não existem como coisas. E são sempre suscetíveis de transformação.

Outro aspecto da noção de gênero de discurso é a inseparabilidade conteúdo/gênero de discurso. É uma coisa difícil de entender, mas o sentido não é somente o que está na mensagem: ele é sempre a relação com o quadro.

Pois bem, estabelecida esta noção como “quadro”, passemos para os níveis de análise do gênero do discurso. São pelo menos três níveis, tal como trata Maingueneau (In: GUIRADO, 2000, p. 96-7):

O primeiro nível seria o tipológico. Quando se está vendo na TV, por exemplo, um candidato que está procurando ser eleito, a primeira coisa é identificar isso como política. Cada tipo de discurso implica uma certa definição dos dois parceiros: no caso do discurso político, o ouvinte é interpelado como cidadão. Da mesma maneira, quando você está lendo um texto religioso cristão, o enunciador tem de falar “em nome de Deus”, e o sujeito que é parceiro do “representante de Deus” é interpelado como sujeito religioso, como “alma”, ou “filho de Deus”... Pois bem. Nesse nível já há uma determinação dos parceiros.

O segundo nível é o da “cena genérica”. Como exemplo, retomo o caso do discurso de propaganda eleitoral. O enunciador desempenha o papel de candidato, e o outro é eleitor. Uma criança pode olhar a televisão, evidentemente, mas pertence ao público empírico, não à cena genérica da propaganda eleitoral. É a distribuição clássica entre o co-enunciador-modelo e o público, que é uma realidade empírica. O gênero de discurso é um objeto “ideal”, pois é uma rede de normas. Se uma amiga chega em sua casa e começa a fazer confidências, contando os problemas, você está no papel de confidente! E você tem de coincidir com esse papel; ou seja, tem de escutar, dar conselhos, tem de lamentar-se; há uma série de condições para desempenhar corretamente o papel de confidente.

[...]

Agora chegamos ao *terceiro nível do gênero*. É um nível que agora chamo *cenografia* e que em *Novas tendências...* chamava de cena discursiva. Trata-se da relação, do tipo de relação que cada discurso estabelece.

Cada discurso, independentemente do gênero, procura definir uma certa imagem da relação. Retomo o exemplo do político candidato que aparece na televisão no meio do campo, com vacas, com bonés, etc. O que vemos nessa propaganda não é somente um candidato, o homem político; o que vemos também é um homem do campo. O ouvinte, o público, está constituído como homem do campo, também. E o lugar é o campo; e o tempo é um dia de verão, de outono, no interior de São Paulo. Essa cenografia, essa construção por intermédio do discurso, é fundamental, porque cada vez que entramos num gênero de discurso, na realidade, estamos, também, construindo a relação na qual estamos implicados.

O discurso não é somente a realização passiva de um quadro; é uma construção/reconstrução desse quadro.

O leitor deve ter reparado que, durante toda esta escritura, desde seu começo, usamos diversas vezes o termo “cena”. Em muitos momentos ele estava construindo um sentido a partir deste referencial. Quando apresentamos a primeira cena de atendimento, ainda era um gênero de discurso “psicoterapia” ou “psicanálise”, mas dentro do gênero de discurso de “um atendimento em psicologia”. Quando passamos para a cena genérica da psicanálise, estávamos operando esse segundo nível de análise. Dizem-se “genéricas”, pois tratam dos lugares que seus atores vão assumir (psicanalista e paciente, enunciador e co-enunciador, autor e leitor) ainda sem se considerar o que acontece no dia-a-dia. Há um problema aqui, pois nem sempre esses papéis serão assumidos sem uma espécie de conflito com “os sujeitos reais”. Justamente, o terceiro nível de análise, que trabalha o *como* são exercidos esses papéis numa cena particular, com hora e local específico: é o nível da *cenografia*. Neste, que é o mais imediato e concreto, o quadro pode ser reconhecido como legítimo (ou não) e ao mesmo tempo legitimar e fazer reconhecer os agentes que falam a partir dele, conferindo-lhes autoridade. O discurso sempre coloca em relação dois lugares, por isso na fala há as ideias que são comunicadas, há o fazer-se reconhecer como aquele que fala, e também o ato de reconhecer o lugar onde o discurso está sendo recebido.

O último conceito a ser trabalhado nesta seção é o de *comunidade discursiva*. É uma noção que permite ligar dois aspectos, a saber, comunidade social discursiva e discurso. Se a comunidade é a condição do discurso, este é também um modo de organizar os homens. Em poucas palavras, é uma maneira de dizer que o texto participa da construção do contexto (sempre negociável). Isto tem implicações importantes para a análise que empreenderemos, portanto sigamos as palavras de Maingueneau para delimitarmos o que se entende por “contexto” (MAINGUENAU In: GUIRADO, 2000, p. 30, *itálicos do autor*):

O último tema que vou evocar aqui é a subversão da oposição entre texto e contexto. Temos sempre a ideia de que o contexto está ao redor do texto, está fora do texto. Mas o contexto está também na cabeça das pessoas que estão no contexto... Um contexto não é uma realidade objetiva, é algo que os parceiros da fala têm na cabeça. Cada um define, por intermédio de sua fala, o contexto no qual está falando. Os falantes cooperam ou brigam para definir o contexto no qual estão falando.

O discurso não está somente no contexto, mas está sempre construindo esse contexto. O contexto é uma realidade dinâmica. Se você está falando com um paciente e você está no papel de terapeuta, e num dado momento ele procura mudar as regras do jogo e dizer algo, implicando o terapeuta num outro tipo de relação, ele está introduzindo modificações no contexto. Se você aceitar essa modificação o contexto vai modificar-se. Ou você pode recusar essa modificação e indicar, de um modo implícito, que você quer ficar dentro de tal contexto. Assim, o contexto é uma realidade negociada. Não é uma coisa dada.

3.1. Nota sobre a tradução

Para realizarmos a análise institucional do discurso do *Além do princípio do prazer*, optamos pela tradução direto do alemão de Paulo César de Souza (FREUD, 1920/2010). Tivemos alguns critérios para esta escolha, que serão mencionados a seguir.

Primeiro, as traduções dos textos de psicanálise, desde suas primeiras versões, sempre provocaram polêmica no meio psicanalítico e acadêmico. A questão era sempre referente aos termos “técnicos”. As aspas aqui se devem ao fato destes termos e muito da justificativa das polêmicas que os envolvem, serem justamente de *dentro da ordem do discurso psicanalítico*. Como nossa pesquisa é de *fora* desta ordem discursiva, isso já ganha certo peso no critério de escolha da tradução.

E Paulo César se *posiciona* como *tradutor* para seus leitores, em sua nota sobre “Esta edição” (SOUZA, P. C. de, In: FREUD, 2010, v. 14, p. 9): “O objetivo da presente edição é oferecer os textos com o máximo de fidelidade ao original, sem interpretações ou interferências de comentaristas e teóricos posteriores da psicanálise, que devem ser buscadas na imensa bibliografia sobre o tema”. Ou seja, se posiciona como tradutor *de fora* da ordem]do discurso psicanalítico.

Ele justifica em outro lugar as palavras que escolheu para tradução, mas a maneira de se posicionar frente aos termos técnicos *dá notável liberdade para seu interlocutor, seu leitor, ou seja, nós* (SOUZA, P. C. de, In: FREUD, 2010, v. 14, p. 12):

No tocante aos termos considerados técnicos, não existe a pretensão de impor escolhas aqui feitas, como se fossem absolutas. Elas apenas pareceram as menos insatisfatórias para o tradutor, e os leitores e psicanalistas que empregam termos diferentes, conforme suas diferentes abordagens e percepções da psicanálise, devem sentir-se à vontade para conservar suas opções. Ao ler essas traduções, apenas precisarão fazer o pequeno esforço de substituir mentalmente “instinto” por “pulsão”, “instintual” por “pulsional”, “repressão” por “recalque”, ou “Eu” por “ego”, exemplificando. No entanto, essas palavras são poucas, em número bem menor do que geralmente se acredita.

Nesta dissertação de mestrado, exercitarei a liberdade enunciada por Paulo César e darei um pequeno passo a mais, como procedimento para escrita. Pela história de pertença a certa comunidade discursiva, já tenho como pesquisador, certas preferências por termos, como pode ser notado no próprio título desta dissertação (onde usei “pulsão” ao invés de “instinto”). O passo a mais de liberdade que comentei, como procedimento de escrita, será de, nas citações que farei do texto de Freud (1920/2010), colocar entre colchetes os termos pelos quais tenho preferência. A ideia não é adentrar as polêmicas, pelo contrário, apenas de me

posicionar e trazer certo procedimento de escrita que apresente este posicionamento.

Mas ainda temos mais um comentário a fazer, pois o conceito que escolhemos é justamente um desses termos considerados técnicos. Em seu livro *As palavras de Freud* (SOUZA, 2010, p. 250-69) há um capítulo de vinte páginas que se depara de frente com a polêmica, e o tradutor se debruça sobre cada um dos pontos de vista. Para nós, é interessante apenas destacar a escolha de Paulo César por “instinto” para verter o *Trieb*. “Tanto no caso de ‘instinto’ como no de ‘pulsão’ existem ganhos e perdas. Apenas afirmo que neste as perdas são maiores que nos ganhos, e naquele os ganhos ainda superam as perdas.” (p. 261).

Um dos ganhos de verter *Trieb* por “instinto” está na amplitude semântica que ambas as palavras têm em suas respectivas línguas (p. 257):

Ora, buscando-se um “equivalente” [para *Trieb*] assim amplo, vago e rico em associações, numa língua neolatina, o candidato natural seria “instinto”. Seria e foi, no passado, quando se traduziram autores alemães que o empregaram bastante, como Schopenhauer e Nietzsche. O neologismo [*pulsion*, em francês, ou pulsão] que se propõe para substituí-lo é mais abstrato e pobre em conotações.

Faço este comentário porque, sem me dar conta, ao realizar a proposta de procedimento de colocar a “pulsão” entre colchetes nas citações de Freud (1920/2010), me vi num momento da análise que fazia mais sentido a palavra “instinto”. Me refiro às interlocuções com o discurso biológico que Freud realiza em seus capítulos V e VI, e que foram importantes para a produção, a lapidação e encaixe na teoria psicanalítica do conceito de pulsão de morte, ou instinto de morte. Não é um comentário para entrar na polêmica, mas ao realizarmos a pesquisa pela análise institucional do discurso do *Além do princípio do prazer*, com essa tradução (FREUD, 1920/2010), foram feitas escolhas na escrita antes não pensadas, onde concordei com a escolha do tradutor. De qualquer maneira, o posicionamento se mantém, e não teve efeitos que mudariam os resultados da análise.

3.2. Procedimentos de análise

Apresentados os conceitos do método, temos de reconhecer que, na lida com o *corpus* analisado, há a necessidade de estipularmos procedimentos específicos que orientem o trabalho. Após realizar, nos capítulos iniciais de sua dissertação, um levantamento bibliográfico das produções que trataram de análises institucionais do discurso de textos freudianos, Silva (2014, p. 38-9) sistematizou alguns procedimentos de análise que optamos

por citar, aqui, na íntegra, uma vez que partiremos destes mesmos procedimentos para a análise de nosso *corpus*. Estes procedimentos seguem um trajeto “fragmentado” (como que partindo do princípio de rarefação do discurso) onde é exercitado um movimento duplo: uma primeira descrição do discurso onde são explicitadas suas perspectivas internas, para depois serem reposicionados sob a perspectiva de seus modos de produção. Trata-se de uma atenção constante à forma como se organiza o texto, pelo acompanhamento linha a linha, parágrafo a parágrafo, na tentativa de destacar as relações entre eles.

Utilizando a referência em Silva (2014, p. 38-9), anotaremos entre colchetes os autores diretamente responsáveis por cada ideia:

Buscamos:

1. que termos e temas que se repetem e em que momentos, bem como quais deles surgem aparentemente deslocados em relação ao contexto imediato de uma linha argumentativa desenvolvida; [Marlene Guirado]
2. ressaltar, nas relações que se mostram entre substantivos e adjetivos, de que modo alguns termos são caracterizados, perscrutando também seu lugar na argumentação; [Marlene Guirado]
3. verificar como se posiciona o sujeito da enunciação na relação com o interlocutor, atentando para que situações a autoria do discurso é declarada (sujeito em primeira pessoa do singular) ou compartilhada (sujeito indeterminado ou em primeira pessoa do plural); [Dominique Maingueneau]
4. que interlocutor se configura na montagem do discurso e que lugar assume no texto; [Dominique Maingueneau]
5. em que momentos a responsabilidade pelo que é dito é reclamada pelo enunciador, ou é dividida com o interlocutor (imitação subversiva), ou, ainda, é dificilmente atribuível (discurso indireto livre); [Dominique Maingueneau]
6. que cenas enunciativas que podem ser montadas, nas quais atentamos para os lugares atribuídos aos seus “personagens” (enunciador e interlocutor, teoria e clínica, concepções já firmadas e ideias recém-criadas, entre outros). [Dominique Maingueneau, ou seja, diferente de Michel Foucault]

Introduzidos os pressupostos, delimitado o escopo, definidos método e procedimentos, é hora de começarmos a análise do “Além do princípio do prazer”.

4. ANÁLISE DO “ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER”

Apresentaremos aqui a análise do primeiro capítulo do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010). Para fazê-lo, optei por escrever a análise passo a passo, à medida que lia o texto. E isso para que o leitor possa acompanhar o *modo* como se está exercendo a análise. Será possível vislumbrar quais recortes do texto foram utilizados para descrição e análise, quais outros não foram comentados, etc.

Começamos pelo título da obra, o “*Além do princípio do prazer*”. Deste cartão de visita para o texto em questão, já podemos analisar o modo como é disposto o enunciado. Antes de qualquer coisa, algo é *anunciado* neste título. E o que é anunciado se faz como referência ao princípio do prazer, elemento da teoria psicanalítica tal como constituída até então. Mas o que está anunciado pelo *além*, está, também, não-anunciado, pois não se explicita o que é isso. Destas considerações, uma primeira cena: no título e pelo título cria-se uma *expectativa* de que algo, no decorrer do texto, será explicitado, algo que ainda não foi definido, mas guarda alguma relação com o princípio do prazer.

4.1. Capítulo I: a clínica como teoria

Sigamos para o primeiro capítulo, para podermos confrontar as hipóteses acima ao relacionar o título com o restante do texto (FREUD, 1920/2010, p. 162):

Na teoria psicanalítica, não hesitamos em supor que o curso dos processos psíquicos é regulado automaticamente pelo princípio do prazer; isto é, acreditamos que ele é sempre incitado por uma tensão desprazerosa e toma direção tal que o seu resultado final coincide com um abaixamento dessa tensão, ou seja, com uma evitação do desprazer ou geração de prazer.

Se nos voltarmos ao *como* é apresentado o princípio do prazer nestes primeiros enunciados, há algumas observações no tocante às palavras utilizadas. O princípio do prazer é primeiramente *circunstanciado* — “Na teoria psicanalítica” (p. 162) —, e *relativizado* — “não hesitamos em supor” (p. 162, sublinhado nosso), “isto é, acreditamos” (p. 162, sublinhado nosso). O princípio do prazer, então, figura como uma *hipótese*. Hipótese/suposição *compartilhada* por uma comunidade (psicanalítica?), como os verbos no plural podem atestar. Há ainda mais um destaque sobre esse primeiro enunciado do texto. Esta hipótese é formulada

“sem hesitações”. Curioso, não? Tratando-se de uma suposição, poderíamos pensar que a *hesitação* se daria ao *supor*, ao arriscar um saber sobre algo que, por pressuposto, ainda não se conhece. Por enquanto, deixaremos apenas apontado este destaque, uma espécie de estranhamento com o primeiro enunciado, e veremos se a seguir teremos mais elementos para compreendê-lo.

Sigamos então neste exercício de prestar atenção às palavras de Freud (1920/2010, p. 162, *itálicos do autor*):

Se atentamos para esse curso, ao considerar os processos psíquicos que estudamos, introduzimos o ponto de vista econômico em nosso trabalho. Uma descrição que, junto ao fator topológico e ao dinâmico, procure levar em conta esse fator econômico, parece-nos ser a mais completa que hoje podemos imaginar, merecendo a designação de *metapsicológica*.

Nesta continuação, o princípio do prazer é *novamente* circunstanciado “ao considerar os processos psíquicos que estudamos, introduzimos o ponto de vista econômico” (p. 162) e relativizado “parece-nos ser a mais completa que hoje podemos imaginar” (p. 162, sublinhados nossos). Este modo de enunciação do princípio do prazer, uma vez que se repetiu no decorrer deste primeiro parágrafo, permite-nos formular uma primeira hipótese: parece haver um movimento de “cautela” do enunciador, um “cuidado” no modo de enunciar o princípio do prazer.

Levando esses primeiros passos em conta, a tarefa da análise será a de atentar, ainda nessas primeiras páginas, para algumas modalidades linguísticas, tempos e modos verbais, bem como pronomes utilizados. Tomaremos esses elementos como marcas discursivas, já com a preocupação de, a partir disso, apontar para efeitos de re(des)conhecimento e legitimação de um certo campo, buscando configurar esse campo da teoria e da clínica psicanalítica no discurso de Freud. Será uma primeira modalidade de análise do discurso. Num segundo procedimento, atentaremos para os modos de organização discursiva e para os efeitos discursivos produzidos pela continuação da escritura deste mesmo texto, após termos configuradas algumas cenas que nos permitam avançar numa análise pragmática. São duas perspectivas, dois pontos de ataque diferentes, dois procedimentos de análise não excludentes entre si. O que exercitaremos a seguir será a primeira modalidade de análise imediatamente linguística.

Se nos voltarmos novamente para o uso dos verbos na primeira pessoa do plural, na continuação do parágrafo, teremos outro elemento para a construção de uma cena: a autoria destas hipóteses e descrições “merecidamente” chamadas de metapsicológicas está *compartilhada* por uma comunidade de psicanalistas (o pronome “nosso” do substantivo

“trabalho” nos tira a dúvida de que comunidade se está falando). Em outras palavras, verificando como se posiciona o sujeito da enunciação com seu interlocutor (por enquanto apenas um leitor), Freud não está sozinho nesta empreitada. Mais do que isso, esta comunidade compartilharia a “descrição mais completa” sobre os processos psíquicos até então imaginada, a metapsicologia.

Sigamos para a análise do segundo parágrafo (FREUD, 1920/2010, p. 162):

Não é de nosso interesse investigar em que medida, estabelecendo o princípio do prazer, nos aproximamos ou afiliamos a um sistema filosófico particular, historicamente assentado. Chegamos a tais especulações na tentativa de descrever e dar conta dos fatos que diariamente observamos em nossa área. Prioridade e originalidade não se incluem entre as metas do trabalho psicanalítico, e as impressões em que se baseia o estabelecimento de tal princípio são tão claras que é praticamente impossível ignorá-las.

Novamente, temos o princípio do prazer em foco, “contracenando” agora, junto da teoria psicanalítica, com outra área do conhecimento: a filosofia. E nesta primeira aparição de um interlocutor externo à psicanálise, um posicionamento explícito em...*não* estabelecer uma aproximação ou filiação! Uai?⁹ Em primeiro lugar, de onde surgiu esta possibilidade? Perdemos algum interlocutor que fazia uma afirmação à qual Freud se opõe? Esta interlocução aparenta estar deslocada em relação ao contexto imediato de uma linha argumentativa desenvolvida. Em termos descritivos, a teoria psicanalítica apareceu em *oposição* à filosofia. Sigamos para o próximo enunciado, mesmo com (mais um!) estranhamento. Temos então, no discurso de Freud, a origem das “especulações” de que tratamos até o momento: a “nossa área”, a clínica psicanalítica, onde se fazem observações regularmente, “diariamente” (p. 162), observações de “fatos”. Dos “fatos” à teoria, o caminho será direto? Atentando para as palavras utilizadas, temos mais um movimento de *relativização*: “especulações”, “tentativa de”. Agora, as outras palavras que nos chamaram a atenção aparentavam outro movimento, *concomitante*, algo como uma *legitimação*: “descrever e dar conta dos fatos que diariamente observamos” (p. 162). Como se Freud estivesse fazendo uso de palavras de um discurso da ciência de sua época, onde o que se faz são observações, descrições, fatos positivos e regularidades, repetições verificáveis.

A próxima frase, ainda no mesmo parágrafo, também segue este movimento argumentativo, e dá um tom específico: na mesma frase, no mesmo enunciado, uma *relativização* onde são “impressões em que se baseia o estabelecimento de tal princípio” (p. 162, sublinhados nossos) e uma *legitimação* “são tão claras que é praticamente impossível

⁹ Mais um estranhamento do escritor dessa dissertação.

ignorá-las” (p. 162). Não é qualquer “relativização” e qualquer “legitimação”. Aqui, essas impressões “relativas” são tão *fortes* que ganham espaço na cena, e na argumentação, como um personagem híbrido: um “princípio do prazer”, como uma *suposição-inevitável!* Naquela última sentença os verbos estão todos no presente, dando certo ar de verdade, de naturalidade, ao que acontece na clínica (e no trabalho de estudá-la). Ou seja: quando a clínica entra em cena, como lugar de origem das suposições freudianas como o princípio do prazer, parece que o modo de enunciação se altera. E fica mais claro o motivo daquela oposição à filosofia: até o momento, a metapsicologia é *soberana* (numa relação de saber/poder).

Seguindo no texto (FREUD, 1920/2010, p. 162-3):

Por outro lado, com prazer manifestaríamos gratidão a uma teoria filosófica ou psicológica que nos pudesse informar sobre o significado das sensações de prazer e desprazer, que tão imperativamente agem sobre nós. Mas, infelizmente, nada de útil nos é oferecido nesse ponto.

Explicitamente se referindo ao contexto argumentativo anterior, desta vez a interlocução com teorias filosóficas ou psicológicas está em outro vetor: ao invés de um movimento da teoria psicanalítica para um sistema filosófico, o movimento é o que um sistema filosófico ou psicológico (e este interlocutor aqui é novo!), *caso pudesse*, acrescentaria à teoria psicanalítica, não sem prazer e gratidão dos psicanalistas. Se havia alguma dúvida de que isso pudesse acontecer, e isso no modo como estão dispostos os verbos “manifestaríamos”, “pudesse”, não há dúvida sobre o quão “imperativamente” as sensações de prazer e desprazer *agem* sobre “nós”. Este último, na primeira pessoa do plural, não se refere mais a comunidade psicanalítica, é um enlace do enunciador com o leitor, dividindo a responsabilidade pelo que é dito com o interlocutor/leitor — uma imitação subversiva. Toda uma cena de interlocução criada, pelo “outro lado”, em oposição ao começo do parágrafo, toda uma suposição de intercâmbios entre áreas diferentes do conhecimento para depois ser... oposta novamente. A conjunção adversativa “mas” (p. 162) marca uma oposição à oração anterior, e isso porque “infelizmente, nada de útil nos é oferecido nesse ponto” (p. 162-3).

Em relação às especulações que estabeleceram o princípio do prazer, no modo como foram dispostas as (im)possibilidades de interlocução, temos uma maneira diferente nesse segundo parágrafo, porém seguindo o mesmo movimento de *relativização* e de *legitimação-ratificação da hipótese do princípio do prazer*, que destacamos no parágrafo primeiro. No confronto com outras áreas do saber, a teoria psicanalítica continua “na frente” no que concerne ao conhecimento das sensações de prazer-desprazer. Algo como uma disputa pelo monopólio de um objeto abstrato (o saber sobre prazer-desprazer) parece estar em jogo. Ou

seja, parece ser um mesmo movimento, mas ele avança criando essas interlocuções que serão descartadas no mesmo ato, porque não acrescentariam conteúdos úteis para a teoria psicanalítica.

O argumento a seguir é curioso pela maneira na qual são dispostas as significações de prazer e desprazer: “É o mais obscuro e inacessível âmbito da vida psíquica e, se não podemos evitá-lo, creio que a melhor hipótese, no que a ele diz respeito, será aquela mais frouxa” (p. 163, sublinhados nossos). Há uma relação de causalidade e de inevitabilidade sendo colocada em cena: se não houve interlocução possível, circulação de discursos sobre prazer e desprazer, é porque prazer e desprazer são *coisas* “inacessíveis” da vida psíquica. Temos naquela primeira parte do enunciado verbos no presente e um modo de dispor deste “âmbito” como uma *verdade*. Uma sutil mudança da primeira pessoa do plural para a primeira pessoa do singular marca a autoria e ao mesmo tempo uma “relativização” — “creio” (p. 163) — de que, uma vez que é assim, então “a melhor hipótese...será aquela mais frouxa” (p. 163), outra *legitimação-ratificação*. Temos explícito esse movimento argumentativo no discurso freudiano: sobre o princípio do prazer “temos” (Freud e os psicanalistas) a hipótese “mais frouxa” que é concomitantemente a *melhor* para se trabalhar (sobre a clínica), uma vez que nada de útil da filosofia ou psicologia veio em auxílio.

Com o que trabalhamos até aqui, já podemos retornar àquele primeiro estranhamento, sobre “não hesitar em supor” o princípio do prazer, logo no primeiro enunciado do texto (p. 162). Da maneira como vimos configurando a análise, é pelo sentido da *inevitabilidade*, da *força* que tem essa “suposição”, o princípio do prazer, no discurso de Freud, que podemos entender aquele enunciado.

Da análise desses dois primeiros parágrafos, na atenção que demos para o uso dos verbos na primeira pessoa do plural, além de poder configurar uma hipótese sobre qual comunidade se está falando, temos personagens que nos permitem configurar a posição que os interlocutores e Freud vêm assumir em seu discurso. Retomando nossos destaques no primeiro parágrafo onde o “nosso trabalho” (p. 162) aparece, e no segundo parágrafo com as especulações a que “chegamos” e os fatos que “observamos em nossa área” (p. 162), além do enlace escritor/leitor das sensações de prazer e desprazer que agem sobre “nós”, podemos afirmar que Freud se posiciona como um *psicanalista clínico*. Ou seja, nessa cena em que Freud fala sobre o princípio do prazer, pelo seu modo de enunciação, o que temos também é a produção de um leitor, como alguém que acompanha um psicanalista que trabalha na clínica e, a partir desta, trabalha com a teoria psicanalítica para pensar os “fatos” que lá acontecem. E

mais do que isso, pelas hipóteses que produzimos com a análise até aqui acerca da “cautela” e da “força” em que é configurada a suposição-inevitável do princípio do prazer, temos uma espécie de “preparação do leitor”, pelo discurso de Freud. Foi o que pudemos destacar sobre o movimento de que a hipótese que “temos” (ele e seus leitores) é ao mesmo tempo a *mais frouxa* e a *melhor*. Parece que Freud estava preparando o terreno, sendo cauteloso na apresentação de seus elementos da teoria, legitimando-os com a prática clínica, de maneira que seus leitores ficassem bem afinados com o que viria a seguir. Isso já é um primeiro resultado parcial de nossa análise.

É depois desse preâmbulo que se seguem algumas afirmações (FREUD, 1920/2010, p. 163):

Decidimos relacionar prazer e desprazer com a quantidade de excitação — não ligada de nenhuma maneira — existente na vida psíquica, de tal modo que o desprazer corresponde a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade. Nisso não pensamos numa relação simples entre a força das sensações e as modificações a elas correspondentes; tampouco — após tudo o que nos ensinou a psicofisiologia — numa proporção direta; provavelmente o fator decisivo para a sensação é a medida de diminuição ou aumento num dado período de tempo. A experimentação talvez contribuisse em algo neste ponto, mas para nós, psicanalistas, não é aconselhável adentrarmos esses problemas, enquanto observações bem definidas não nos possam guiar.

Foi recorrente a maneira de creditar a autoria das ideias a uma comunidade de “nós, psicanalistas” (FREUD, 1920/2010, p. 163). Marca dessa relação que Freud estabelece ao enunciar (a) a si mesmo, autor e escritor, como um psicanalista clínico, bem como (b) a uma comunidade à qual ele dá voz, pelo seu discurso. Ele dá voz, e também um caminho a ser seguido. As relações entre aumento e diminuição de quantidades “existentes” na vida psíquica não seriam “simples”, suas consequências não obedeceriam a uma proporção direta, uma vez que a psicofisiologia assim atestou. Nesse enunciado, um novo interlocutor foi apresentado — a psicofisiologia — e não mais em relação de oposição, mas para *confirmar* aquilo que a teoria das quantidades de energias psíquicas vinha afirmar. Nova interlocução, configurando uma aliança externa para pensar as ideias de energias psíquicas. E também um modo de formar essas alianças, que marca a especificidade das duas áreas de conhecimento: se, por um lado, a “experimentação talvez contribuisse” (p. 163, sublinhado nossos), por outro lado, para os psicanalistas (na voz de Freud!) “não é aconselhável adentrarmos esses problemas, enquanto observações bem definidas não nos possam guiar” (p. 163, sublinhados nossos). Vemos como as “observações” aqui tratadas têm lugar central para uma produção especificamente psicanalítica— e, pelos parágrafos anteriores, sabemos que essas são as

“observações” do que acontece na clínica. Segundo Freud, é nelas que os psicanalistas deveriam atentar e buscar um caminho-guia. Vale destacar, isso tudo na voz de Freud. E vale destacar, também, que não foi explicitado no texto o modo *como* se procede essa “observação” (afinal, pela afirmação feita ela deve ser diferente da observação da experimentação científica). Uma pergunta que poderíamos formular nesse momento seria a seguinte: “observações” de quê?

Vejamos como segue esse jogo de produzir interlocuções no discurso de Freud (1920/2010, p. 163, *itálicos do autor*):

Não pode nos deixar indiferentes, entretanto, o fato de um pesquisador arguto como G. T. Fechner sustentar uma concepção de prazer e desprazer que coincide essencialmente com a que nos impôs o trabalho psicanalítico. A afirmação de Fechner está no seu breve escrito *Einige Ideen zur Schöpfungs- und Entwicklungsgeschichte der Organismen* [Algumas ideias sobre a história da criação e do desenvolvimento dos organismos], de 1873 (parte XI, suplemento, p. 94), e diz o seguinte:

No primeiro enunciado desse parágrafo, temos Fechner entrando em cena, não sem as “pompas” de um “pesquisador arguto”. Depois das oposições do segundo parágrafo (p. 162), Fechner aparece como quem escreveu uma concepção de prazer e desprazer que coincide com a concepção psicanalítica, esta “imposta” pelo “trabalho psicanalítico” (temos mais uma vez esse movimento de uma suposição-inevitável, e nossa análise até agora pôde dar destaque a ele desde o primeiro enunciado do texto, até os parágrafos que se seguiram — uma hipótese nossa que vem se sustentando).

O que se segue, como anunciado por Freud, é uma citação em discurso direto daquela afirmação, marcada no texto pelas aspas (FREUD, 1920/2010, p. 163-4):

“Na medida em que os impulsos conscientes sempre se acham em relação com o prazer ou desprazer, pode-se também pensar o prazer ou desprazer em relação psicofísica com situações de estabilidade e instabilidade, podendo fundamentar-se nisso a hipótese, que desenvolverei mais minuciosamente em outro lugar, de que todo movimento psicofísico que supera o limiar da consciência é acompanhado de prazer enquanto, além de certo limite, aproxima-se da plena estabilidade, e de desprazer enquanto, além de certo limite, afasta-se dela, havendo entre os dois limites, que podem ser designados como limiares qualitativos do prazer e do desprazer, uma certa margem de indiferença estética [...]”

Coloquemos um primeiro elemento para uma análise pragmática do discurso de uma citação. Seria a seguinte questão: citar *para quê*? E exercitando nossa estratégia de pensamento, ainda utilizando elementos dessa fronteira, tentaremos trabalhar a questão articulando o “para quê?” com o *como* a citação é feita. Pois bem, fora Freud quem dissera que a concepção psicofísica de prazer-desprazer coincidia com a psicanalítica, e parece que

ele busca *demonstrar* isso com a “voz” do próprio Fechner, para que o leitor verifique as semelhanças essenciais. No discurso citado, lá estão os termos de sensações de prazer e desprazer, relacionados a todos os impulsos conscientes, bem como a hipótese dessas relações com situações de estabilidade e instabilidade. Vale notar que o trecho selecionado coloca como dado, como posto, a relação dos impulsos conscientes com o prazer e desprazer, “Na medida em que...” (p. 163). Não são apresentados, contudo, os pressupostos desse enunciado, mesmo que seja explícita a referência onde tal posto foi formulado (o texto de Fechner). Em termos argumentativos, o que fica explícito é a semelhança entre essas concepções, algo coerente e que se apresenta para a discussão freudiana. O que não entra em discussão, porém, é a maneira de conceber tal afirmação, as condições de produção do enunciado, seus *pressupostos*, o que permite formular que “os impulsos conscientes sempre se acham em relação com o prazer e o desprazer” (p. 163).

Relacionando essa demonstração com a característica enunciada na “entrada em cena” do pesquisador, temos também uma comparação da concepção psicanalítica com uma produzida por alguém — um cientista — “arguto”. Podemos supor que não tenha sido desinteressada, essa citação. E isso pelo modo como está disposto o texto escrito.

Voltemos então a Freud, para tentar acompanhar como ele usa e discute na sequência essa citação (FREUD, 1920/2010, p. 164):

Os fatos que nos levaram a crer que o princípio do prazer predomina na psique também acham expressão na hipótese de que o aparelho psíquico se empenha em conservar a quantidade de excitação nele existente o mais baixa possível, ou ao menos constante. É a mesma coisa, apenas em outra formulação, pois, se o trabalho do aparelho psíquico se dirige para manter baixa a quantidade de excitação, tudo o que tem a propriedade de aumentá-la será percebido como disfuncional, ou seja, como desprazeroso.

Novamente Freud afirma que foram “fatos” os responsáveis por levar os psicanalistas a crer na predominância do princípio do prazer. E tais “fatos” são expressos em uma hipótese, aquela sobre a conservação de quantidade de energia psíquica em nível baixo ou constante. Temos *deslizamentos* de um discurso do contexto clínico (aquele das observações) para um contexto teórico, mas de maneira híbrida e de certa maneira miscigenada. O caminho foi este: fato (observações clínicas) → suposição (princípio do prazer) “=” fato (mesmas observações) → hipótese (da manutenção de baixas quantidades de energia psíquica). Deixamos o sinal de “=” (igual) entre aspas justamente para marcar esse deslizamento (observação → inferência).

A frase seguinte recoloca, no discurso da teoria, as suposições sobre a manutenção de energias psíquicas em níveis baixos, articuladas às relações com o aumento dessa quantidade e consequente percepção de desprazer. Então, para Freud (1920/2010, p. 164):

O princípio do prazer deriva do princípio da constância; na realidade o princípio da constância foi deduzido dos fatos que nos impuseram a hipótese do princípio do prazer. E, ao aprofundar a discussão, veremos que esse empenho do aparelho psíquico, que nós supomos, subordina-se, como caso especial, ao princípio fechneriano da *tendência à estabilidade*, ao qual ele, Fechner, relacionou as sensações de prazer-desprazer.

A primeira afirmação é uma espécie de continuação lógica do enunciado anterior. Mas “na realidade” (p. 164), Freud volta a afirmar que foram os “fatos” (da clínica) que permitiram a dedução do princípio de constância, e que eles eram os mesmos “fatos que impuseram a hipótese do princípio do prazer” (p. 164, sublinhados nossos). Novamente marca a cena o princípio do prazer como uma suposição-inevitável. É uma repetição considerável, ainda nessas três primeiras páginas do texto. A última frase desse parágrafo dialoga diretamente com a hipótese de “tendência à estabilidade” de Fechner relacionando-a à hipótese do princípio de constância (de energias psíquicas). E isso, em termos de “aprofundar a discussão” (p. 164), em que um “empenho do aparelho psíquico” é suposto. Até agora, esse movimento de “relativização” e concomitante ratificação-legitimação da suposição do princípio do prazer esteve presente em todos os parágrafos.

No próximo parágrafo, (FREUD, 1920/2010, p. 164-5):

Mas devemos assinalar que, a rigor, não é correto dizer que o princípio do prazer domina o curso dos processos psíquicos. Se assim fosse, a grande maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, quando a experiência geral contradiz energicamente essa ilação. O que pode então suceder é que haja na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, à qual se opõem determinadas forças ou constelações, de modo que o resultado final nem sempre corresponde à tendência ao prazer. Veja-se esta observação de Fechner, motivada por algo semelhante (idem, p. 90): “Mas como a tendência ao objetivo não significa o alcance do objetivo, e este é alcançável apenas em aproximações [...]”.

Iniciando o parágrafo pela adversativa “mas”, o assinalamento freudiano “rigoroso”, que diz “não é correto dizer” (p. 164), iria na contramão, aparentemente, do afirmado até então — que é legítimo supor que o princípio do prazer regula os processos psíquicos. Desvio argumentativo? Bom, pelos caminhos que estão sendo tecidos no discurso, este será o momento de acompanhar mais de perto os *deslizamentos*, os movimentos argumentativos, mais retóricos, ou seja, os *efeitos discursivos* operantes. É o momento daquele segundo procedimento de análise, onde tentarei apontar e descrever, no discurso de Freud, aquilo que Foucault chamou de *rarefação* do discurso.

Acompanhemos o raciocínio na frase seguinte. Não seria “correto” dizer do domínio do princípio, porque isso significaria que a maioria de “nossos processos mentais” — uma nova imitação subversiva aqui, enlaçando escritor e leitor — teria de gerar prazer ou conduzir

a ele. Isso é refutado pela genérica “experiência geral”. Se por esse argumento se justificaria o “erro”, a frase seguinte coloca *uma solução para que seja mantida a suposição do princípio* — de “que haja na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, à qual se opõem determinadas forças ou constelações” (p. 165, sublinhados nossos), daí a justificativa para nem sempre o resultado dos processos mentais ser o prazer.

Ou seja, o movimento argumentativo continua o mesmo, justamente o de manter o princípio do prazer. E isso de uma maneira bem sutil: ao supor “uma tendência ao” princípio do prazer, o que é colocado em discussão é se há ou não tais tendências, enquanto o que não é discutido, o que é mantido, é que há um princípio do prazer operante! E o que vem a seguir é mais uma interlocução com Fechner, mais uma aproximação de concepções, mais um interesse: uma “observação”, na voz do psicofísico, sobre uma tendência ao objetivo e seu efetivo alcance, que se daria apenas em aproximações.

Mantido o princípio, Freud (1920/2010, p. 165) prossegue:

Se agora nos voltamos para a questão de quais circunstâncias podem impedir o prevalecimento do princípio do prazer, pisamos novamente um chão seguro e conhecido, e para respondê-la dispomos, em larga medida, de nossas experiências analíticas.

O caminho aberto nos enunciados anteriores é o que Freud propõe para seus leitores, de voltar a atenção às tendências e mais especificamente às “contra-tendências” do princípio do prazer, que impediriam seu prevalecimento. E seu modo de enunciação, o uso da primeira pessoa do plural dos verbos “voltamos”, “pisamos” e “dispomos”, pode ser tomada para pensar esse enlace escritor-leitor: parece que Freud coloca seus leitores, e também os psicanalistas clínicos (“nossas experiências analíticas”, p. 165), bem debaixo de seu braço, para que caminhem bem próximos ao seu modo de pensar. E temos também esse modo de enunciação que novamente se alterou, ao entrar em cena a clínica: para pensar sobre o princípio do prazer, “pisamos novamente um chão seguro e conhecido, e para respondê-la dispomos, em larga medida, de nossas experiências analíticas” (p. 165, sublinhados nossos). Não apenas em termos de conteúdo aparece a segurança de encontrar as respostas pelas experiências clínicas dos psicanalistas, mas também no modo de enunciar, com os verbos no presente que naturalizam e legitimam esses conhecimentos adquiridos (“em larga medida”).

Vejamos como é disposto esse caminho para as experiências analíticas (FREUD, 1920/2010, p. 165, *itálicos do autor*):

O primeiro caso de uma tal inibição do princípio do prazer nos é familiar, apresentando-se com regularidade. Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de funcionamento primário do aparelho psíquico, e que, para a autoafirmação do organismo em meio às dificuldades do mundo

externo, já de início é inutilizável e mesmo perigoso em alto grau. Por influência dos instintos de autoconservação do Eu é substituído pelo *princípio da realidade*, que, sem abandonar a intenção de obter afinal o prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a renúncia a várias possibilidades desta e a temporária aceitação do desprazer, num longo rodeio para chegar ao prazer.

Há um curioso deslocamento de um discurso da teoria para um *acontecimento* “regular” na clínica. Isto se opera pelo uso do “sabemos” (verbo no presente, primeira pessoa do plural — uma imitação subversiva de peso). E, nisso, Freud afirma sub-repticiamente que o princípio do prazer *é*. Um efeito discursivo, retórico, mais especificamente *performático*. Performático porque nesse enlace o leitor é incluído de modo a ser, como o escritor, alguém que *sabe*. “Sabemos” o quê, ou melhor, de *onde*? O que Freud anunciou no parágrafo anterior, sobre *onde* buscaria respostas para suas perguntas acerca de prazer-desprazer, estava enunciado como as “experiências analíticas” (p. 165). O que ele operou em seu discurso foi um enlace que trouxe para o leitor pressupostos da metapsicologia, do discurso da teoria. E mais do que isso. Trouxe também, no modo de enunciar, certo tom de obviedade, de naturalidade, onde *o que se sabe é o discurso da teoria*. Pelo enlace que destacamos, tanto o escritor como um psicanalista clínico saberia; e o leitor que acompanha Freud em suas palavras, também saberia. Tudo isso apenas com o uso de uma palavrinha...“sabemos” (p. 165). Por isso destacamos acima um efeito *performático* operado pelo discurso de Freud.

São pressupostos sobre o modo de funcionamento primário do aparelho psíquico, modo que seria de início inutilizável e mesmo perigoso para a autoafirmação do organismo. Embora não anunciados, esses pressupostos surgem no texto como já compartilhados pela mesma comunidade; estão dispostos no enunciado como fatos, como verdades. Parece que a cena que podemos esboçar, nesse momento, é uma *cena de verdade*. A verdade do discurso da teoria.

Mais especificamente, pressupostos da teoria psicanalítica apresentados (sem anúncio prévio, sem passar nenhum recibo) são dispostos *como* as experiências analíticas advindas da clínica. As relações entre teoria e clínica, aqui, parecem estar num vetor tal, que ocorre o seguinte: *o que se faz* é trazer a teoria para interpretar os dados da clínica, enquanto *o que se diz* é que para pensar a teoria, o lugar de partida seria a “clínica”. Dizer que alguém encontra com regularidade os pressupostos psicanalíticos nos atendimentos, que é “isso” que ouvem de seus pacientes (funções primárias e perigosas, além de adiamentos de satisfação para a segurança do organismo), podemos afirmar, é uma base de equivocidade na relação clínica,

bem como sua transposição para o discurso da teoria, e vice-versa. Isso porque se imputam à fala do paciente pressupostos construídos na cabeça do analista.

Na continuação há mais pressupostos psicanalíticos no enunciado: as pulsões de autoconservação, o Eu, e o princípio de realidade. No discurso de Freud, para a obtenção do prazer, uma relação entre princípio de prazer e princípio de realidade traria como efeitos o adiamento da satisfação (pulsional) e uma temporária aceitação do desprazer. Seguindo (FREUD, 1920/2010, p. 165):

Por muito tempo o princípio do prazer continua como o modo de funcionamento dos instintos sexuais, que são difíceis de “educar”, e volta e meia sucede que, a partir desses instintos ou no próprio Eu, ele sobrepuja o princípio da realidade, em detrimento de todo o organismo.

No mesmo modo de dispor o enunciado, ainda nessa cena de verdade, temos elementos da teoria que ficam naturalizados como se sempre *tivessem estado* lá (no mundo, na clínica), como as pulsões sexuais que “são difíceis de 'educar'” (p. 165, sublinhados nossos).

Acompanhemos Freud (1920/2010, p. 166) em seu próximo parágrafo:

É indubitável, porém, que a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade pode ser responsável tão somente por uma pequena parte, de modo algum a mais intensa, das experiências de desprazer. Uma outra fonte de origem do desprazer, não menos regular, acha-se nos conflitos e cisões dentro do aparelho psíquico, enquanto o Eu perfaz seu desenvolvimento rumo a organizações mais complexas.

Depois de circunscrever uma primeira fonte de desprazer, aquele jogo móvel do princípio do prazer/princípio da realidade, coloca-a como apenas uma entre outras. A segunda provém do resultado de “conflitos e cisões do aparelho psíquico” (p. 165), localizados numa certa história de desenvolvimento do Eu. Uma mesma cena de verdade, onde suposições teóricas são superpostas às “regularidades”¹⁰ da clínica.

É a partir de considerações sobre o aparelho psíquico que se seguem as afirmações (FREUD, 1920/2010, p. 166-7):

Quase toda a energia que preenche o aparelho vem dos impulsos instintuais inatos, mas estes não são todos admitidos nas mesmas fases de desenvolvimento. No meio do caminho sempre volta a suceder que determinados instintos ou partes de instintos resultem incompatíveis, nas suas metas ou exigências, com os restantes, capazes de unir-se na abrangente unidade do Eu. Então eles são segregados dessa unidade por meio do processo da repressão, mantidos em graus inferiores do desenvolvimento psíquico e têm cortadas, de início, as possibilidades de satisfação. Se depois conseguem, mediante desvios, obter uma satisfação direta ou substitutiva, algo que ocorre facilmente com os instintos sexuais reprimidos, tal sucesso,

¹⁰ Pela análise que estamos empreendendo, podemos afirmar que a *regularidade* que encontramos no discurso de Freud é a das suposições teóricas para tratar de situações concretas, pelo menos até este momento do texto.

que de outro modo teria sido uma ocasião de prazer, é sentido como desprazer pelo Eu. Em consequência do velho conflito que resultou em repressão, o princípio do prazer experimentou nova ruptura, justamente quando certos instintos laboravam, conforme o princípio, para obter novo prazer.

Pressupostos da teoria psicanalítica foram aqui colocados em uma trama conceitual, de modo que temos uma explicação para um desprazer que, por teoria, seria originariamente um prazer (uma satisfação pulsional). Nessa trama, *é afirmado* que a energia psíquica viria de pulsões inatas diferentes em fases diferentes do desenvolvimento. Tais pulsões poderiam ser incompatíveis entre si, e por conta desse conflito (entre pulsões) algumas poderiam não ser capazes de incorporar-se à unidade do Eu, uma vez que o processo de repressão (ou recalque) assim as segregaria na história do indivíduo e as manteria segregadas em fases posteriores da vida. A consequência seria uma satisfação pulsional que não poderia ocorrer, mas que buscaria desvios para acontecer, direta ou substitutivamente. Temos então a primeira aparição das “pulsões sexuais reprimidas” no texto, essas que buscam a satisfação substituta, “algo que ocorre facilmente” (p. 166). Estamos ainda numa cena de verdade. Nesses termos, uma satisfação pulsional que poderia ter sido uma ocasião de prazer, seria sentida como desprazer pelo Eu. Tudo isso, ainda, com o princípio do prazer operando nos processos psíquicos.

O final desse parágrafo amarra essa segunda origem de desprazer com uma conclusão (FREUD, 1920/2010, p. 167):

Os detalhes do processo pelo qual a repressão transforma uma possibilidade de prazer numa fonte de desprazer ainda não são bem compreendidos ou não podem ser claramente expressos, mas certamente todo desprazer neurótico é desse tipo, é prazer que não pode ser sentido como tal.

Partindo das “experiências analíticas” do tratamento com neuróticos, temos uma afirmação do discurso da teoria que interpreta o desprazer desses pacientes: um prazer que não pode ser sentido como tal. Uma verdade tecida no discurso da teoria, que organiza pressupostos não declarados como tais. É uma afirmação de peso, pois *autoriza* o analista, na clínica, a ler “prazer” no sofrimento do paciente.

Podemos configurar aqueles pressupostos, como temos tentado fazer no empreendimento dessa análise, e nessa parte do texto o próprio autor nos ajuda a fazê-lo, numa nota de rodapé: “O essencial é, provavelmente, que prazer e desprazer, como sensações conscientes, acham-se ligados ao Eu” (p. 167). Prazer e desprazer, portanto, pensados nos termos da metapsicologia e associados “provavelmente” a essa unidade do Eu.

Duas fontes de desprazer, até agora explicadas pela teoria psicanalítica, para se pensar as tendências que poderiam estar operando *contra*, ou mesmo para se pensar a tendência *ao* princípio do prazer. Dito isso, voltemos a Freud (1920/2010, p. 167):

As duas fontes do desprazer aqui mencionadas estão longe de cobrir a maioria de nossas vivências desprazerosas, mas, quanto ao resto, parece haver bons motivos para afirmar que a sua existência não contradiz o domínio do princípio do prazer.

Conclusão pertinente e coerente, diga-se de passagem. E o resultado dessa conclusão: a *manutenção-legitimação* da suposição do princípio do prazer. Poderia ser diferente? Novamente essa pergunta foi formulada para pensar o “*para quê?*” dessas afirmações. Bom, se por um lado Freud está exercitando um monólogo — “é correto/ não é correto afirmar o domínio do princípio do prazer nos processos psíquicos” —, aparentemente colocando o princípio em “xeque”, por outro as explicações dadas para confrontar essas afirmações, todas, foram concebidas em meio à própria teoria psicanalítica — o mesmo lugar de origem da formulação do princípio do prazer! Quais os *efeitos* desse movimento argumentativo freudiano? Para afirmar algumas origens do desprazer, o próprio princípio do prazer pôde trazer explicações, ele ganha em *força* (explicativa)!

Pois bem, sigamos então para o final desse parágrafo e final do primeiro capítulo (FREUD, 1920/2010, p. 167):

A maior parte do desprazer que sentimos é desprazer de percepção, seja percepção da premência de instintos insatisfeitos ou percepção externa, que é penosa em si ou que provoca expectativas desprazerosas no aparelho psíquico, sendo por ele reconhecida como “perigo”. A reação a tais reivindicações dos instintos e ameaças de perigo, na qual se manifesta propriamente a atividade do aparelho psíquico, pode então ser dirigida, de maneira correta, pelo princípio do prazer ou pelo princípio da realidade, que o modifica. Com isso não parece necessário admitir uma maior limitação do princípio do prazer, mas justamente a investigação da reação psíquica ao perigo externo pode fornecer novo material e novas colocações ao problema de que aqui tratamos.

Nesse final, ainda podemos considerar que estamos na *cena de verdade* que configuramos algumas páginas atrás (o uso dos verbos no presente, afirmações que não organizam ou declaram seus pressupostos). Temos também uma substancialização da teoria das pulsões (numa percepção desprazerosa de pulsões insatisfeitas). Mas temos ainda, a percepção externa de desprazer e/ou as “expectativas desprazerosas provocadas no aparelho psíquico” (p. 167), como um efeito possível dessa percepção. Há uma abertura do discurso aqui, um acontecimento onde é possível destacar uma possibilidade de abordar a percepção de

sensações desprazerosas “externas”, em termos das expectativas que estas geram (ainda sem falar em pulsões). Essa abertura é rapidamente costurada na oração seguinte.

Voltando para Freud: como dissemos, o que se segue após as considerações sobre o “perigo” é uma articulação ao que seria a marca da atividade psíquica, do aparelho psíquico freudiano. Trata-se da faculdade de conduzir a sensação de desprazer seguindo os pressupostos do princípio do prazer (diminuição e/ou evitação do desprazer). Seja por uma tensão, talvez daquele acontecimento que destacamos acima, seja por algum outro motivo, a frase final do parágrafo afirma justamente que “não parece necessário admitir uma maior limitação do princípio do prazer” (p. 167). Dessa nova e “triunfal” manutenção-ratificação do princípio do prazer no final de seu primeiro capítulo, uma guinada, uma direção do olhar que Freud propõe ao seu leitor: “mas justamente a investigação da reação psíquica ao perigo externo pode fornecer novo material e novas colocações ao problema de que aqui tratamos” (p. 167).

Retomemos os resultados parciais dessa análise do primeiro capítulo do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010).

Em termos de organização de seu conteúdo, temos:

- 0 – O título, como algo não-anunciado em relação ao princípio do prazer;
- 1 – Uma apresentação do princípio do prazer como uma “não hesitante” suposição sobre os processos psíquicos, em termos de incitação de tensões desprazerosas e movimento para descarregar-las, bem como sua inserção na teoria psicanalítica, em termos de metapsicologia;
- 2 – Uma interlocução oposta com qualquer sistema filosófico ou psicológico, uma vez que, além de não terem eles nada de útil a oferecer aos psicanalistas, é da clínica que se parte para fazer a metapsicologia e produzir um saber sobre prazer-desprazer; ou seja, no jogo de verdades, a metapsicologia é soberana nas relações de saber/poder;
- 3 – A concepção de prazer como diminuição de quantidade, e de desprazer como aumento de energias psíquicas, contando com uma interlocução com a psicofisiologia que atesta essa suposição;
- 4 – A interlocução com Fechner, o qual tem sua “voz” trazida ao texto para apresentar uma concepção semelhante à do princípio do prazer;
- 5 – Sobre teoria e fatos observados, um vai-e-vem da clínica para a teoria, onde se afirma que a manutenção de energia psíquica deve tender a ficar baixa, ou constante — e nisso uma articulação com a “tendência à estabilidade” de Fechner;

6 – “Se o princípio é de *prazer*, e todo o *desprazer* que sentimos?”; a formulação de uma hipótese sobre uma tendência ou contra-tendências ao princípio do prazer; uma proposta de buscar o que poderia estar contra esse princípio, a partir das seguras e conhecidas “experiências analíticas”;

7 – No discurso da teoria, 1º) o jogo das modificações princípio do prazer/ princípio da realidade; 2º) suposições sobre cisões e conflitos do aparelho psíquico (desenvolvimento do Eu, pulsões conflitantes, repressão, satisfações substitutas de pulsões sexuais), para concluir que todo desprazer neurótico é prazer que não pode ser sentido como tal; 3º) percepções desprazerosas, sejam internas (pulsões insatisfeitas), sejam externas (“perigo”); última frase que *mantém* o “princípio do prazer”, e daí a partida para o “perigo”.

Sobre o que se fala, nesse primeiro capítulo? Sem dúvida, sobre o princípio do prazer. Agora, *como* se fala dele? A partir de uma *cena de preparação do leitor*, onde pudemos configurar o escritor (Freud) como um *psicanalista clínico*, o princípio é relativizado como uma suposição e concomitantemente legitimado e ratificado. Pudemos então configurá-lo, por meio de nossa análise, como uma paradoxal *suposição-inevitável*. Demos destaque aos modos de enunciação e ao movimento de dizer em que essa hipótese estava sendo apresentada, ao *mesmo tempo* como a *mais frouxa* e a *melhor* (p. 163), sendo que as impressões — em outros momentos *feitos* — em que se basearam os psicanalistas (na voz de Freud) eram *tão claras* que *foi praticamente impossível ignorá-las* (p. 162). O que se vai configurando, justamente, é essa *força* que este princípio ganha conforme avança o texto, ao lado de um “ar” de verdade na “origem” dessas suposições.

Nessa cena de preparação do leitor, além do movimento que envolve certa “cautela”, há também um movimento de *retomada argumentativa* (teórica) da eficácia dessa suposição. Pudemos acompanhar o movimento em que Freud afirma não ser correto afirmar que o princípio domina todos os processos psíquicos (p. 164-5), uma vez que “nós” (Freud, os psicanalistas, e qualquer leitor desse texto) teríamos muito mais sensações de desprazer do que de prazer. Movimento das “cartas marcadas” da teoria psicanalítica, onde as verdades da teoria respondem pela produção de desprazer, usando o princípio do prazer como pressuposto para tal.

Poderíamos dizer que essa primeira cena se estende até o final do capítulo, onde não “pareceu mais necessário admitir qualquer limite do princípio” (p. 167). Mas essa cena se altera a partir do momento em que se pisa de novo em solo “seguro e conhecido”, aquele das “*nossas* experiências analíticas”. Ao mesmo tempo que o enlace com o leitor fica muito claro,

uma maneira distinta de disposição dos enunciados segue aquela afirmação. Interlocuções internas e pressupostos não declarados nos permitem configurar uma segunda cena, mesmo que dentro da primeira: a *cena de verdades*, as *verdades da teoria sobre sensações de desprazer*. As mesmas verdades que participaram daquele movimento de retomada sobre o domínio do princípio do prazer nos processos psíquicos, dando-lhe certa “força explicativa” (p. 165-7).

Podemos agrupar aqui, então, os momentos deste movimento tecido no discurso de Freud: os momentos em que o interlocutor é colocado como alguém que sabe, a partir da clínica, a *teoria* psicanalítica sobre prazer-desprazer — teoria essa que, no ato de dizer, aparece como “fatos observáveis”.

Já ficou marcado no primeiro parágrafo que o princípio do prazer faz parte das suposições da teoria psicanalítica sobre os processos psíquicos que “estudamos” (p. 162), algo diretamente implicado no “nosso trabalho” (p. 162), ou seja, a prática clínica. A visada do texto, então, é a clínica, logo de partida. No segundo parágrafo fica marcado que as especulações foram fruto da “tentativa de descrever e dar conta dos fatos que diariamente observamos em nossa área” (p. 162) — novamente, a clínica. É nesse trecho que se enuncia que “as impressões em que se baseia o estabelecimento de tal princípio são tão claras que é praticamente impossível ignorá-las” (p. 162). Ainda no segundo parágrafo, no final, é novamente marcado que são as “observações bem definidas” (p. 163) que poderiam guiar os psicanalistas, e não a experimentação (da psicofisiologia), para tratar das teorias sobre quantidades de excitação supostamente existentes na vida psíquica.

O início do quinto parágrafo traz também os “fatos que nos levaram a crer que o princípio do prazer predomina da psique” (p. 164), “fatos observados” da clínica. No sexto parágrafo temos aquele enunciado de peso, onde está dito que, para tratar de questões teóricas sobre tendências ou contra-tendências do princípio do prazer, seria o momento de se voltar para o “chão seguro e conhecido...de nossas experiências analíticas” (p. 165). Temos então, no sétimo parágrafo, aquele “primeiro caso de uma tal inibição do princípio do prazer... apresentando-se com regularidade” (p. 165). Na continuação está disposto o “sabemos” (p. 165), que já pudemos analisar, por meio do qual os pressupostos da teoria psicanalítica (princípio do prazer, princípio de realidade, desenvolvimento do organismo, pulsões de autoconservação) são tratados como se fossem “regularidades” do que acontece na clínica.

No oitavo parágrafo está o segundo caso, “uma outra fonte de origem do desprazer, não menos regular [na clínica]” (p. 166), aquela largamente teorizada por Freud sobre os

atendimentos de pacientes neuróticos, os “conflitos e cisões dentro do aparelho psíquico, enquanto o Eu perfaz seu desenvolvimento rumo a organizações mais complexas” (p. 166). Nessa abordagem, pensando qual seria o tipo de desprazer de pacientes neuróticos, a conclusão no final do parágrafo é que “certamente todo desprazer neurótico é desse tipo, é prazer que não pode ser sentido como tal” (p. 167).

É importante destacar aqui que o que se “sabe”, embora anunciado como conhecimento sobre desprazer-prazer, são as *teorias* psicanalíticas sobre essa questão. Conquanto a elas recorra o autor em diversos momentos de relativização e legitimação do princípio do prazer, em nenhum momento aparecem as “observações” da clínica, na forma, por exemplo de cenas com prazer ou desprazer. O que aparece, em larga medida, é a teoria psicanalítica. Para quem acompanhou Freud até esse momento (p. 162-7), o que se sabe é pelo caminho da teoria! E não é qualquer saber. Esta teoria é disposta, no enunciado, como uma *experiência de verdade da clínica*. Em outras palavras, as verdades do discurso da teoria deslizam diretamente para os acontecimentos da clínica, num movimento em que a teoria se sobrepõe aos “acontecimentos observáveis”, aqueles “fatos”. O exemplo mais claro disso é o uso do “sabemos” (p. 165), onde as experiências analíticas são dispostas como verdades da teoria psicanalítica.

Pois bem, consideremos esses elementos. Partindo de nossa análise, segundo a qual Freud fala para um leitor, também para (e por) psicanalistas clínicos, e levando em conta os movimentos de “cautela” e retomada teórica, bem como o modo de escrever que traz o leitor para bem perto do escritor, poderíamos nos perguntar: *para que* tudo isso? Não seria essa hipótese do princípio do prazer (tal como o próprio Freud enuncia no primeiro parágrafo) uma hipótese *já compartilhada por essa comunidade*? Por que, então, essa necessidade de *retomada*? O que temos, por enquanto, como efeito desse modo de enunciação, é uma fortíssima manutenção-legitimação desta suposição-inevitável: o princípio do prazer com força explicativa. Manutenção, portanto, da teoria psicanalítica tal como constituída até então. E tudo isso, no texto intitulado o “*Além do princípio do prazer*”.

A frase acima retoma o título do texto para confrontá-lo com os resultados da análise até este momento. Como Freud irá inventar o conceito de pulsão de morte, uma vez que tudo o que foi discutido até agora, nesse primeiro capítulo, foram elementos retomados da teoria já constituída? Outra pergunta que podemos formular, levando em conta o modo como foi disposta a clínica nesse capítulo, seria a seguinte: como o dispositivo clínico será posto e

pensado, a partir do momento de produção da pulsão de morte? Perguntas que tentaremos responder a partir das cenas dos próximos capítulos.

O que podemos comentar, para fechar este primeiro momento de discussão, é que esta retomada empreendida por Freud da teoria psicanalítica, posta para pensar “saberes” sobre prazer e desprazer, apontou para certa força explicativa do princípio do prazer. E, no final do capítulo, com uma guinada do olhar proposta pelo escritor, parece que estão sendo apontados os lugares em que a teoria ainda não tem explicações (como o “perigo”). Ao mesmo tempo que se mostra a força da teoria pelo que ela *já pôde* “explicar”, parece que se mostra onde a teoria “acaba”. Ou seja, mostra-se por onde ela poderia “prosseguir” para continuar produzindo explicações, e onde algo novo poderia vir. Mas tanto o “novo” quanto o “velho” (a retomada), tudo aqui se trata *pelo caminho da teoria!*

4.2. Capítulo II: caminhos abertos e desvios

Começemos a análise do capítulo II onde Freud (p. 168) segue diretamente o movimento argumentativo anunciado no final do capítulo I: “a investigação da reação psíquica ao perigo externo” (p. 167). Neste movimento, certos temas serão abordados no capítulo II e logo em seguida suspensos, com desvios abruptos dos argumentos em questão. Tudo será depois retomado no capítulo IV. Vamos acompanhar isso de perto.

No início do capítulo II são tematizadas as nomeadas “neuroses traumáticas”, que no discurso de Freud (1920/2010, p. 168) eram há muito conhecidas e também não plenamente compreendidas. Já colocando os “riscos à vida” como um denominador comum na origem dessas afecções, Freud (1920/2010, p. 168) cita, em nota de rodapé, um trabalho de psicanalistas publicado um ano antes, que considera essas doenças (as “neuroses de guerra”) como engendradas por causas psíquicas (e não orgânicas, como lesões no sistema nervoso). Segue-se uma descrição de sintomas, comparando o quadro com outras afecções psíquicas, como a histeria; são destacados os sintomas motores, “os sinais bastante desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como numa hipocondria ou melancolia” (p.168), e também “evidências de um mais amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas” (p. 168).

Imediatamente após afirmar que essas afecções ainda não haviam sido plenamente compreendidas, Freud (p. 168) inicia uma reflexão para tentar explicá-las, buscando causas no campo psíquico para sua eclosão. Destaca, comentando as “neuroses traumáticas comuns”,

duas de suas características, “que podem ser pontos de partida para a reflexão” (p. 168). A primeira poderia ser o fator de surpresa, de terror, que aparece como principal causa nesses casos; a segunda característica é que uma ferida no corpo, se sofrida simultaneamente ao momento de terror, atuaria contra o surgimento dessas “neuroses” (FREUD, 1920/2010, p. 168-9). O autor prossegue fazendo uma diferenciação semântica entre “terror”, “medo” e “angústia”, em função da presença ou ausência de um objeto de perigo, e da preparação (ou não) para a situação ameaçadora.

É nesta reflexão sobre angústia e terror que Freud (p. 169) faz sua primeira suspensão e desvio argumentativo. E ele o faz afirmando, sem dizer onde é que se apoia: “Não creio que a angústia possa produzir uma neurose traumática; na angústia há algo que protege do terror e também da neurose de terror. Retornaremos depois a essa questão” (p. 169, sublinhados nossos). Para afirmar algo, produzir uma explicação sobre algo antes não compreendido, Freud o faz na primeira pessoa do singular, colocando-se em cena como responsável pelo dito. E o uso do verbo “crer” mostra, ao mesmo tempo, um discurso onde haveria uma dúvida e o autor como alguém “cujas crenças têm alguma força explicativa”. É uma certa *autoridade* que está sendo mostrada pelo discurso de Freud., na forma de se relacionar com seus leitores.

O deslocamento nesse ponto vai da tentativa de explicar uma causa da neurose traumática para a reflexão sobre os sonhos das pessoas que sofrem dessa afecção. Deslocamento de olhar, mas não de raciocínio (etiológico), já que a psicanálise foi fundada justamente com uma obra que aproxima a formação dos sonhos e a formação de sintomas neuróticos: “A interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900/1976). Não seria de estranhar, portanto, o movimento de se debruçar sobre sonhos para tentar explicar uma nova afecção. Mas o *modo como* Freud faz isso nos chama a atenção: “Podemos considerar o estudo dos sonhos o caminho mais seguro para a investigação dos processos psíquicos profundos” (FREUD, 1920/2010, p. 169, sublinhados nossos). O autor opera (mais) uma imitação subversiva. Justamente quando propõe um caminho de raciocínio, ele traz o leitor para bem perto, enlaça-o, e compartilha com todos que o modo dele (ou da psicanálise) proceder é o “mais seguro”. Mas esse enlace dura pouco.

Logo na sequência, e começando de maneira interjectiva — “Ora” — Freud começa a pôr em cena uma personagem que poderíamos chamar de “as pessoas”, as quais não reagem adequadamente aos fatos (“não se surpreendem o bastante com isso”, p. 169) e não estão informadas de saberes que já são antigos para os psicanalistas, e cita uma afirmação sua e de

Breuer, de 1893 (quase trinta anos antes da publicação do “Além...”), bem como o já mencionado trabalho sobre as neuroses de guerra (p. 170).

Essa personagem continuará figurando no parágrafo que se segue, o qual é importante para pensar os lugares configurados no discurso de Freud, em função de seu (des)conhecimento sobre a natureza dos sonhos, bem como o lugar que a teoria ocupa nessa reflexão (FREUD, 1920/2010, p. 170):

Mas não é do meu conhecimento que os que sofrem de neurose traumática se ocupem muito da lembrança do acidente quando se acham acordados. Talvez procurem antes não pensar nele. Aceitar como óbvio que o sonho noturno os devolve à situação causadora da doença é compreender mal a natureza dos sonhos. Seria mais próprio dela que o doente visse imagens do tempo em que era são ou da cura pela qual anseia. Para que os sonhos dos neuróticos traumáticos não nos façam duvidar da tendência realizadora de desejos do sonho, resta-nos a saída de que nesse estado a função do sonho, como tantas outras coisas, também é abalada ou desviada de seus propósitos, ou teríamos de que lembrar as enigmáticas tendências masoquistas do Eu.

Temos então, no discurso de Freud, algumas separações/exclusões operadas no curso desse parágrafo. Primeiro, aqueles que compreendem bem a “natureza” do sonho (Freud e os psicanalistas) e os que a compreendem mal (“as pessoas” que não partilham da tese da “tendência realizadora de desejos”). Temos inclusive o *como* se opera essa cisão: ou concordam com a “tese”, ou ignoram-na. Essas separações e exclusões se fazem por diferenciações entre o que seria a “verdadeira natureza” dos sonhos e a “falsa natureza”. É a configuração do campo do verdadeiro, aqui materializado na teoria psicanalítica da interpretação dos sonhos e sua função de realização de desejos.

Note-se também que outra imitação subversiva desse parágrafo aparece quando o autor diz: “Para que os sonhos dos neuróticos traumáticos não nos façam duvidar” (p. 168, sublinhados nossos). Os enunciados mostram como a teoria — a tendência realizadora de desejos do sonho — fica numa posição de “ameaça”. Mas não é essa a “direção do olhar” para que Freud aponta. Em seu discurso, há uma maneira de pensar *com* esta tendência. O modo de manter essa “tese” foi afirmar que, se aquela função estava abalada, então alguma outra coisa aconteceu (ainda não explicada) que suspendeu seu funcionamento. Reparem que, dessa forma, o princípio do prazer também fica mantido, e nessa reflexão sobre as neuroses traumáticas abre-se um caminho na teoria para pensar algo “além” dele.

Um caminho aberto e, logo em seguida...desviado. Na edição de Paulo Cesar de Souza, há um espaço de uma linha que separa o parágrafo anterior de seu próximo. Na generosa nota de rodapé (p. 170), sinalizada com um asterisco para marcar a escrita de Paulo Cesar, há uma consideração de que não havia tal espaço na edição alemã original, mas que

uma edição alemã mais recente o adotou. Posicionando-se como tradutor, Paulo Cesar mantém essa formatação, pois considera que “faz sentido” (p. 170). É o parágrafo que marca um desvio bem grande do olhar: das neuroses traumáticas para as brincadeiras das crianças! Isso em função do estudo do modo como trabalha o aparelho psíquico em suas primeiras ocupações normais (p. 170). Por que tamanha mudança de assunto, Freud não explica. Mas não é um movimento atípico em sua obra, esse de considerar o normal e o patológico como uma lógica reversível, onde um (com mais frequência o patológico) traz explicações sobre o funcionamento do outro (com mais frequência o normal).

Mais especificamente, partindo do ponto de vista metapsicológico econômico (ganho de prazer e desprazer), Freud (p. 171) se propõe a buscar o significado de uma brincadeira, a primeira inventada por uma criança de um ano e meio, que ele diz ter observado por várias semanas na companhia dos pais. Uma brincadeira sempre repetida e misteriosa, nas suas palavras. Neste momento o discurso de Freud (p. 171-2) é descritivo, diz da criança que joga seus brinquedos para longe com a interjeição o-o-o-o, e que tanto a mãe quanto o observador Freud concordavam em significar como “*fort*” [“foi embora”]. É na observação dessa mesma brincadeira com um carretel, jogado dentro de um berço com o menino falando o o-o-o-o, e depois puxando de volta para sua vista pela corda, com a interjeição alegre de um “*da*” [“está aqui”], que Freud (1920/2010, p. 172) conclui ser essa a brincadeira completa, um jogo de desaparecer e reaparecer, o jogo do “*fort-da*”.

Dito tudo isso, Freud não hesita novamente e “simplesmente” interpreta o jogo, já fazendo uso de sua própria teoria pulsional para formular tal interpretação (p. 173):

Ele estava relacionado à grande conquista cultural do menino, à renúncia instintual [pulsional] (renúncia à satisfação instintual [pulsional]) por ele realizada, ao permitir a ausência da mãe sem protestar. Compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e a reaparição com os objetos que estavam ao seu alcance.

A partir dessa interpretação, Freud (p. 173) chama a atenção do leitor para uma questão relativa ao prazer ou desprazer desse jogo, e coloca uma pergunta:

Voltaremos nosso interesse para um outro ponto. É impossível que a ausência da mãe fosse agradável ou mesmo indiferente para essa criança. Como pode então harmonizar-se com o princípio do prazer o fato de ela repetir tal vivência dolorosa como brincadeira?

A pergunta aqui já é formulada em termos da teoria psicanalítica do princípio do prazer. Ela que organiza os enunciados, tematizando uma vivência como desprazerosa (ausência da mãe) e o significado de uma brincadeira prazerosa. A pergunta não é “como harmonizar, pensar, o significado e as relações entre uma vivência desprazerosa e uma

brincadeira prazerosa (assim observada)”, mas sim *como harmonizar com a teoria já existente essas relações*

É também nesses termos que a discussão continua. São duas interpretações sobre esse jogo, ou melhor, os motivos dele. A primeira é que na repetição do jogo a criança se apropria de uma situação que viveu passivamente, passando a ocupar um papel ativo. Nova imitação subversiva de Freud (1920/2010, p. 173), “poderíamos atribuir a um impulso de apoderamento, *”, e aqui o tradutor transcreve a palavra alemã *Bemächtigungstrieb*, construída com o *Trieb*. Freud busca quais impulsos (pulsões) seriam responsáveis por essa brincadeira.

Em seguida o autor já tenta uma segunda interpretação, também formulada em termos de impulsos/pulsões: o jogo do carretel seria um impulso, suprimido na vida, de vingar-se da mãe, fazendo-a desaparecer como brinquedo. Um impulso ou pulsão hostil, portanto. Com esses sentidos construídos, uma nova dúvida em função da teoria é enunciada por Freud (1920/2010, p. 174):

Vem-nos então a dúvida de saber se a tendência a elaborar psiquicamente algo impressionante e dele apropriar-se inteiramente pode se manifestar de modo primário e independente do princípio do prazer. No caso discutido, o garoto só podia repetir brincando uma impressão desagradável porque a essa repetição está ligada uma obtenção de prazer de outro tipo, porém direta.

A discussão continua em termos de um “Vê-se” (p. 174), onde as duas interpretações são mantidas (passividade→atividade, e hostilidade) e surge ainda uma terceira: o jogo envolveria um “desejo de ser grande” (p. 175).

Temos então o último parágrafo desse segundo capítulo, marcando agora com mais força uma *vontade de saber* psicanalítica, onde o que se busca ou se descarta são instintos/pulsões, teorias, que possibilitariam explicações, tanto sobre o brincar, quanto sobre outros âmbitos da vida, inclusive fora da clínica, como a arte (FREUD, 1920/2010, p. 175-6):

Em todo caso, dessa discussão resulta que é desnecessário supor, como motivo para o jogo, um particular instinto de imitação. Lembremos ainda que o jogo e a imitação artística dos adultos, que, diferentemente do que fazem as crianças, dirigem-se à pessoa do espectador, não poupam a este as mais dolorosas impressões — na tragédia, por exemplo —, e, no entanto, são por ele percebidos como elevada fruição. Assim nos convencemos de que também sob o domínio do princípio do prazer há meios e caminhos para tornar objeto de recordação e elaboração psíquica o que é em si desprazeroso. Uma estética que considere a economia [psíquica] pode lidar com esses casos e situações que terminam na obtenção final de prazer; para os nossos propósitos eles não servem, pois pressupõem a existência e o domínio do princípio do prazer, não atestam a operação de tendências além do princípio do prazer, isto é, que seriam mais primitivas que ele e independentes dele.

Trazendo a tragédia como exemplo do desprazer que é sentido por um adulto como fruição, Freud (p. 176) diz estarmos todos convencidos, tanto ele como nós leitores que o acompanham (pela sua imitação subversiva), de que o princípio do prazer pode sim transformar desprazer em prazer. Diz também que esse convencimento não serve a “nossos propósitos” (p. 176). Propósitos de pensar como e o que seria um “além do princípio do prazer” (p. 176), que nessa parte do texto, já é necessariamente “mais primitivo e independente dele” (p. 176). Continua-se anunciando e ao mesmo tempo não-anunciando o que é este “além”. E termina o segundo capítulo, com a expectativa construída de que algo está por vir, algo como este *além*, mais primitivo e independente.

4.3. Capítulo III: a (teoria da) técnica como clínica

O capítulo inicia com uma (terceira) mudança de tema. Qual o tema? A (teoria da) técnica psicanalítica e suas mudanças de objetivos, construída durante uma história de “Vinte e cinco anos de trabalho intenso” (p. 176). Os parênteses acima indicam algo configurado nessa nossa análise institucional do discurso de Freud (p. 176): ele anuncia que vai falar de “objetivos técnicos”, da prática concreta da clínica psicanalítica. E num movimento progressivo, com certa clareza didática, vai utilizando cada vez mais o corpo teórico para explicar o que lá (na clínica concreta) acontece. Em seu discurso, cada vez fala menos de atuações concretas, e com mais elementos da teoria. A própria maneira de enunciar o que acontece na clínica já toma em larga medida o arcabouço teórico psicanalítico como base, mesmo que em momentos históricos distintos. Acompanhemos esses dois primeiros parágrafos do capítulo para indicar o como aparecem as relações entre teoria e clínica nesse discurso (FREUD, 1920/2010, p. 176):

Vinte e cinco anos de trabalho intenso fizeram com que os objetivos imediatos da técnica psicanalítica sejam agora muito diferentes do que eram no início. Antes o médico praticante da psicanálise não podia senão procurar descobrir, reunir e comunicar no momento certo o inconsciente oculto para o doente. A psicanálise era sobretudo uma arte da interpretação. Como a tarefa terapêutica não se concluía dessa forma, logo surgiu mais uma intenção, a de instar o paciente a confirmar a construção por meio de sua própria lembrança. Naquele esforço, a ênfase principal era nas resistências do paciente; depois a arte consistiu em desvendá-las o mais rapidamente possível, mostra-las ao paciente e, através da influência pessoal (eis o lugar da sugestão atuando como “transferência”), induzi-lo a abandonar as resistências.

No início, temos apenas o “inconsciente oculto” como palavras advindas do léxico freudiano, e que ainda estavam bem próximas da prática concreta. O pressuposto aqui é de

que, se há um sintoma ou sofrimento como demanda de trabalho para a clínica psicanalítica — mesmo em seus primórdios, que consideraremos como um período entre 1895 e 1900, para seguir a conta de anos de Freud —, o motivo ou causa desta afecção (neurótica) estaria “inconsciente” no início do tratamento, tanto para médico como para paciente. Mas se está inconsciente, por outro lado é algo que ocorre no campo psíquico, e este já está determinado por essa “vida inconsciente”, ou seja, dele dependem tanto a formação da doença quanto a sua cura (tornando o inconsciente→consciente). Isto é pressuposto, pois aqui já há conceitos operando. No discurso de Freud, eles não estão apresentados como tais, como conceitos, mas como coisas que acontecem lá na clínica. Independentemente do método, o que esse enunciado pressupõe é que há um “inconsciente oculto” do/no doente. Na continuidade desse parágrafo, poderíamos destacar mais termos do léxico freudiano como “resistências do paciente”, e “transferência”. Da maneira como está disposto o enunciado, até a palavra “construção” (que poderia relativizar o “inconsciente oculto” como uma construção do analista, não algo que está lá na clínica) está reafirmando que há algo inconsciente que precisa ser apenas confirmado pelo paciente.

O segundo parágrafo continua em ritmo exponencial nessa “descrição” — onde pressupostos da psicanálise estão se materializando em acontecimentos da clínica — (FREUD, 1920/2010, p. 176-7, *itálicos do autor*):

Tornou-se cada vez mais claro, porém, que a meta proposta, de tornar consciente o que era inconsciente, também não era inteiramente exequível por esse caminho. O doente não pode lembrar-se de tudo o que nele está reprimido, talvez precisamente do essencial, não se convencendo da justeza da construção que lhe é informada. Ele é antes levado a *repetir* o reprimido como vivência atual, em vez de, como preferiria o médico, *recordá-lo* como parte do passado. Essa reprodução, que surge com uma fidelidade que não fora desejada, sempre tem por conteúdo algo da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e seus derivados, e invariavelmente se dá no âmbito da transferência, isto é, da relação com o médico.

Vemos o mesmo modo de enunciar que surgiu em outros momentos da escrita deste texto, em especial no primeiro capítulo (p. 162-7): descreve-se algo que acontece, no presente, mesmo que o conteúdo do que acontece pertença ao vocabulário da teoria psicanalítica. Falar da clínica neste momento, no discurso de Freud, é falar pela teoria psicanalítica, de maneira pressuposta e não anunciada como tal. O que acontece na clínica é a apropriação do discurso do paciente como “o inconsciente”, “resistências”, “repetições”, o “reprimido”, e assim por diante. Foi isso que chamamos, na análise do capítulo I, de uma *cena de verdades*, algo que reencontramos nesta parte do escrito (p. 176-84) em que entra em cena a clínica e sua “técnica”.

Ainda pensando nesta *cena de verdades* da clínica, podemos configurar essas disposições enunciativas como um discurso pressuposto. Se podemos considerar que todo enunciado tem uma repartição de posto/pressuposto, o que vimos configurando no discurso de Freud (1920/2010), nos enunciados que agrupamos como *cenar de verdades* da clínica, é uma presença invariável de uma segunda voz no enunciado: a “voz/discurso da teoria psicanalítica”. Ao falar da clínica como prática concreta, o que tem aparecido pressuposto é sempre o discurso da teoria. Trata-se de uma segunda voz do enunciado, sempre colocada como externa à “presente discussão”, como anterior e já compartilhada — já enredando, portanto, o leitor. Neste enredamento, Freud pode afirmar sem hesitações que a repetição na transferência “sempre tem por conteúdo algo da...” (p. 179)...teoria psicanalítica.

É neste contexto discursivo que Freud (1920/2010, p. 178) propõe uma reflexão sobre a “compulsão à repetição” (entre aspas em seu escrito), disto que ele considerou um ponto fundamental do tratamento psicanalítico, a “repetição na transferência”. O contexto é o que configuramos acima, o do discurso pressuposto da/na teoria, e é por esse caminho que segue a discussão (p. 178-9). Agora para pensar o “princípio do prazer” e a “compulsão à repetição”.

Para além do movimento freudiano dentro da teoria, vale marcar que os dois parágrafos que analisamos a seguir (p. 178-9) possuem várias palavras que mostram certa “preocupação didática”: “A fim de compreender melhor...”; “nos livrar de equívocos...”, “evitaremos a falta de clareza...”; (p. 178). É como se, ao falar da/pela teoria, dúvidas e hesitações do/no saber pudessem ser acalmadas. Isso porque, ao enunciar, se anuncia um esclarecimento. Há, no mesmo trecho, uma retomada de conceitos percebida pelo próprio enunciador, e uma nova tensão advém dessas considerações, justamente quando o princípio do prazer aparece no discurso (FREUD, 1920/2010, p. 179):

É claro que a maior parte do que a compulsão de repetição faz reviver causa necessariamente desprazer ao Eu, pois traz à luz atividades de impulsos instituais[pulsionais] reprimidos, mas é um desprazer que já consideramos, que não contraria o princípio do prazer, é desprazer para um sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para o outro. Mas o fato novo e digno de nota, que agora temos que descrever, é que a compulsão à repetição também traz de volta experiências do passado que não possibilitam prazer, que também naquele tempo não podem ter sido satisfações.

E para tentar dar um novo passo nesse movimento de pensamento, nesse emaranhado conceitual da psicanálise, anuncia-se um novo “fato” que “precisa ser descrito”. Recorrentemente a palavra “descrição”, neste contexto discursivo, vem logo antes de se adentrarem termos da teoria que poderiam explicar uma prática concreta. E é o que sucede nesta parte do capítulo III.

Freud (1920/2010, p. 179-81) inicia a “descrição” tematizando a vida sexual infantil e seus destinos, necessariamente dolorosos e desprazerosos, de perda do amor do genitor do sexo oposto. O autor (p. 180) fala de um amor infantil que, de umas poucas formas, “sempre recorrentes” (p. 180), chegaria sempre ao fim. Seu modo de dispor os enunciados é ainda o de quem fala sobre coisas que *acontecem*, embora desta vez pertençam ao passado: coisas que *aconteceram*. Logo em seguida, vai dizer que acontecem de novo na repetição pela transferência (p. 180). E para explicar todos esses “acontecimentos” da clínica, com a maior naturalidade, Freud (p. 181) enuncia sua teoria das pulsões, mas agora acrescentando, como algo novo, a ideia de compulsão:

Nenhuma dessas coisas podia proporcionar prazer naquele tempo; seria de crer que hoje produziram menor desprazer se emergissem como lembranças ou em sonhos, em vez de se configurarem como novas experiências. Trata-se, naturalmente, da ação de instintos [pulsões] que deveriam levar à satisfação, mas não trouxe frutos a lição de que também naquela época eles produziram somente desprazer. A ação é repetida, apesar de tudo; uma compulsão impele a isso.

Pela análise que estamos empreendendo, “trata-se, naturalmente...” (p. 181) da teoria. O parágrafo seguinte generaliza esse “fenômeno” para todas as pessoas. Tanto em pessoas neuróticas como em pessoas não-neuróticas, no discurso de Freud (p. 181), lá estaria a compulsão à repetição, e que a psicanálise explica como algo “preparado por elas mesmas [as pessoas] e determinado por influências da primeira infância” (p. 181). São citados exemplos de “pessoas para as quais toda relação humana tem igual desfecho” (p. 181-2), e também os “efeitos” que tais repetições teriam em nós, leitores, por mais uma imitação subversiva (FREUD, 1920/2010, p. 182, sublinhados nossos):

Esse “eterno retorno do mesmo” não nos surpreende muito, quando se trata de um comportamento ativo da pessoa em questão e nós descobrimos o traço de caráter permanente de seu ser, que tem de manifestar-se na repetição das mesmas vivências. Impressão bem mais forte nos produzem os casos em que o indivíduo parece vivenciar passivamente algo que está fora de sua influência, quando ele apenas vivencia, de fato, a repetição do mesmo destino.

A compulsão à repetição, agora vista como um traço de caráter, não apenas nas pessoas apareceria, mas também em obras poéticas estaria presente uma comovente “expressão” sua. Deslizando das “observações” para a produção literária, essa compulsão ganha um lugar de destaque no discurso (p. 181-4). E é justamente nesse lugar que Freud (p. 183) explicitamente a coloca, em seu último parágrafo do capítulo, amarrando com essa noção todos os temas deixados em aberto, desde o capítulo II (neuroses traumáticas, sonhos desses doentes, brincadeiras das crianças normais) e do capítulo III (a repetição na

transferência e as “compulsões de destino” das pessoas não-neuróticas). No modo como estão dispostos os enunciados dessa amarração, o laço também envolve o leitor na trama da teoria, onde o princípio do prazer fica mantido, mesmo que sobrepujado pela existência dum “além...”.

No último trecho, finalizando o capítulo, a “compulsão à repetição”, se por um lado figura como hipótese, por outro seria, desde já, “mais instintual [pulsional] do que o princípio do prazer, por ela posto de lado” (p. 184). Uma hipótese, já *instintual/pulsional* (FREUD, 1920/2010, p. 184):

Se houver na psique uma tal compulsão à repetição, porém, então gostaríamos de saber algo sobre ela, a qual função corresponde, em que condições pode evidenciar-se, e que relação tem com o princípio do prazer, ao qual até agora, afinal, confiamos o domínio sobre o curso dos processos de excitação na vida mental.

4.3.1. Configurando o terceiro eixo analítico: a *tensão no modo de produção não-linear*

Na análise dos capítulos II e III, destacamos dois eixos de análise: *a vontade de saber/verdade* (pela naturalização da teoria psicanalítica) e o *lugar da clínica* nessa afirmação ou produção da teoria.

O que faltou destacar, e que é uma característica principal do texto analisado, é o *modo de produção deste novo conceito*, a pulsão de morte (ainda não inventada na altura em que paramos a análise). A questão é: para *inventar* este conceito, o caminho das reflexões é construído por uma *lógica não-linear*! (Reparem em todos os desvios de olhar que Freud propôs até agora). Tudo feito para amarrar a produção deste novo conceito: para criar algo novo na teoria, há *muitos caminhos* mobilizados, *conceitos desde o início* da produção psicanalítica, misturados com reflexões novas e inéditas, tudo numa tensão constante para que se possa enunciar algo novo, na ordem do discurso psicanalítico.

Acompanhamos até aqui o texto de Freud (1920/2010) numa leitura próxima, fazendo comentários descritivos e analíticos à medida que avançávamos pelos parágrafos e capítulos, acompanhando o “ritmo” do próprio discurso em análise. A partir de agora, depois de termos elaborado algumas hipóteses e reunido material suficiente para configurar *eixos analíticos*, mudaremos o formato e a cadência da escrita. Para um “ritmo” mais analítico, mais próprio da nossa análise e menos próximo daquele que do texto.

Essa distância se propõe a expor na escrita menos o discurso em análise e mais a nossa

análise institucional do discurso. Isso não significa suprimir a voz de Freud (1920/2010) de nossa análise, o que seria extremamente contraditório e equivocado pela nossa estratégia de pensamento; significa, sim, diminuir o número de citações descritivas sobre o que Freud (1920/2010) *escreveu/disse*, aumentando o dos recortes demonstrativos da análise que estamos empreendendo, recortes que relacionem o dito ao *ato de dizer*.

Pediremos ao leitor que, caso o possa e deseje, tenha o texto em questão (FREUD, 1920/2010) próximo de si, para a própria apreciação, e passaremos a fazer um apanhado desde o capítulo I, agora tendo como referência *o eixo analítico do modo de produção do conceito de pulsão de morte*.

Aqui talvez seja o momento de tentar descrever de forma mais sintética “*o que fez Freud*” nos três primeiros capítulos. Começemos com uma pergunta: há muitos pressupostos psicanalíticos em jogo no texto, mas *de que modo Freud os utiliza em seu discurso?*

A primeira ideia que vem é a de uma retomada. Só que tal retomada não se dá sem uma *tensão*, podemos afirmar! Desde os primeiros parágrafos, do capítulo I, há uma *tensão* que atravessa o *texto inteiro* (FREUD, 1920/2010)! O princípio do prazer e a metapsicologia a ele subjacente, como suposição-inevitável, são mostrados nos primeiros enunciados como um *saber soberano* sobre o significado das sensações de prazer e desprazer, em relação à filosofia e à psicologia da época. E isso é justificado e legitimado por aquele discurso que coloca a empiria do trabalho clínico como equivalente ou aproximado a uma investigação científica. Em outras palavras, é pela *vontade de verdade de Freud* (1920/2010), por um vetor argumentativo que vai aproximando o saber psicanalítico do saber científico (como verdade), que está organizado o início do texto. *Tensão* com outros saberes, e *harmonia* com concepções como a de Fechner (cientista). O discurso da teoria, sobre quantidade de excitações, está organizado *entre* essas tensões.

Seria muito diferente, imaginemos, se Freud apenas enunciasse “Na teoria psicanalítica, temos a hipótese do princípio do prazer que é tal e tal...e relacionamos quantidades de excitação psíquicas não ligadas com tal e tal...”. Mas não! Pela disposição dos enunciados *há toda uma volta argumentativa* que é dada e que configura a metapsicologia como *soberana*, “descrição mais completa” do que *ocorre* na clínica. Percorre-se todo um caminho antes da configuração da própria enunciação de “vida psíquica”, mas é justamente por *esse caminho tenso*, argumentativo, por *esse modo de produção*, que os enunciados estão organizados.

Pudemos acompanhar uma *nova tensão*, efeito de um enunciado do escritor.

Contradições são levantadas e logo rebatidas (p. 164-8), tendo como resultado a manutenção da suposição-inevitável. Ou seja, *todo o final do primeiro capítulo* está respondendo a uma *tensão* que aparece na forma de possíveis *contradições internas* (ao conceito teórico) do princípio do prazer. E é precisamente neste movimento de resposta às contradições que o resultado no primeiro capítulo é o que podemos configurar: a clínica aparece *como a teoria psicanalítica*.

Concluindo, o que Freud (1920/2010, p. 162-7) faz no primeiro capítulo *não é uma retomada*. Ele não reapresenta ideias já prontas da psicanálise. Ele colocou o leitor para *pensar com/pela* teoria psicanalítica, fazê-la *operar em ato*, do “básico” até seus limites! De maneira argumentativa, levantando e rebatendo contradições, apresentando pequenos recortes da teoria e construindo uma força explicativa para o princípio do prazer.

E o que vem a seguir? Um desvio de olhar que abriria novos sentidos, novas possibilidades para se pensar a origem ou significação do desprazer.

O novo terreno — “a reação psíquica ao perigo externo” (p. 167). O preparo do terreno — a configuração das neuroses traumáticas *como afecções psíquicas*. O que se está *delimitando*, no primeiro parágrafo do capítulo II, é justamente *o campo psíquico a partir de um outro “ponto de ataque”*. E isso para a *produção* de algo novo, empreendida com “dois pontos de partida para reflexão” (FREUD, 1920/2010, p. 168). Nós daremos mais ênfase neste ponto no (quarto) eixo analítico da produção de um “dentro” como vida psíquica, adiante. Do ponto de vista da tensão, podemos configurá-la pelos movimentos argumentativos dos capítulos II e III. Precisamente após algumas linhas de reflexão, um *desvio* argumentativo: “Retornaremos depois essa a essa questão” (p. 169). O que foi suspenso foi a questão da “angústia que protege do terror e também da neurose de terror [traumática]” (p. 169).

Mais importante do que o conteúdo, estamos destacando pela análise essa *suspensão* e o *desvio* empreendido. A organização desses enunciados salta aos olhos como a característica mais marcante dessa disposição. A ideia é demonstrar aqui essa *lógica não-linear* na produção teórica, que se manifesta em quatro grandes mudanças operadas pelo autor.

A primeira (1ª) mudança foi a suspensão da questão da angústia (p. 169), que será retomada no capítulo IV, quando a “compulsão à repetição” estará amarrando todos os temas. A segunda (2ª) mudança vem logo em seguida, *um desvio argumentativo tão grande que teve efeito sobre os editores fazendo-os acrescentar uma linha onde, nas edições primeiras, não havia* (FREUD, 1920/2010, p. 170). De fato, podemos considerar um desvio de temas gigantesco, das neuroses traumáticas e *seus sonhos fixados em traumas* para a interpretação

da uma brincadeira de criança. Esta segunda suspensão também será retomada e amarrada pela compulsão à repetição no capítulo IV. A terceira (3ª) mudança está mais adiante, onde “o jogo e a imitação artística dos adultos” (p. 175-6) são adicionados à equação para ajudar a pensar as relações de desprazer sentido como prazer. Embora seja mais uma *adição* de um outro tema ao movimento argumentativo do que propriamente um desvio, ele também será considerado pelo *eixo analítico da tensão*. A quarta (4ª) mudança está logo depois da terceira, na mudança de capítulo da mesma página (p. 176). Mantendo uma coerência argumentativa para pensar novos sentidos que o desprazer pode assumir, é enunciada uma espécie de história das mudanças da (teoria da) técnica analítica, para (re)pensar a “repetição na transferência” (p. 176-81).

Se até agora aponte para desvios e suspensões no movimento argumentativo desse discurso, podemos arriscar a pergunta: *para que* tantos desvios e suspensões? Por um lado, os desvios mostram-se úteis para dar se abrir novos caminhos — para *produção* da teoria —; por outro lado, o caminho abandonado *o foi* justamente nos pontos nos pontos onde a teoria psicanalítica está *tensionada* em seus próprios limites, onde poderiam aparecer contradições — a *tensão*, portanto.

De forma simplificada, acompanhem os enunciados que vieram imediatamente *antes* de alguns dos desvios e suspensões dos capítulos II e III (FREUD, 1920/2010):

- 1-) “...na angústia há algo que protege do terror e também da neurose de terror” (p. 169);
- 2-) “Para que os sonhos dos neuróticos traumáticos não nos façam duvidar da tendência realizadora de desejos do sonho, resta-nos a saída de...” (p. 170, sublinhados nossos);
- 3-) “...para nossos propósitos eles [casos e situações que poderiam ser explicados pelo princípio do prazer, como uma tragédia artística] não servem, pois pressupõem a existência e o domínio do princípio do prazer, não atestam a operação de tendências além do princípio do prazer, isto é, que seriam mais primitivas que ele e independentes dele” (p. 176);

O item (2) é o mais emblemático para relacionar *o modo de produção não-linear e a tensão do/no texto*, além de seus efeitos no leitor. Também colocamos a mudança de capítulo como um desvio argumentativo: não é anunciado, entre o final do capítulo II e início do capítulo III, o *motivo* de se fazer uma história das mudanças na (teoria da) técnica psicanalítica. Só se *faz* o desvio, sem justificativa. E novamente, o *como* Freud (1920/2010, p. 176-8) faz essa história será nosso alvo de análise.

É interessante notar que justamente nesses enunciados, nessa espécie de “história”, há um lugar especial que a clínica ocupa em relação à teoria: é a “tarefa terapêutica” (p. 176) que foi o motor para as mudanças da (teoria da) técnica psicanalítica. É como se, no *ato* de historicizar o próprio pensamento da prática clínica e da teoria, e *apenas* nesse momento em que é produzido um *pensamento histórico*, encontramos enunciado justamente que *a clínica ocupa o lugar de origem na produção teórica da técnica psicanalítica*.

Já afirmamos que a visada do texto é a clínica, na análise do capítulo I. Mas não tínhamos considerado este efeito de deslocamento do lugar da clínica no discurso (como ocorre na p. 176), pois estávamos dando mais ênfase ao eixo analítico da naturalização da teoria. A *clínica* aparece então de duas maneiras não excludentes, concomitantes, nesse início do capítulo III:

1-) como *origem e propulsor* das produções teóricas;

2-) como a *teoria* da técnica em seus pressupostos.

Concluindo, o resultado do *caminho argumentativo* desenvolvido nos capítulos II e III é a ideia de uma “compulsão à repetição do indivíduo”, compulsão esta que necessariamente traz experiências desprazerosas, e que não pode ser plenamente explicada pelo princípio do prazer. Uma *tensão* que a “nova” compulsão à repetição na transferência traz com a “velha” teoria da técnica psicanalítica. Ou seja, para a *produção* de um saber e uma proposta de investigação (que será todo o capítulo IV, V, VI e VII), a *amarração* de uma “compulsão à repetição” (enunciada como “observações, extraídas da conduta na transferência e do destino das pessoas”, p. 183) permite uma *abertura de sentidos*. Veremos, ao analisar os próximos capítulos, que nossa busca do *modo de produção* para continuar pensando reedita-se em cada passo rumo ao “além...”.

4.4. Capítulo IV: quarto eixo analítico - (re)constituindo um “dentro” como *vida psíquica*

O primeiro parágrafo desse capítulo tem um modo de enunciação muito particular, se considerarmos o texto em sua extensão. Há nesses primeiros enunciados uma marca discursiva muito distinta de todas as outras que vimos até aqui. Em termos das relações entre teoria e clínica, essa modalidade ímpar de enunciação é um acontecimento, visto que a regularidade que viemos acompanhando até agora, e que inclusive será retomada

imediatamente depois (p. 184-98), é aquela das “*cenas de verdade*” da teoria, que se afirmam como a prática clínica; como o que acontece lá, e que “todo o mundo” sabe (num enlace leitor/escritor). Nessas cenas, ocorria regularmente de os pressupostos estarem tecendo uma segunda voz no discurso, sem serem, porém, anunciados como tais. Já aqui, temos na disposição do enunciado uma relativização do que se segue sem a consecutiva legitimação ou ratificação — como, por exemplo, com a suposição-inevitável do princípio do prazer. Acompanhemos essas marcas (FREUD, 1920/2010, p. 184):

O que segue é especulação, às vezes especulação extremada, que cada um pode apreciar ou dispensar, conforme a atitude que lhe for própria. É, além do mais, uma tentativa de explorar consequentemente uma ideia, pela curiosidade de ver aonde levará.

O que se segue a este pequeno parágrafo é justamente a especulação psicanalítica, primeiramente “retomada” em termos de uma metapsicologia da primeira topologia (parte teórica no final de “A interpretação dos sonhos”, FREUD, 1900/1976). Isso nos permite afirmar que a teoria psicanalítica, portanto, está sendo tomada como ideia, como especulação. No contexto específico deste texto, também serão especulação os passos dados a partir da teoria psicanalítica estabelecida até a produção do novo conceito, a pulsão de morte. No enunciado acima, inclusive o laço escritor/leitor está completamente afrouxado, e o leitor assume um lugar de escolha frente à especulação que se seguirá. Uma escolha entre apreciar ou dispensar. Ou seja, uma maneira muito diferente de tratar o leitor, em contraste com as regularidades configuradas nessa análise, até agora.

Bom, sigamos com a análise. Os efeitos da retomada da primeira topologia nesse momento, que acabamos de destacar, se estendem até o final do texto, e nos permitem configurar um *quarto eixo analítico* a partir do capítulo IV: a *constituição de um “dentro”* (diferenciando-se de um “fora”) como *vida psíquica*.

Os outros eixos se mantêm também, mas mesmo que a *naturalização da teoria* e o *lugar (oscilante) da clínica* continuem operando de maneira semelhante à dos capítulos anteriores, o que mais se destaca, pela nossa análise, é a conjunção do quarto eixo com o terceiro. Só para destacar este último, uma pergunta: o leitor desta dissertação esperava ser levado até conceitos iniciais da psicanálise, após o anúncio feito por Freud sobre a especulação extremada que empreenderia? Pois saiba que a maneira *não-linear* de argumentação se mantém, de modo que o que encontramos na sequência é uma enunciação do *objeto institucional* da psicanálise: a “investigação dos processos inconscientes” (FREUD, 1920/2010, p. 184). Esse apontamento será importante e retomado mais à frente na análise

Vemos, portanto que, mais uma vez, o que se segue *não é uma retomada*, mas uma forma de *(re)constituir em ato* aquilo que Freud enuncia como “*aparelho psíquico*” ou “*processos psíquicos*”. E isso através de um ponto de ataque *específico*: a *diferenciação* entre as percepções vindas do “fora” (ambiente) e as sensações de “dentro” (prazer e desprazer pelo aparelho psíquico). Essas afirmações como que dão um “folêgo” para o movimento argumentativo, pois uma nova forma de fazer interlocuções começa a se exercer. O discurso da ciência e da anatomia cerebral aparecem como *apoiadores* das hipóteses psicanalíticas (como o discurso de Fechner no capítulo I), mas *também*, logo a seguir, há uma *inversão* (FREUD, 1920/2010, p. 185, sublinhados nossos): “Talvez consigamos ir mais longe, na busca de explicações para esse local em nosso sistema P-Cs”. A inversão é que a *teoria psicanalítica pode ir mais longe*, na explicação sobre esse lugar fronteiro da consciência, do que o discurso da anatomia.

Freud (1920/2010, p. 186) discorre então sobre sua primeira topologia (ou “primeira tópica”) e dela traz a tese de que “*a consciência surge no lugar do traço de lembrança*” (p. 186, *itálicos do autor*), relacionando a *memória*, portanto, com a reflexão do dentro/fora psíquicos.

O parágrafo que se inicia com “Imaginemos o organismo vivo, na sua maior simplificação, como uma indiferenciada vesícula de substância excitável” (p. 187) produz um *modelo* (a vesícula) muito coerente e preciso *para pensar a teoria psicanalítica*, justamente dando ênfase a essa diferenciação das excitações de dentro e de fora. O discurso da embriologia e da ciência biológica entra como aliado, mas é o modo como Freud (1920/2010, p. 187-91) enuncia seu modelo *próprio* da vesícula que traz as maiores consequências para seu caminho argumentativo. A ponto de ele mesmo, Freud (1920/2010, p. 191-2), enunciar que após suas reflexões ficou mais clara, justamente, a “dominação do princípio do prazer”.

Este é um movimento *produtivo* do discurso, onde um modelo está sendo enunciado para se poder pensar e amarrar todas as questões levantadas e deixadas suspensas nos capítulos II e III. É nesse contexto que surge o modelo da vesícula e sua *camada protetora contra estímulos*, bem como a *produção* de sua “origem”¹¹ (a morte da camada externa para proteção do *dentro* contra estímulos externos). O paralelo entre esse modelo e os órgãos dos sentidos também está constituindo esse “*dentro*” como vida psíquica (p. 189-90). Essas

¹¹ Freud (1920/2010, p. 188) enuncia pela *naturalização* da teoria: “Ainda temos algo a observar sobre a vesícula vivente...”; o que ele está fazendo é *produzindo* esse modelo da vesícula, bem como a tal camada cortical e o modo como ela foi constituída.

reflexões entre o interno/externo do aparelho psíquico autorizam Freud (p. 190) a confrontar uma tese filosófica, a de Kant. Além de o saber psicanalítico ser enunciado como soberano sobre outra forma de pensamento, o que também está sendo reforçado é a definição de pensamentos *inconscientes* (“atemporais”).

A isso se segue a *constituição* do “dentro”, pela diferenciação entre “interno” e “externo” e pela localização do sistema Cs na intersecção desses dois campos. Em termos de excitações hipotéticas vindas de dentro e de fora da vesícula, nesse modelo, para fora haveria uma barreira protetora, mas de dentro não haveria defesa contra os estímulos e excitações, aqueles que produzem as sensações de prazer-desprazer!

Vejamos, portanto, quais as consequências deste modelo na constituição do “dentro” que estamos configurando a partir do discurso de Freud (p. 190-1):

1-) As sensações de “dentro”, baseadas em índices de prazer e desprazer, teriam prevalência sobre as advindas de estímulos externos;

2-) Uma barreira protetora, já constituída como “defesa” conta os estímulos externos, seria utilizada *também* para lidar com as excitações internas. Ou seja, as excitações “de dentro” seriam tratadas como se fossem “de fora”.

Após essas considerações, Freud batiza de “projeção” esse tipo de tendência, colocando o fenômeno num lugar de grande importância para os processos patológicos, enfatizando o dentro como motor psíquico. O autor está, aqui, *apresentando*¹² essa “tendência” (p. 191) — assim como, logo a seguir, pela reinvenção do conceito de trauma a partir desse modelo da vesícula, ele *produz* uma outra tarefa do aparelho psíquico, e desta vez, responsabilizando-se por seu enunciado (FREUD, 1920/2010, p. 192, *itálicos do autor*):

Às excitações externas que são fortes o suficiente para romper a proteção nós denominamos *traumáticas*. Acho que o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz. Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa. Mas o princípio do prazer é inicialmente posto fora de ação. Já não se pode evitar que o aparelho psíquico seja inundado por grandes quantidades de estímulo; surge, isto sim, outra tarefa, a de controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação.

¹² Apresentando neste texto, pois tal concepção já havia sido produzida em textos anteriores, como no **Caso Shreber (REF)**

Vemos a produção de uma ideia, “a tarefa de ligar psicologicamente os estímulos traumáticos”, que põe de lado “o princípio do prazer”. Aqui se dá o primeiro nó que amarrará todas aquelas questões suspensas dos capítulos II e III. E tal ideia é trazida à baila mediante o modelo da vesícula, um *modelo específico da psicanálise* para pensar a *dor física* em termos do que acontece “*dentro*” do aparelho psíquico (p. 192-3): os “contrainvestimentos” como respostas ao trauma (“uma ruptura localizada na barreira contra estímulos”). Com essa ideia (da tarefa psíquica de ligar psicologicamente estímulos vindos do “fora”), num *único* parágrafo (p. 194-6), são feitas, em sequência, *todas as amarrações* dos temas antes suspensas!

O primeiro fio solto que é amarrado é o da *etiologia psicológica* das neuroses traumáticas. Não sem uma *tensão* com concepções, “mais antigas” e “menos refinadas”, de “trauma”. Freud (1920/2010, p. 194) diferencia a concepção psicanalítica das outras explicações anatômicas e fisiológicas, justamente pela “ruptura da proteção do órgão psíquico”. É o próprio psiquismo que está sendo reinventado aqui, por essa nova tarefa.

Surge daí o gancho para amarrar o segundo fio solto, aquele do susto e da preparação para a angústia (p. 194-5). O autor relaciona essa psíquica “preparação para angústia” com altos graus de “contrainvestimento” disponíveis, decorrendo daí a ideia de que *a angústia protegeria* o aparelho psíquico de uma neurose traumática. Na experiência de “susto”, os sobreinvestimentos dos sistemas receptores de estímulos estariam “baixos”, causando a “ruptura da proteção contra estímulos”. Sem perder a cadeia argumentativa, o autor agora amarra o terceiro fio solto, os *sonhos fixados em traumas* (p. 195), com a nova explicação de que os sonhos estariam lidando retrospectivamente com o momento do trauma, desenvolvendo tardiamente a angústia que na hora certa, pelo susto, não teria sido preparada (o que, no discurso de Freud, preveniria a neurose traumática).

É dessa maneira que o “*dentro*”, como *vida psíquica*, é configurado no discurso. Seria um “dentro” com uma “proteção para o fora”, na forma de energias que poderiam ligar um possível rompimento da proteção. Um *aparelho psíquico* com uma “nova função”, *produzida* no movimento argumentativo, e que “sem contrariar o princípio do prazer, é independente dele e parece mais primitiva que a intenção de obter prazer e evitar desprazer” (p. 196). Ao que parece, meus caros, chegamos finalmente ao “*além...*”.

Levando em conta todos os nossos eixos analíticos, da naturalização da teoria ao lugar da clínica, da *tensão* no modo não-linear de produção à constituição de um “*dentro*” que pode ser traumatizado por algo que vem de fora e reage a isso de uma maneira particular, *é só nesse momento do texto, depois de todas as oscilações e espirais argumentativas*, que Freud retifica sua tese do sonho como realização de desejos, admitindo uma exceção. E *é só depois* disso que ele amarra o quarto fio solto, os “sonhos dos neuróticos, na prática clínica da psicanálise, que trazem à memória os traumas psíquicos da infância” (p. 196). Vejam todo o caminho trilhado nesses capítulos para a produção de um “além do princípio do prazer”, que é disposto no enunciado por um condicional: “Se existe um ‘além do princípio do prazer’, é coerente admitir...” (p. 196, sublinhado nosso). Podemos chamar isso de “cautela”. Mas quando é enunciada a questão de “será que esses sonhos de compulsão à repetição, do jeito que estamos teorizando aqui, existem também fora da análise?”. Neste ponto, a *naturalização* e a *convicção* ganham força: “A resposta é certamente afirmativa” (p. 197).

Com isso, o “*dentro*” fica configurado, e autoriza Freud (1920/2010, p.197-8) a mobilizar vários conceitos psicanalíticos para explicar por que uma ferida sofrida simultaneamente a um susto preveniria o desenvolvimento de uma neurose traumática. Estão lá, densamente tecidos, os conceitos da psicanálise; constituindo que há um “*dentro*”, que esse dentro tem “energia interna”, que essa energia é “*libido*”, que ela poderia ser liberada após um susto ou choque mecânico, e que uma doença afetaria consideravelmente a sua distribuição, mediante o enfraquecimento das funções psíquicas. Por último, mas não menos importante, o conceito de “*narcisismo*” é mobilizado, para dar conta do que aconteceria se houvesse um ferimento concomitante a um susto: o ferimento ou órgão ferido seria sobreinvestido narcisicamente, prevenindo um efeito traumático, pois estaria concentrando toda a quantidade de excitação sexual liberada no “*dentro*”.

4.5. Capítulo V: a reconstituição do “*dentro*” e da “*vida*”

O parágrafo que abre o quinto capítulo o faz de uma forma muito especial, que destacaremos. É um parágrafo que fala desse “*dentro*” que estamos configurando em nossa análise. Mais do que isso, a forma de caracterizá-lo coloca os instintos/pulsões em lugar de destaque do que acontece nesse “*dentro*”, de tal modo que são considerados os objetos de maior importância na pesquisa psicológica, pelo discurso de Freud (1920/2010, p. 198).

Vejamos o que acabamos de destacar, como resultado de nossa análise, no discurso de Freud (1920/2010, p. 198, sublinhados nossos):

A falta de uma barreira contra excitações que venham do interior, na camada cortical receptora de estímulos, terá a consequência de que tais transmissões de estímulos adquirem a maior importância econômica e frequentemente dão ensejo a distúrbios econômicos equiparáveis a neuroses traumáticas. As mais ricas fontes de tal excitação interior são os chamados instintos [pulsões] do organismo, os representantes de todas as forças procedentes do interior do corpo e transmitidas ao aparelho psíquico, que constituem o elemento mais importante e mais obscuro da pesquisa psicológica.

O que é apresentado no discurso, a seguir, é o modo de pesquisa da psicanálise, no discurso da teoria, a partir do “estudo do trabalho dos sonhos” (p. 198). Acho que já demonstramos o suficiente o eixo da lógica não-linear, no qual também incluímos esse movimento discursivo. O que está em jogo no segundo parágrafo deste capítulo é a articulação conceitual de “processo primário inconsciente” com “energias livres”, e “processo secundário” com “energias ligadas”. Com uma novidade: aquela nova “tarefa primária” de “ligar as energias livres” dos “instintos/pulsões” do “*dentro*” se tornaria um pré-requisito para a “...realização do domínio do princípio do prazer (e de sua modificação, o princípio de realidade)” (p. 199). Até esse momento, uma reconstituição desse “*dentro*” se deu no discurso, de maneira “C.Q.D.” (Como Queríamos Demonstrar), ou seja, *mantendo o princípio do prazer* como conceito e também seu *além*.

Agora, com todos esses conceitos amarrados, um movimento interessante começa a se desenrolar: Freud (1920/2010, p. 199-200) começa a relacionar *em ato*, no seu discurso, a “compulsão à repetição” e o “caráter impulsivo”. E para isso, ele faz um caminho curioso, encadeando em sequência os temas que havia trabalhado anteriormente e adicionando um novo (p. 200):

- 1-) da criança e seus jogos infantis;
- 2-) a clínica, e a “repetição na transferência do neurótico”;
- 3-) “talvez” toda a vida orgânica, (pelo ponto de ataque dos *instintos*);

Vemos que, para relacionar “a compulsão à repetição” e o “caráter impulsivo”, *diversos pontos de ataque* são mobilizados de modo a constituir esse “*dentro*”. E no primeiro parágrafo já se anunciaram os instintos/pulsões como objeto de pesquisa, um ponto de ataque possível para constituir esse “*dentro*” como vida psíquica. Só que agora, parece que o próprio

conceito de instinto/pulsão está prestes a ser torcido, modificado, e com a naturalização que já destacamos com nosso primeiro eixo de análise, Freud (1920/2010, p. 202) assim enuncia algo sobre os instintos/pulsões, uma característica deles “que até agora não foi claramente reconhecida ou, pelo menos, explicitamente enfatizada”. E essa naturalização vem concomitante com uma *produção* discursiva importante (FREUD, 1920/2010, p. 202, *itálicos do autor*):

Um instinto [pulsão] seria um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior, que esse ser vivo teve de abandonar por influências externas, uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica.

Logo após esse enunciado, Freud (1920/2010, p. 202) começa a levantar e rebater “críticas” e “estranhamentos”, como se houvesse um *interlocutor* que dissesse assim: “Mas que história é essa de um instinto que *conserva* ou *restaura*? Instinto promove o *progresso*!”. E para rebater esse interlocutor (que configuramos em nossa análise), ele mergulha no discurso da *biologia*, dando exemplos dos peixes e do voo das aves (tudo pelo viés dos instintos). Esse movimento de ir para o *discurso biológico* está servindo como *um caminho argumentativo* na busca dessa tal *tendência* à restauração, que estaria presente em todo organismo vivo. São enunciados “fatos” observáveis e relacionados com os fatos da embriologia, tudo amarrado por essa “compulsão a repetir”¹³.

Rebatidos e suspensos outros possíveis interlocutores que questionam essa definição de instinto/pulsão, então é enunciado: “No momento somos tentados a levar às últimas consequências a hipótese de que todos os instintos querem restabelecer algo anterior” (p. 203). Agora, vejam *como* esse *anúncio é desenvolvido*, tanto no texto corrido... (FREUD, 1920/2010, p. 203):

Se o que daí resultar parecer “profundo” ou causar impressão mística, sabemos que não nos podem fazer a censura de que buscamos esse efeito. Nós procuramos os sóbrios resultados da pesquisa ou da reflexão nela baseada, e não desejamos que eles possuam outra característica senão a da certeza.

¹³ O discurso nesse momento é o do campo da biologia, mas é interessante notar o uso de certas palavras como: “um animal vivo é obrigado a repetir...” (p. 202-3, sublinhado nosso); “todos os instintos [pulsões] querem restabelecer algo anterior” (p. 203, sublinhado nosso); “O ser vivo elementar não pretenderia mudar...” (p. 204, sublinhado nosso); “...influências externas mudaram de forma tal que obrigaram a substância ainda sobrevivente a desviar-se cada vez mais...” (p. 205, sublinhado nosso). É como se *faltassem palavras* para o que Freud pretendia com o caminho pelo discurso biológico, de certa forma *quase* dando uma “alma”, uma “intencionalidade psíquica” para esse discurso. Mas reiteramos que é *quase*. O caminho argumentativo é, nesse momento, decisivamente pelo discurso da *biologia*, na busca de uma *tendência*, para *depois* retornar à psicologia/psicanálise e sua formulação *original* de instinto/pulsão.

... Como também na nota de rodapé após esse enunciado (FREUD, 1920/2010, p. 203):

Não se ignore o fato de que o que vem em seguida é o desenvolvimento de uma linha extrema de pensamento, que mais tarde, quando os instintos [pulsões] sexuais forem levados em conta, sofrerá limitação e justificação.

A melhor expressão para analisar esses enunciados, parece-me, já foi cunhada antes: é um modo de enunciar “pisando em ovos” (GUIRADO, 2009, p. 131-2). Já pudemos apontar outras demonstrações de tal proceder, mas é *neste momento do texto* que a maior “cautela” de todas é dirigida para o leitor!

E sua “reflexão extremada” segue, *cuidadosa, coerente*, ainda usando o modelo da vesícula viva ou “ser vivo elementar” (p. 204), pensando em como fatores *externos e internos* contribuíram para o surgimento e desenvolvimento da vida e dos *instintos*. Nessa reflexão, o próprio “dentro” como *vida psíquica*, que vimos configurando, será radicalmente transformado, ou pelo menos repensado, a partir do que seriam os instintos/pulsão *originais*. Mas ainda estamos no momento das reflexões a partir da *biologia*. Reparem no uso dos *condicionais* (se, então...) no enunciado a seguir (como cautela); a voz de Freud soa surpreendente (1920/2010, p. 204, itálicos do autor):

Se é lícito aceitarmos, como experiência que não tem exceção, que todo ser vivo morre por razões *internas*, retorna ao estado orgânico, então só podemos dizer que *o objetivo de toda vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existia antes que o vivente*.

Reflexão extremada, e extremamente *produtiva*, acrescentaríamos. Nessa espécie de enunciação biológica da origem da vida, em termos de matéria inanimada e matéria animada, temos *um dos passos importantes para a produção do conceito de pulsão de morte* (p. 205, sublinhados nossos): “A tensão que sobreveio, na substância anteriormente inanimada, procurou anular a si mesma; foi o primeiro instinto¹⁴, o de retornar ao inanimado”. E nessa reflexão, as “influências externas” é que seriam responsáveis por alterar e *desviar* cada vez mais o curso de vida original: a morte! “Tais rodeios rumo à morte, fielmente seguidos pelos instintos conservadores, nos ofereceriam hoje o quadro dos fenômenos da vida” (p. 205, sublinhados nossos).

¹⁴ Reparem que nessa citação não utilizei os colchetes com a palavra [pulsão] para indicar a preferência pela tradução da palavra alemã *Trieb*, que vim utilizando nas citações de texto pela própria liberdade que o tradutor permitiu e a que aderi. Isso foi intencional: nesse momento específico do texto, para marcar que é um *passo* rumo ao conceito de pulsão, e para destacar que ainda estamos *no discurso biológico* (freudiano).

Com nossa análise desse o parágrafo (p. 205), cremos ter demonstrado aquela bela frase de Guirado (2009, p. 133, sublinhados nossos): “Em dado momento, no referido texto [*Além do princípio do prazer*], [Freud] afirma que é a vida que atrapalha a morte e não, como se costuma pensar, o inverso”.

Realizada essa reflexão por um caminho freudianamente biológico, ou biologicamente freudiano, o próximo passo no texto será redefinir os instintos/pulsões de autoconservação — estes atribuídos, pela voz de Freud, a todos os seres vivos (p. 205) — como *parciais e...* (FREUD, 1920/2010, p. 205-6, sublinhados nossos):

[...] destinados a garantir o curso da morte própria do organismo e manter afastadas as possibilidades de retorno ao inorgânico que não sejam imanentes... O que daí resta é que o organismo pretende morrer apenas a seu modo; tais guardiões da vida também foram, originalmente, guarda-costas da morte. Surge o paradoxo de que o organismo vivo se rebela fortemente contra influências (perigos) que poderiam ajudá-lo a alcançar sua meta de vida por um caminho curto (mediante curto-circuito, digamos), mas essa conduta caracteriza justamente os esforços apenas instituais, em oposição aos inteligentes.

Vale destacar, Freud (1920/2010, p. 206) está *produzindo* esse paradoxo. E, com isso, temos a primeira versão produzida do instinto de morte, que de rebote já redefine os instintos/pulsões de autoconservação. E não para por aí.

Logo a seguir são os conceitos de instintos/pulsões *sexuais* que serão redefinidos. Mas o *passo argumentativo seguinte continua na biologia*, mesmo que de uma forma *mais miscigenada com o discurso psicanalítico*¹⁵. Em termos de células germinativas e organismos simples que existem até hoje, é desenvolvido um caminho longo para *redefinir os instintos/pulsões sexuais como instintos/pulsões de vida*. São instintos que, usando a nova ideia de instintos conservadores, *conservam a vida*, num paralelo com as células germinativas (p. 206-7). Estamos justamente no enunciado *da produção de instintos/pulsões de vida que conflitam com os instintos/pulsões de morte* (FREUD, 1920/2010, p. 207-8):

Eles [instintos/pulsões sexuais] são propriamente os instintos [pulsões] de vida; pelo fato de agirem contra a intenção dos outros instintos [pulsões] — que, devido à sua função, conduz à morte —, insinua-se uma oposição entre eles e os demais, cuja importância logo foi reconhecida pela teoria das neuroses.

¹⁵ Por isso escolhi novamente escrever instintos/pulsões e nas citações instintos [pulsões] como tradução do *Trieb*, pelo próprio deslocamento entre um discurso freudianamente biológico e o discurso da clínica psicanalítica, que Freud faz na próxima citação.

Essas reflexões sobre células nos permitem configurar um “dentro” *um pouco diferente* do que havíamos configurando, mas que terá direta relação com os próximos passos argumentativos. Basta apontar que esse modelo da biologia, esse “dentro”, é o dentro “*da vida*”. E esse “dentro” da “vida” tem como fundamento/objetivo atingir a “própria morte”. Em outras palavras, pelo raciocínio biologicamente freudiano, a “vida” que podemos configurar em nossa análise institucional do discurso de Freud é um *conflito interno* entre “*conservar a vida para atingir a própria morte*”. Há uma oposição enunciada por Freud (p. 207-8), mas *há também* uma espécie de relação de necessidade ou complementaridade entre ambas. É um destaque importante, porque todas essas relações são *internas*, desse “dentro” da “vida”.

O capítulo poderia parar por aqui, afinal o que foi produzido já tem peso e importância consideráveis. Talvez, por isso mesmo, Freud *continua*. Parece tentar *assegurar* os fundamentos de suas surpreendentes especulações. Para tanto, começa a responder a um interlocutor que perguntaria algo do tipo: “e tirando esses dois tipos aí de instintos (sexuais/de vida e conservadores/de morte), não haveria um instinto de progresso, ou qualquer outro?” (p. 208).

Ou seja, ele levanta a pergunta sobre a existência ou não de certo “instinto de desenvolvimento” (*contrário* à sua definição de instinto como *sempre conservador*) e segue até o final do capítulo (p. 208-11) *rebatendo* a existência de tal tendência. E *como* ele faz isso? Buscando evidências na *biologia*. Nesse esforço, desenvolve uma ideia que *diferencia* e *constitui* tanto o “dentro da vida” como o “fora dela”, bem como o papel dos instintos (de dentro) no meio dessa interação (FREUD, 1920/2010, p. 209):

Tanto o desenvolvimento superior como a regressão poderiam ser consequências de forças externas que impelem à adaptação, e o papel dos instintos poderia limitar-se, em ambos os casos, a reter como fonte interna de prazer a mudança imposta.

Depois desses argumentos, Freud parece dar uma “cutucada” em qualquer pessoa que acredite num impulso interno que tenha como meta a perfeição ou o “super-homem”. Ele desenvolve toda uma linha de pensamento que justifica o desenvolvimento cultural e humano com os conceitos da teoria psicanalítica (como a repressão da pulsão sexual e um de seus efeitos, a sublimação). E, como as pulsões sexuais foram agora consideradas como pulsões de vida ou Eros, “xeque-mate”! Freud (p. 210-11) finaliza o capítulo dizendo que o impulso ao desenvolvimento pode ser explicado pelos efeitos da repressão/recalque associados a *Eros*, a

pulsão sexual, recém-(re)nascida como “pulsão de vida”. *Consolidando*, portanto, no movimento argumentativo, sua mais nova *produção*: a segunda teoria pulsional.

4.6. Capítulo VI: A MESCLA - lapidando e encaixando a “vida” no “dentro”

O sexto capítulo de “Além do princípio do prazer” é o mais longo do texto, e para nossos fins de análise, pode ser subdividido em três partes:

1ª) *A lapidação do conceito de instinto/pulsão de morte* (FREUD, 1920/2010, p. 211-21), *refinando e legitimando sua concepção* através de uma interlocução com a biologia e o conceito de morte desta (como ciência). É um vai e vem argumentativo, meticoloso, que, ao mesmo tempo, *diferencia e constitui* o conceito *psicanalítico* num confronto com a biologia e com outros curiosos interlocutores (os poetas e filósofos).

2ª) Com a peça lapidada, a segunda parte seria responsável por *encaixá-la na máquina já constituída, alterando-a* (a teoria psicanalítica) *para fazê-la funcionar* (com o conceito de pulsão de morte)! E aqui, as interlocuções são as mais variadas possíveis, desde Darwin até Platão! Engendra-se um *denso* movimento argumentativo, *condicional, lógico* e, como já dissemos, nada linear. São muitos conceitos mobilizados nessa segunda parte! E a produção, *surpreendente* (FREUD, 1920/2010, p.221-32).

3ª) A parte final deste capítulo poderia ser intitulada da seguinte maneira: *uma espécie de carta franca de Freud para seus leitores acerca do que escreveu até agora* (p. 232-5). É um momento em que Freud se *posiciona*, para os leitores e para si mesmo. Temos bem mais verbos enunciados na primeira pessoa do singular, nessa “carta”, do que em qualquer outro momento do texto. É uma passagem muito singular, que em termos analíticos pode ser considerada como um *metadiscorso* (um discurso que fala sobre si mesmo).

4.6.1. Lapidando a “vida” pela “morte”

Freud (1920/2010, p. 211-2) inicia o capítulo VI com a primeira “aresta a ser aparada”: até este momento do texto, se há uma pulsão de morte, como ficaria a oposição de sua teoria pulsional? Uma oposição entre pulsões do Eu (como de morte) e pulsões sexuais (como de vida) é logo descartada já no final do primeiro parágrafo do capítulo (p. 211-2); o caminho argumentativo a ser percorrido partirá do pressuposto de que “todo ser vivo tem de morrer por causas internas” (p. 212). Mas, logo antes de recorrer à biologia, seguem-se alguns enunciados sobre essa suposição e uma espécie de análise dela como uma crença; para isso, os interlocutores eleitos por Freud são os poetas e nós mesmos (todas as pessoas, escritor e leitor, pela imitação subversiva na primeira pessoa do plural, usada repetidamente). É uma reflexão sobre a morte e o sofrimento que ela causa em “nós” viventes (FREUD, 1920/2010, p. 212, *itálicos do autor*):

Lançamos tal suposição [o pressuposto acima] despreocupadamente, porque ela não nos parece uma suposição. Estamos habituados a pensar assim, nossos poetas nos encorajam a isso. Talvez tenhamos nos decidido a fazê-lo porque há consolo nessa crença. Se a pessoa mesma deve morrer, após presenciar a morte dos seus entes queridos, ela preferirá submeter-se a uma implacável lei natural, à soberba *Ἀνάγκη* [*Ananke*, necessidade], do que a um acaso que poderia ser evitado. Mas talvez essa crença na íntima natureza de lei que haveria na morte seja apenas mais uma das ilusões que nós criamos, “para suportar o peso da existência”*.

Embora as aspas indiquem que se trata de voz alheia, Freud não aponta seu autor, como se o leitor soubesse de quem se está falando (e talvez o leitor alemão do começo do século XX realmente compartilhasse essa referência; não sabemos). O tradutor Paulo Cesar adicionou um asterisco e uma nota de rodapé com a citação em alemão, revelando sua fonte: Schiller, mais especificamente uma peça de teatro sua, “*A noiva de Messina*”. É interessante notar que, em ato, Freud (p. 212) traz os poetas, e inclusive dá voz em seu discurso a um deles, para amarrar o leitor. Mas como ainda não é *científico*, “talvez seja uma das ilusões que nós criamos” (p. 212), então o caminho é ir para o discurso da ciência biológica e verificar, lá, qual o conceito de vida e, com muito mais ênfase, o de *morte*.

Os lugares de enunciação desta interlocução já começam marcados por confrontos, e de pronto o saber da biologia questionado sobre o conceito de morte: “...ficaremos espantados em ver a discordância que há entre os biólogos sobre a questão da morte natural, e como lhes

escapa entre as mãos o próprio conceito de morte” (1920/2010, p. 212-3, sublinhados nossos). Talvez por isso, quem começa a discussão biológica por “fatos observáveis”, *argumentando* com o leitor, é o próprio Freud (p. 213), mesmo que ele não se responsabilize pelo enunciado sobre animais e árvores gigantescas (como que usando novamente um discurso de ciência da época, com a neutralidade e imparcialidade).

Daí se segue o *modo de interlocução* com diversos autores-biólogos¹⁶, que se repete até o final dessa primeira parte. A *função* dessas interlocuções é verificar, no campo biológico, se há algum saber que refutaria o pressuposto da morte por causas internas ao organismo. Se o pressuposto não for refutado, então a hipótese da pulsão de morte poderia ser mantida.

Há uma primeira aproximação de concepções entre o autor da biologia A. Weismann e o pensador da psicanálise, no que se refere ao conceito de vida. Por caminhos *diferentes*, ambos os autores chegaram a conclusões semelhantes em seus respectivos campos de pesquisa. No discurso de Freud (p. 213-4), a aproximação dá-se pelo ponto de ataque dos *instintos*. E o discurso aqui é *lógico*, argumentativo: “Isto [a teoria dos instintos como de vida e de morte] soa como um corolário dinâmico da teoria morfológica de Weismann” (p. 214). Mas, no conceito de morte se dá a *discordância* entre as concepções.

Há então uma minuciosa exposição de qual é a concepção que Weismann sustenta acerca da morte, a saber, que esta seria uma aquisição dos organismos multicelulares (p. 214-6). Freud afirmará que essa concepção não auxilia muito a pensar a concepção dos instintos psicanalítica, pois o modelo de “vida” constituído nos capítulos IV e V traz a concepção de uma substância viva na sua maior simplificação, que seria traduzida para o discurso da biologia como um organismo *unicelular*, que já teria os instintos de morte. O discurso de Weismann, sua concepção de morte, então, é logo a seguir descartada: “A meu ver, a discussão que acompanhou as afirmações de Weismann não teve resultados decisivos em nenhuma direção” (p. 216).

Descartada a concepção de morte de Weismann, são mobilizados então outros interlocutores. Deste ponto em diante, a mobilização dentro do campo da biologia, e o que Freud (1920/2010, p. 216-9) faz com ela, é notável, do ponto de vista de seu *modo de produção*.

¹⁶ São diversos autores e diversas obras de alguns, como aparecem nas notas de rodapé das páginas e no próprio corpo do texto desta primeira parte do capítulo (p. 213-19).

Primeiro ele cita um experimento que demonstra a imortalidade dos protozoários (p. 216-7). Em seguida, cita um segundo experimento, realizado por outros pesquisadores, que demonstra que os protozoários, se não houver mudanças externas, também morrem (p. 217). E daí decorre um raciocínio estritamente no campo biológico, *produtivo*, do discurso de Freud (1920/2010, p. 217-219) em que ele argumenta até o ponto de conseguir afirmar que as observações dos dois experimentos acima permitem afirmar que os protozoários também morrem por causas internas. E assim ele consolida, por essas discussões sobre a morte no campo da biologia, a conclusão de que *possibilita, em seu discurso argumentativo, manter a hipótese de instintos/pulsões de morte*. Segundo Freud, não foram encontrados na biologia fatos que afastassem ou contradissem sua nova teoria pulsional (FREUD, 1920/2010, p. 219):

Nossa expectativa de que a biologia prontamente afastasse o reconhecimento dos instintos de morte não se realizou. Podemos continuar nos ocupando de sua possibilidade, se temos outras razões para fazê-lo. A notável semelhança da distinção feita por Weismann, entre soma e plasma germinal, com a nossa separação entre instintos de morte e instintos de vida, continua a existir e mantém seu valor.

Vemos como é o modo de produção freudiano: argumentativo, produtivo, nada linear, e disposto a manter, dos interlocutores, as ideias que lhe fazem sentido, que parecem permitir o prosseguimento de seu pensamento. Se a concepção de Weismann de morte foi *descartada*, não o foi a sua concepção de vida: Freud (p. 219) *manteve-a* para *lapidar* seu conceito e reafirmar a dualidade instintual/pulsional.

Em outras palavras, como resultado de nossa análise, podemos afirmar neste momento do texto que: *no jogo de verdades, Freud joga pelas regras do discurso biológico para legitimar sua produção na psicanálise/psicologia*.

O próximo interlocutor a entrar em cena é “E. Hering” (p. 219), com sua concepção de que na substância viva operam sempre dois processos em direções opostas — os construtivos (anabólicos) e os destrutivos (catabólicos). Uma pergunta é então enunciada: “Podemos ousar reconhecer, nessas duas direções de processos vitais, a atividade de nossos dois movimentos instituais, dos instintos de vida e dos instintos de morte?” (FREUD, 1920/2010, p. 219-20). Neste momento do texto freudiano, isso já é uma *pergunta retórica*, que Freud (p. 220) nem precisaria responder, o que de fato não faz. Em vez disso, coloca outro interlocutor em cena, um que contribui para seu pensamento, para amarrar seu discurso (p. 220): “...inadvertidamente adentramos o porto da filosofia de Shopenhauer, para quem a morte é ‘o

autêntico resultado’ e, portanto, o objetivo da vida, enquanto o instinto sexual é a encarnação da vontade de vida”¹⁷.

E para finalizar essa primeira parte do capítulo VI, que configuramos em nossa análise, temos um parágrafo onde Freud diz: “Procuremos, audaciosamente, dar um passo adiante” (p. 220-21). Este passo consiste numa *inversão* dos lugares de enunciação! Agora são a psicanálise e sua teoria da libido que passam a explicar algumas observações do campo da biologia! Resumidamente, uma parte importante de sua argumentação é retomada nesse último parágrafo (p. 220). Trata-se de uma genérica “opinião geral” (p. 220) somada ao primeiro “fato” que Freud (p. 217) trouxe para reflexão a partir das observações dos dois experimentos biológicos, e que agora retoma, colocando *em ato* já sua *nova produção* (FREUD, 1920/2010, p. 220):

É opinião geral que a união de numerosas células num agregado vital, a multicelularidade dos organismos, tornou-se um meio para o prolongamento da vida. Uma célula ajuda a conservar a vida das outras, e a comunidade das células pode continuar vivendo, mesmo quando células individuais têm de morrer. Já vimos que também a copulação, a temporária fusão de dois seres unicelulares, tem efeito preservador da vida e rejuvenescedor em ambos. Assim pode-se fazer a tentativa de transpor a teoria da libido, produto da psicanálise, à relação das células entre si, imaginando que seriam os instintos vitais ou sexuais atuantes em cada célula que tomam as outras células por objeto, neutralizam parcialmente os seus instintos de morte, isto é, os processos por ele estimulados, e desse modo as mantêm vivas; enquanto outras células fazem o mesmo por elas, e ainda outras se sacrificam no exercício dessa função libidinal.

O final do parágrafo tem o mesmo movimento discursivo, agora aplicando o conceito de narcisismo às células germinais e mesmo às células que destroem o organismo por dentro. Depois de todo esse raciocínio, Freud termina fazendo aquela curiosa interlocução que anunciamos no começo deste capítulo de análise: “Dessa maneira, a libido de nossos instintos sexuais coincidiria com o Eros dos filósofos e poetas, que mantém unido tudo o que vive” (1920/2010, p. 221).

*

¹⁷ No segundo parágrafo do capítulo I (p. 162) há o seguinte enunciado: “Não é de nosso interesse investigar em que medida, estabelecendo o princípio do prazer, nos aproximamos ou afiliamos um sistema filosófico particular, historicamente assentado”. Para a *produção* do *além* do princípio do prazer, porém, o enunciado *mostra* aqui o uso da filosofia, numa aproximação.

4.6.2 A *mescla* como o encaixe primordial

Terminado o jogo argumentativo de legitimação dos instintos/pulsões de morte pela interlocução com a biologia, o olhar passa a ser direcionado para uma revisão da história da teoria da libido na psicanálise (FREUD, 1920/2010, p. 221):

A análise das neuroses de transferência nos impôs, num primeiro momento, a oposição entre “instintos [pulsões] sexuais”, voltados para o objeto, e outros instintos [pulsões], de que tínhamos conhecimento insatisfatório e que designamos provisoriamente como “instintos [pulsões] do Eu”. Entre eles tivemos de reconhecer, em primeira linha, os instintos [pulsões] que servem à autoconservação do indivíduo. Não tínhamos como saber que outras distinções havia a fazer. Nenhum conhecimento teria sido mais importante, para fundamentar uma verdadeira psicologia, do que uma visão aproximada da natureza comum e das eventuais peculiaridades dos instintos [pulsões].

A clínica aparece em seguida (p. 222) *legitimando e, em ato, naturalizando a produção teórica*¹⁸ numa primeira diferenciação entre “amor e fome”, e na ampliação do conceito de sexualidade, pela *produção* de um conceito de instinto/pulsão sexual.¹⁹ Fazendo uma revisão em passos, o seguinte é mostrar como afetou a concepção de “Eu psicológico” desde a primeira topologia até as mudanças que foram realizadas a partir da produção do conceito de narcisismo. E, quase como um anúncio de que esse conceito e suas consequências teóricas serão trabalhados, temos uma interlocução do tipo de *oposição* (FREUD, 1920/2010, p. 222):

É certo que espíritos críticos e longividentes haviam desaprovado, muito tempo antes, a limitação do conceito de libido à energia dos instintos [pulsões] sexuais. Mas eles não informaram de onde lhes vinha a sua maior compreensão, e não souberam dela retirar algo útil para a análise.

Alguém aqui (um interlocutor desconhecido)²⁰ está sendo diretamente provocado — logo antes do momento em que são enunciados os conceitos de introversão de libido e libido do Eu/narcísica, bem como a reformulação dos instintos de autoconservação como derivados das pulsões sexuais, já que há investimento libidinal nesse Eu, também reformulado como genuíno e original reservatório da libido. Ou seja, já pela produção do conceito de narcisismo

¹⁸ Na análise institucional do discurso de “O inconsciente” (FREUD, 1915/2010, p. 99-150), esta discussão é bem trabalhada por Martins-Afonso (2015).

¹⁹ Vale citar que, na história dessa primeira concepção de instintos/pulsões sexuais, temos colocada em ato, pela voz “ácida” de Freud (1920/2010, p. 222) qual foi a reação tensa da comunidade a seu conceito: “...e isso provocou certo escândalo no mundo austero, respeitável ou simplesmente hipócrita”.

²⁰ Pela leitura do narcisismo, é possível reconhecer esse interlocutor: Jung.

aquela oposição primeira entre instintos/pulsões (“do Eu *vs.* sexuais”) fica teoricamente em “xeque”. Mas Freud mantém a oposição original a partir de sua reflexão, dizendo ser esta “*topológica*” (p. 223, *itálicos do autor*), com um conflito entre libido investida no objeto e no Eu²¹. Não apenas essa oposição teórica se mantém, mas também a própria prática clínica assim também fica realimentada. E isso com a naturalização que já destacamos: “E em particular a neurose de transferência, o verdadeiro objeto de estudo da psicanálise, continua a ser resultado de um conflito entre o Eu e o investimento libidinal de objeto” (FREUD, 1920/2010, p. 223).

Neste no momento o que será lapidada não será o conceito de instinto/pulsão de morte, mas a teoria dos instintos sexuais. O movimento argumentativo, enunciado como mais um “passo”, é o de aproximar as pulsões/instintos sexuais ao “Eros que tudo preserva e derivando a libido narcísica do Eu dos montantes de libido com que as células somáticas se apegam umas às outras” (p. 223). Numa frase, retomou seu raciocínio desenvolvido no início do capítulo VI e reformulou os conceitos de pulsões sexuais e de autoconservação como *pulsões de vida*, no discurso da teoria.

A seguir (p. 223-5), são levantadas “críticas” e interlocuções de oposição para, no movimento de rebatê-las, consolidar e legitimar a nova concepção dualista psicanalítica de pulsões/instintos. Movimento retórico que traz os tais “críticos de a psicanálise explicar tudo pela sexualidade” (p. 224) e, como um interlocutor agora explicitamente declarado, *Jung* com sua concepção monista de instintos/pulsões.

Legitimada a concepção dualista e dado o primeiro passo de reformular a teoria da libido, o próximo passo freudiano, ainda “pisando em ovos”²², é relacionar os sentimentos, ou “amor objetual”, em termos de uma oposição entre “amor (afeição) e ódio (agressão)” (FREUD, 1920/2010, p. 225). E é gerada uma grande expectativa, como efeito do discurso, em torno dessa possibilidade, como o ponto de exclamação pode atestar: “Se conseguíssemos relacionar essas duas polaridades, fazer uma remontar à outra!” (p. 225). E ele o consegue, no discurso da teoria! E isso a partir das discussões acerca dos conceitos de sadismo e masoquismo, em termos de pulsões sexuais e pulsões agressivas, seu direcionamento ao

²¹ Marcado pela questão da localização, de orientação de libido, tal como trabalhado nas análises em Guirado (2010) e em Silva (2014).

²² “Na atual penumbra em que se acha a teoria dos instintos [pulsões], não convém rejeitar qualquer ideia que prometa alguma luz” (FREUD, 1920/2010, p. 225). Novamente estamos usando a expressão de Guirado (2018, p. 91).

objeto ou ao Eu, numa rede conceitual ligada à libido narcísica (p. 225-6). Rede densa, que também traz conceitos de suas fases pré-genitais e vai reformulando, de novo pelo ponto de ataque dos instintos/pulsões, as situações em que a agressividade e a sexualidade estão juntas ou separadas.

Todo esse movimento discursivo se dá com o uso *abundante* de “rodeios”, modos indiretos ou hipotéticos de *afirmar* (FREUD, 1920/2010, p. 225): “Se conseguíssemos relacionar...!” (afirmar desejando); “Mas como pode...?” (direcionar interrogando); “Não cabe supor...?” (responder perguntando); pra só *depois* vir um “Então...” como *conclusão*, que segue até o final do parágrafo (p. 225-6):

Podemos dizer, de fato, que o sadismo expulso do Eu mostrou o caminho aos componentes libidinais do instinto [pulsão] sexual; depois estes acorrem para o objeto. Quando o sadismo original não experimenta atenuação ou fusão, produz-se a conhecida ambivalência de amor e ódio na vida amorosa.

Para destacar algo do nosso terceiro eixo de análise, *o modo de produção não-linear e sua tensão*, neste momento específico *a produção teórica se dá por meio desses “rodeios”*! É como se, em ato, Freud (p. 225-6) compartilhasse suas próprias dúvidas e desejos com o leitor. Para usar uma metáfora, bem próxima do “pisar em ovos”, aqui o movimento para ser o “caminhar de um gato”: antes de transferir o peso para a pata da frente, o gato primeiro tateia de leve o solo para ver se é firme e pode continuar.

Parece que o solo foi firme, então o peso é transferido: “Se for permitido fazer tal suposição, estará satisfeita a exigência de oferecer o exemplo de um — deslocado, é certo — instinto [pulsão] de morte” (p. 226, sublinhados nossos). Num momento *produtivo* do discurso da teoria, todos os *cuidados* estão sendo mobilizados para uma espécie de “cautela” acerca do novo conceito. A “peça” (a pulsão de morte) está começando a “encaixar” (na teoria psicanalítica como um todo), mas parece que o autor está num movimento bem mais delicado. Uma “engrenagem” que tem de ser refinada para esse encaixe seria o conceito de masoquismo. A *clínica* e suas “observações e descrições” ocupam o lugar de *legitimar* a concepção primeira de sadismo e masoquismo. Mas agora o *masoquismo*, pelo movimento densamente tecido dos conceitos psicanalíticos, é *reformulado* como *primário* (p. 226-7).

Em nota de rodapé (p. 227), uma nova interlocutora, Sabina Spielrein, é apresentada legitimando, aproximando essas novas reflexões, sobre “componentes do instinto sexual” como “destrutivos”. Bem como A. Stürcke, ainda na mesma nota de rodapé (p. 227), são autores que partilham dos pressupostos psicanalíticos. E, mais do que isso, são apresentados

como quem “antecipou” as discussões que relacionam os “instintos sexuais” à “destruição” ou “morte”. É uma interlocução que mostra, ao mesmo tempo, que há discussões nesse sentido, e mostra também certa “necessidade”, como diz Freud (p. 227), de seguir a produção teórica: “Todos esses esforços, assim como o do texto [*Além do princípio do prazer*], testemunham a necessidade de uma clarificação, na teoria dos instintos [pulsões], que ainda não foi alcançada” (FREUD, 1920/2010, p. 227).

Logo após o “passo do masoquismo ser dado”, temos uma retomada. Daquele “fato”/argumento levantado na primeira parte do capítulo VI (p. 217), retornamos ao campo dos experimentos com protozoários. O autor retoma a ideia de que a fusão de dois organismos unicelulares os “rejuvenesce”, e de que isso pode ser substituído por estímulos externos (água limpa, lá daquele experimento do Woodruff), Freud (p. 227) *produzindo* sua *hipótese autoral* de que a “renovação da vida” se dá pela “introdução de quantidades de estímulos” — fatores *externos*, portanto. Temos então mais um passo na lapidação da teoria psicanalítica (FREUD, 1920/2010, p. 227-8, *itálicos do autor*):

Isto se harmoniza com a hipótese de que o processo vital do indivíduo conduz, por razões internas, ao nivelamento das tensões químicas, ou seja, à morte, enquanto a união com a substância viva individualmente diversa magnifica tensões, introduz como que novas *diferenças vitais*, que depois têm de ser *dissipadas vivendo*.

Esse passo consiste em adicionar, por esse argumento das células, que na tendência dominante da vida psíquica, junto com o princípio do prazer, há algo *além*, “o princípio de Nirvana”, de *abolir* a tensão interna, conduzindo por razões internas à *morte (psíquica?)*. É um momento do texto que Freud volta do campo biológico, rapidamente, para o campo psíquico, porém com importantes consequências (FREUD, 1920/2010, p. 228, *itálicos do autor, sublinhado nosso*):

O fato de havermos reconhecido como tendência dominante da vida psíquica, talvez da própria vida dos nervos, o esforço de diminuir, manter constante, abolir a tensão interna dos estímulos (*o princípio do nirvana*, na expressão de Barbara Low), tal como se exprime no princípio do prazer — é um dos nossos mais fortes motivos para crer na existência de instintos [pulsões] de morte.

Note-se que momento tenso do texto: o “dentro” como “vida psíquica”, aqui (p. 228), aparece configurado “tendendo à morte”, o esforço de abolir a tensão interna dos estímulos. Isso será importante para nossa Discussão adiante.

Na sequência ele muda a direção do olhar, para outro paradoxal enunciado, um “apreciável estorvo, em nossa argumentação” (p. 228). Trata-se de “quanto ao instinto [pulsão] sexual não podermos demonstrar o caráter de compulsão à repetição” (p. 228). E temos então o mesmo modo de interlocução com o campo biológico. Freud (p. 228-9) *o faz* numa busca da “gênese da reprodução sexual e a origem dos instintos sexuais”.

E esse movimento é curiosíssimo! Menos pelas concepções biológicas apresentadas, que mais atestam *a vontade de verdade freudiana* por um “pensamento sobriamente darwiniano” (p. 229), e mais pelo *resultado* desse caminho: Freud descarta a concepção da sexualidade obtida como um “acaso evolutivo” (no campo da biologia)! E por que ele faz isso? Porque em seu movimento argumentativo (FREUD, 1920/2010, p. 230):

Poder-se-á objetar a ela [a concepção de sexualidade acima] que pressupõe a existência de instintos [pulsões] de vida já atuantes nos mais simples organismos, pois de outro modo a copulação, que atua contra o curso da vida e torna mais difícil a tarefa de deixar de viver, não teria sido mantida e elaborada, mas evitada. Logo, se não quisermos abandonar a hipótese de instintos [pulsões] de morte, será preciso conjugá-los a instintos [pulsões] de vida desde o começo.

Este é *um parágrafo chave de todo este texto* (FREUD, 1920/2010), para a produção do conceito de pulsão de morte! Encontramos aqui tanto a *produção* do conceito quanto o seu *modo de produção*! *Mesclar as pulsões de vida e de morte, desde o começo*, a partir de um princípio tão original quanto o surgimento da vida, é um enunciado que parece lhe permitir *continuar pensando com o novo conceito*!! Enunciado de forma *lógica, argumentativa*. Temos tanto um enunciado que reforça *a vida atrapalhando a morte*, quanto uma discussão de pressupostos.

Freud (p. 230) faz o que promete: não abandona a hipótese dessa nova teoria pulsional, *reconhece* como *legítimo* tanto o que o campo da biologia *pôde* quanto o que *não pôde* oferecer para essa sua concepção... e *prossegue*. Num movimento *produtivo*, ele foi *até o limite* do que o campo da ciência pôde oferecer e não parou por aí (FREUD, 1920/2010, p. 230, *itálicos do autor*):

É em outro lugar que deparamos com uma tal hipótese, de natureza tão fantástica, porém — é antes um mito que uma explicação científica —, que eu não ousaria apresentá-la aqui, se ela não satisfizesse justamente uma condição que procuramos satisfazer. Pois ela faz derivar um instinto [pulsão] *da necessidade de restaurar um estado anterior*.

Depois de todo o jogo argumentativo, de todo aquele vai e vem da psicanálise para a ciência biológica/embrionária/evolutiva/química, e também depois dos enunciados que acabamos de ver acima, ele ainda enuncia com “naturalidade” seu novo interlocutor, no enunciado seguinte à citação acima. É aqui que entram em cena Platão e a filosofia, para o *toque final da produção de conceito de pulsão de morte*: “Refiro-me, naturalmente, à teoria que Platão faz Aristófanes exprimir no *Simpósio*²³, que trata não só da origem do instinto [pulsão] sexual²⁴, mas também de sua mais importante variação relativa ao objeto” (FREUD, 1920/2010, p. 230).

A voz de Platão entra em cena quando Freud trata da necessidade de encontrar uma hipótese que sustente, no discurso da teoria, sua nova dualidade pulsional. Ela traz à cena um “ser mítico originário”: um homem-fêmea, onde tudo era duplo, o corpo, os membros, a cabeça, os órgãos genitais, tudo. “Então Zeus partiu esse ser mítico em dois”, e desde então, nessa origem, ambas as “metades” (masculino e feminino) ficaram para sempre desejando fundir-se, abraçar-se, enlaçar-se. Vemos que há uma possibilidade de aproximação desta imagem ou mito de origem com a ideia de as “pulsões sexuais” tenderem à restaurar um estado anterior, reforçando com isso a hipótese de outra modalidade de pulsão (a de morte).

Freud apoia-se em Platão para dizer da convicção do filósofo em ter produzido tal “ser”, o mito de origem do homem e do amor. Na nota de rodapé após a citação (p. 231) é interessante destacar os enunciados onde se argumenta *o porquê de o filósofo enunciar tal teoria*: “...pois Platão não teria adotado uma tal história que de algum modo lhe chegou da tradição oriental, e menos ainda conferido a ela um lugar tão importante, se esta não o tivesse impressionado por seu conteúdo de verdade” (FREUD, 1920/2010, p. 231). Um apoio que talvez tenha sido de valia no momento em que ele, Freud, a partir desses enunciados está diante da condição de afirmar sua pulsão de morte.

Sigamos então com a “deixa de Platão”, no discurso de Freud (p. 232). O que temos? *Um parágrafo inteiro composto por perguntas*, com exceção da última frase que é “Acho que

²³ O tradutor Paulo César adiciona uma nota de rodapé dizendo que traduziu do alemão como Freud o havia escrito em sua citação. Nas traduções para o português, essa obra normalmente é traduzida por *O Banquete* (PLATÃO, 1991).

²⁴ Para contextualizar o leitor, usando as notas de J. C. de Souza (Platão, 1991), temos dois comentários a fazer: 1-) a tradução de “banquete”, segundo J. C. de Souza, seria: “Literalmente, jantar coletivo. Depois da refeição propriamente dita é que havia o simpósio, i.e., “bebida em conjunto”, acompanhado das variadas diversões, entre as quais as competições literárias. (N. do T.)” (Platão, 1991, p. 7, sublinhado nosso).

2-) na citação de Freud traduzida por Paulo César, os personagens estão no momento do texto quando a vez da fala é de Aristófanes, já no *simpósio*. Este cujo tema era “...um discurso de louvor ao Amor, o mais belo que puder” (Platão, 1991, p. 12).

neste ponto devemos parar” (p. 232). Façamos um exercício preliminar, para depois configurarmos nossa análise. Em vez de simplesmente citar o texto de Freud, transcrevamos o trecho com a pontuação alterada, de modo a transformar as perguntas em afirmativas e permitir que o enfoque recaia sobre o *conteúdo* enunciado:

“Devemos seguir a deixa do filósofo-poeta e arriscar a suposição de que a substância viva, ao ser animada, foi desmembrada em pequenas partículas que desde então buscam reunir-se de novo mediante os instintos [pulsões] sexuais (.) De que esses instintos [pulsões], nos quais prossegue a afinidade química da matéria inanimada, gradualmente superam, atravessando o reino dos protozoários, as dificuldades que opõe a tal esforço um meio carregado de estímulos perigosos para a vida, que os obriga a formar uma camada cortical protetora (.) Que essas dispersadas partículas da substância viva alcançam desse modo a multicelularidade e enfim transferem às células germinais, em elevada concentração, o instinto [pulsão] para reunir-se (.) Acho que neste ponto devemos parar (.)”

Bom, são justamente os pontos de interrogação (?), suprimidos do parágrafo citado, que podemos usar como “pontos de ataque” para nossa análise. Após todo um caminho argumentativo, que viemos acompanhando exaustiva e surpreendentemente, temos algo como um “*ponto de chegada*” *marcado* por esses pontos de interrogação. No “final do caminho”, temos *perguntas*. Em outras palavras, podemos destacar e configurar esse parágrafo como um grande “*será isso?*”.

É importante destacar que Freud aqui, no sentido contrário de uma vontade de verdade que produzisse respostas, não faz afirmações. Enuncia uma produção lapidada e encaixada, em forma de *perguntas*! Fica aqui muito mais destacado, e esta é uma característica que temos acompanhado por todo o texto com nosso terceiro eixo de análise, *o modo de produção do conceito* (muito mais do que o próprio conteúdo do conceito). Parece que é mais importante, no contexto deste texto, neste parágrafo (p. 232) *abrir sentidos possíveis para o discurso* do que *produzir verdades*. São pontos de *abertura* do discurso.

Há um sentido mostrado que se constrói numa afirmação na forma de perguntas. Pela perspectiva pragmática da linguagem deste estudo, não é nosso objetivo buscar o sentido atrás dos enunciados. Para a nossa análise, é importante destacar que todos esses enunciados ficam marcados por uma certa opacidade discursiva, que tanto os pontos de interrogação demonstram como a frase final de “Acho que nesse ponto devemos parar.” (FREUD,

1920/2010, p. 232). Nossa pergunta analítica será: *que ponto?* Devemos parar após a enunciação que ao mesmo tempo amarra e abre os sentidos buscados por todo um movimento argumentativo desde o primeiro capítulo? Devemos parar para não seguir a “deixa do filósofo-poeta”? Devemos parar numa hipótese que demonstra uma relação entre instintos/pulsões sexuais desde a origem da vida, e ainda relaciona com o modelo da proteção contra estímulos na vesícula? Devemos parar no ponto onde os instintos/pulsões sexuais passam dos organismos unicelulares para os multicelulares, encadeados na sequência argumentativa das perguntas enunciadas? Ou ainda, e esta pergunta gostaríamos de destacar, *deveríamos parar após a enunciação de uma hipótese que demonstra e se harmoniza com a última peça que parecia faltar para a produção do conceito de pulsão de morte, na mescla com as pulsões de vida?*

Ao mesmo tempo que são enunciados, colocados em discurso para circulação, eles também são colocados como uma incógnita, como pontos de interrogação. *Parece um jogo entre afirmar-perguntando e perguntar-afirmando.* Jogo onde são tecidas relações com o texto todo e com a produção teórica da psicanálise como um todo, na sua produção de sentidos. E o enunciado final retifica, justamente, esse ponto de rarefação no discurso.

É assim que termina essa segunda parte do capítulo VI, com várias perguntas deixadas em aberto. Terminar dessa maneira, com várias perguntas deixadas em aberto, parece indicar que ainda não é o ponto de parar as reflexões. Talvez apenas mudar o caminho. E é o que Freud (p. 232-5) *faz*, muda o caminho e olha para seu próprio pensamento até agora escrito.

*

4.6.3. Uma franca enunciação dos próprios modos de produção

Configuramos o início de nossa terceira parte do capítulo VI a partir da seguinte frase (FREUD, 1920/2010, p. 232): “Mas não sem acrescentarmos algumas palavras de reflexão crítica”²⁵. E essa tal “reflexão crítica” é inaugurada por enunciados repletos de conjugações

²⁵ Em termos de escrita, são palavras bem manejadas para a *coesão textual*, porque Freud consegue “mudar de

verbais na primeira pessoa do singular, *mostrando o ato de Freud se posicionar frente ao leitor* (p. 232):

Talvez me perguntem se e até onde estou convencido das hipóteses aqui apresentadas. A resposta seria que eu próprio não estou convencido nem peço que outros nelas acreditem. Ou, mais precisamente: não sei até onde creio nelas. Parece-me que o fator afetivo da convicção não precisa, de forma alguma, ser considerado aqui.

Para nossos fins de análise, reparem que este modo de se posicionar acontece *concomitantemente* aos momentos em que Freud enuncia a própria convicção (ou não) de suas produções teóricas, sejam aquelas deste texto, sejam as de sua obra escrita até aquele momento. Vejamos esses enunciados, que se distribuem por toda essa terceira parte (FREUD, 1920/2010, p. 232-5):

Não discuto que o terceiro passo na teoria dos instintos [pulsões], que aqui empreendo, não pode reivindicar a mesma certeza dos dois anteriores, a extensão do conceito de sexualidade e a tese do narcisismo. [...] Mas talvez eu tenha superestimado o significado deles [...] Em trabalhos desse tipo, não confio muito no que chamam de “intuição”; o que dela pude ver pareceu-me antes o produto de uma certa imparcialidade do intelecto [...] Creio que cada um é aí dominado por preferências bastante enraizadas interiormente, cujo jogo faz, sem o saber, com sua especulação. [...] Mas acrescento que uma autocritica como esta não obriga a uma tolerância especial para com opiniões divergentes [...]

Bem, não posso negar que algumas analogias, conexões e relações nele encontradas me pareceram dignas de atenção.

A partir desses enunciados configuramos o modo “franco” de Freud (1920/2010, p. 232-5) posicionar-se sobre suas produções e, em ato, mostrar seus *modos de produção*.

Pois é disso que tratam nesses dois parágrafos que compõem essa terceira parte e finalizam o produtivo capítulo VI. Entram em cena, no discurso de Freud (p. 232-5), os seguintes elementos:

– As *produções* teóricas psicanalíticas: a) as estranhas hipóteses que ele acaba de formular; b) o primeiro, segundo e terceiro passo na teoria das pulsões; c) o caráter regressivo das pulsões, d) os processos estranhos e pouco evidentes; e) os empréstimos da biologia.

– E seus respectivos *modos de produção*: a) poder se entregar a um curso de pensamento, para ver aonde vai dar; b) realizar transposições diretas de observações clínicas

assunto” (mudança que nos permitiu demarcar o início dessa “terceira parte” do capítulo VI) ao mesmo tempo que muda concatenando, dando seguimento, encadeando. Ou seja: no plano *do que está dizendo*, ele para, mas continuando; no plano *do como diz*, ele separa, mas ligando. O *que está sendo dito* e o *modo como está sendo dito* convergem.

para a teoria, com as fontes de erro que daí resultam; c) poder ou não superestimar, na transposição, uma ideia — porque quanto mais longe da observação, mais desconfiança da ideia, mesmo sem poder verificar o grau de certeza; d) trabalhar com a linguagem figurada da psicologia (como ciência); e) construir hipóteses na psicanálise a partir da biologia que podem, nesse ato, fundamentar ou implodir uma dada construção teórica (como as pulsões de morte).

Nesses parágrafos, há um movimento muito interessante ocorrendo, em termos de nosso primeiro eixo analítico. Pudemos destacar em diversos momentos do texto cenas de naturalização da teoria, que atribuímos a uma *vontade de verdade*, que para Freud (1920/2010) seria equiparável a *fazer ciência*. Podemos atribuir essa mesma vontade de verdade também a esses dois parágrafos, como podemos notar neste enunciado: “As falhas de nossa descrição provavelmente desapareceriam se já pudéssemos empregar termos fisiológicos ou químicos, em vez dos psicológicos” (p. 234).

Mas aqui é como se Freud estivesse *confrontando* sua *própria vontade de verdade*! E isso, fazendo reflexões sobre os limites e possibilidades de pensar de certa maneira. É um modo de dispor os enunciados muito diferente daquela *cena de verdades* que configuramos na análise do capítulo I. E o que mais se destaca é a legitimação que parece permitir continuar pensando. No último parágrafo do capítulo VI Freud afirma que as incertezas das “hipóteses estranhas” psicanalíticas foram atribuídos aos “empréstimos [tomados] à ciência biológica” (p. 234). E essa interlocução não é por oposição! Aqui, não é a metapsicologia soberana se erguendo contra a biologia, por ter produzido explicações. Trata-se de que a biologia *ainda* não tem respostas para certas questões levantadas no texto, “os grandes problemas da ciência e da vida” (p. 233). A incerteza está na possibilidade — quase uma questão de tempo para Freud (p. 234) — de a biologia *oferecer* respostas! Respostas que poderiam justamente fazer desmoronar todo o movimento argumentativo freudiano, mas que não constituem ameaça capaz de intimidar Freud (1920/2010, p. 234-5):

Se assim for, alguém poderia perguntar para que serve realizar trabalhos como o exposto nesta seção, e para que publicá-los. Bem, não posso negar que algumas analogias, conexões e relações encontradas me pareceram dignas de atenção.

E assim, *quase* termina a franca enunciação dos próprios modos de produção. Quase, porque há uma gigantesca nota de rodapé, que ocupa praticamente a página toda e só deixa duas linhas para os enunciados acima. Freud (p. 235), nesse ponto, é coerente. Não para seu

movimento de pensar. Mas a nota de rodapé — como que “reagindo” aos perigos de um discurso aberto, e buscando *controlar* seus sentidos, *seu acaso e acontecimento* — enuncia como “terminologia” as produções da teoria das pulsões (numa espécie de *resumo*), deixando de lado grande parte do seu modo de produção. Nesta nota de rodapé, a vontade de verdade parece mais forte, também com certa naturalização característica que vimos destacando. Mas há alguns enunciados *tensionando* essa naturalização, trazendo de volta com poucas (mas importantes) palavras os modos de produção.

Cabe destacar, e este é um resultado importante, que esse “resgate” dos modos de produção acontece *apenas* nos momentos *concomitantes* à *enunciação de instintos/pulsões de morte*²⁶. Se não, vejamos (FREUD, 1920/2010, p. 235, grifos nossos):

Eis algumas palavras para esclarecer nossa terminologia, que durante essa discussão experimentou um certo desenvolvimento. [...] Segundo nossa especulação, esse Eros atua desde o começo da vida e surge como “instinto [pulsão] de vida”, oposto ao “instinto [pulsão] de morte”, que se originou pela animação do inorgânico. Ela [nossa especulação] tenta solucionar o enigma da vida mediante a suposição desses dois instintos [pulsões], que lutam entre si desde os primórdios [...] Nossa especulação converteu essa oposição naquela entre instintos [pulsões] de vida (Eros) e instintos [pulsões] de morte.

Essas palavras permitem resgatar, por sua *abertura* de sentidos, os *modos de produção* deste texto. Para nossa análise, são palavras que permitem, neste momento, restituir ao discurso “sua preciosa indeterminação” (GUIRADO, 2018, p. 93).

4.7. Capítulo VII: sobre os próximos caminhos

O capítulo final do “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010, p. 236-239), bem mais curto que os demais, traz algumas palavras finais e uns “ajustes de peças” para amarrar o princípio do prazer e a pulsão de morte. O discurso da teoria psicanalítica é retomado, bem como seu modo de enunciação (pela naturalização). Mas mesmo antes de terminar esses “ajustes”, já se anuncia algo que destacamos do movimento produtivo freudiano: “Aqui seria o ponto para se iniciar novas pesquisas” (p. 238). E ele já inicia (no final do texto!).

²⁶ Resultado importante da análise dessa nota de rodapé (FREUD, 1920/2010, p. 235).

Neste parágrafo final, o “dentro” como “vida psíquica” é configurado já com a mescla das pulsões de vida e de morte, da seguinte maneira (p. 238, sublinhados nossos):

Também chama a atenção que os instintos [pulsões] de vida tenham bem mais a ver com nossa percepção interna, pois se apresentam perturbando a paz, trazendo tensões cuja eliminação é sentida como prazer, enquanto os instintos [pulsões] de morte parecem realizar seu trabalho discretamente.

E daí temos novamente um caminho apontado para questões a serem resolvidas. Depois de todo o movimento discursivo deste texto, os enunciados finais retomam uma *abertura de sentidos*. É como se nesses últimos enunciados a *vontade de saber* estivesse mais “acalmada”. E talvez por isso, um último interlocutor entra em cena para finalizar “a peça” com sua voz, legitimando o simples ato de *pensar* (FREUD, 1920/2010, p. 238-9, *itálicos do autor*):

Temos de ser pacientes e aguardar novos meios e oportunidades de investigação. E permanecer dispostos a abandonar um caminho que trilhamos por algum tempo, se ele parece não conduzir a algo de bom. Somente aqueles crédulos, que exigem da ciência um substituto para o catequismo abandonado, se aborrecerão com o pesquisador por desenvolver ou modificar seus pontos de vista. De resto, talvez um poeta (Rückert, nos *Macamas*, de Hariri) nos console pelo vagaroso progresso de nosso conhecimento científico.

“o que não podemos alcançar voando, devemos alcançar [claudicando. [...]

Segundo as escrituras, não é pecado claudicar.”

Pois bem, depois de tantas *imitações-subversivas*, sigamos *claudicando* então, e passemos para a Discussão desta dissertação.

5. DISCUSSÃO

Agora que temos a análise do texto por completo, podemos começar nossa discussão destacando os quatro eixos analíticos pelos quais tentamos dar conta da pergunta de pesquisa (5.1). Eles serão apresentados em ordem de importância, priorizando-se o que mais se repetiu nos recortes elencados para a construção de sentidos ao longo da análise do texto (FREUD, 1920/2010, 161-239).

Com os resultados da análise, poderemos retomar e aprofundar a discussão iniciada em nossa Introdução, acerca da teoria e da clínica psicanalíticas no discurso de Freud (5.2). Novamente acompanhando de perto o capítulo de Guirado (2018, p. 85-93) que nos orientou para a busca desta pesquisa, poderemos *demonstrar* certas afirmações analíticas ali feitas. Para usar uma expressão de Silva (2014), tomamos “carona” no pensamento de Guirado, e com isso acreditamos ter reunido elementos para continuar o estudo das obras de Freud pela perspectiva da AID. Com as demonstrações empreendidas, esperamos ter mostrado *como* Freud produziu seu conceito de pulsão de morte, na singularidade do recorte que propomos.

Pelo ponto de ataque da *instituição* da teoria psicanalítica, poderemos relacionar a tensão que configuramos na análise dos enunciados na produção da pulsão de morte com o *perigo* do desmoronamento do edifício psicanalítico, este todo baseado em *registros* ou *representações*, trilhando-se pela teoria das pulsões sexuais. O perigo da própria produção do conceito! Quando Freud vai até o fim para pensar o *retorno* de um sofrimento *sem sentido*, *sem representação*, está colocando em risco o próprio dispositivo teórico-clínico da psicanálise. Num momento específico do texto (FREUD, 1920/2010, p. 227-8), quando afirma que junto ao princípio do prazer há também o princípio do Nirvana, que tende a inércia, à *morte psíquica*, há uma tensão-efeito dos enunciados, a qual permite pensar que o inconsciente teria como direção a própria morte.

Como pensar a clínica, ou uma direção de tratamento, se o raciocínio aponta para uma tendência do psiquismo em se anular, aniquilar, “abolir a tensão interna dos estímulos” (p. 228)? O problema é resolvido pela noção de “mescla das pulsões”, com Freud afirmando que, se há pulsão de morte, há também, desde o início, pulsão de vida. Nossa análise do texto pôde dar destaque ao modo como Freud, em seu movimento argumentativo — com interlocuções com a biologia, ora lhe dando, ora lhe oferecendo apoio —, mobiliza todos os recursos que

pode para buscar e justificar o que seria a origem tanto das pulsões de morte, como das pulsões de vida (redesenhadas nessa trama da segunda teoria pulsional).

Por último trataremos da questão da subjetividade produzida no discurso da psicanálise, na singularidade que nossa análise institucional do discurso pôde configurar em o *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/2010). Discorreremos acerca do *acontecimento* que é a produção deste conceito de pulsão de morte, dialogando nossa análise com o capítulo de Guirado (2018, p. 85-93). Entre a subjetividade objetivada no discurso e a produção do conceito de pulsão de morte: o sujeito da mescla das pulsões.

5.1. Dos resultados da análise: os quatro eixos analíticos

Para pensarmos como é produzido o conceito de pulsão de morte, no texto de sua invenção, foram quatro os modos de enunciar que mais se destacaram. Eixos que foram configurados por nossa análise:

a) O modo de produção *não-linear*, do conceito de pulsão de morte, com uma certa *tensão* que acompanha momentos de desvios, suspensões e rodeios *argumentativos*, e mesmo de produção de novos sentidos;

b) A produção de um “dentro” como *vida psíquica*, em especial a partir do capítulo IV com a imagem da vesícula, onde os conceitos de pulsões/instintos têm papel de destaque, incluindo a *mescla das pulsões para poder afirmar* o novo conceito de pulsão de morte;

c) A *vontade de saber/verdade*, configurada quando a teoria psicanalítica aparece no texto ou (i) *naturalizada* como algo que *acontece* na clínica e no mundo (na maior parte do texto), ou (ii) como *algo produzido e relativizado como teoria*, pela especulação (algo que ocorre com menos frequência, mas com importância para o *acontecimento e acaso* do discurso);

d) *Os lugares que a clínica ocupa em relação à teoria psicanalítica* no discurso analisado: seja a clínica como *a reprodução da teoria constituída* (a prática concreta aparecendo como um *comentário* advindo do arcabouço teórico — a repetição da teoria, portanto, ocupando, sobrepondo-se ao lugar concreto da prática); seja para *investigação* e

produção de novos conceitos, como fonte de perguntas e ensejo para a *abertura de novos sentidos*; seja ainda como um lugar de (re)legitimar as próprias hipóteses e *encarnar* as inovações produzidas no plano da teoria.

Os quatro eixos acima não são excludentes entre si. Ao contrário, variam e combinam-se entre si, com o predomínio de um ou de outro conforme o momento do texto. São, sobretudo, frutos dos recortes feitos para pensar *como* se produz o conceito pulsão de morte.

Trabalhemos de maneira a destacar esses resultados, já retomando nossos objetivos de pesquisa, para pensar seus impactos na instituição da teoria psicanalítica.

5.1.1. O modo de produção do conceito de pulsão de morte e a *tensão* no texto.

Antes de iniciarmos propriamente este subitem, cabe uma ressalva. Quando falamos de tensão, a ideia é apontar para uma tensão no modo como os enunciados foram dispostos, ora tendendo para um caminho, ora para outro, num saber que ora se mostra soberano, ora se mostra uma especulação extremada demais em que ninguém precisaria acreditar, por exemplo. A tensão de que falamos aqui vem da ideia de correlações de força na produção de um saber. Em outras palavras, o discurso como alvo de relações de poder. Feita esta ressalva, prossigamos.

Presente desde o título da obra, a maneira pela qual se foi produzindo o conceito de pulsão de morte foi essa *não-linear*, de modo *argumentativo*, do ponto de vista do discurso da teoria psicanalítica, e também da *construção de coerência*, atravessando todo o texto. A maneira pela qual esse modo aparece no capítulo I pode ser pensada a partir do que chamamos na análise de a *suposição-inevitável* do princípio do prazer, além da *cena de verdades* que o vai encerrando. É todo um desenvolvimento argumentativo que tem como efeito promover a *manutenção-legitimação* do princípio do prazer e inflá-lo de força explicativa acerca das significações sobre prazer e desprazer.

As últimas palavras do capítulo I, em que Freud enuncia o caminho para o “problema de que aqui tratamos” (1920/2010, p. 167), dão-nos a oportunidade de problematizar o enunciado e remetê-lo a seus modos de produção por meio de uma pergunta: *Qual é o problema?* Tal questão analítica permite demonstrar uma maneira nada linear de enunciação.

O texto começa com afirmações que parecem mostrar uma *soberania* das explicações metapsicológicas sobre a vida psíquica (assim definida) acerca dos significados de prazer e desprazer, e segue trazendo “contradições” ou “críticas” ao princípio do prazer que só parecem aumentar a força explicativa deste. Sem problemas *anunciados*, o texto inicia-se por certas tensões sobre o saber psicanalítico e em especial sobre o princípio do prazer. Temos então aquela adversativa que acompanhamos de perto na análise do capítulo I, “Mas devemos assinalar que, a rigor, não é correto dizer que...” (FREUD, 1920/2010, p. 164). É uma adversativa que marca ao mesmo tempo o anúncio de uma contrariedade, e Freud posiciona-se como quem *sabe* qual seria ela.

Menos do que a autoridade pela qual o autor enuncia — sobre o que é correto afirmar ou não — para nós é importante a produção de um *problema*, uma questão para a qual Freud ensaia desenvolver um pensamento: “Se assim fosse, a grande maioria dos nossos processos mentais teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, quando a experiência geral contradiz energicamente essa ilação” (p. 164). Ou seja, mesmo que a justificativa para tal afirmação seja essa genérica “experiência geral”, o problema anunciado é este das *sensações de desprazer*: se é assumida a *suposição-inevitável*, o princípio do prazer e sua dominância sobre o curso dos processos da vida psíquica, então *por que há tantas sensações de desprazer na vida das pessoas?*

Apenas no último parágrafo, *depois* da manutenção e fortificação do princípio pelas explicações de certos tipos de desprazer gerados pelo próprio aparelho psíquico (aquele tal qual Freud o formula), coloca-se *o problema* de quais *outras fontes de desprazer poderiam estar atuando na vida psíquica*. Toda uma preparação argumentativa vai sendo engendrada pela suposição-inevitável e pela cena de verdades da teoria.

Preparação esta que *não enuncia um problema de pesquisa!* Apenas dispõe os conceitos preexistentes da teoria psicanalítica de forma que apareçam *para o leitor* como um *saber de peso*. Não há questionamentos anunciados sobre os limites explicativos do princípio do prazer, mas eles aparecem tensionados, porque o discurso todo sugere uma tensão pelo modo *como* se escreve. E tudo isso antecedendo a produção de algo *além* do princípio do prazer. Este *além*, embora continue sendo anunciado por todos os capítulos iniciais (do primeiro ao terceiro), é apenas configurado a partir do capítulo IV. A pulsão de morte, entretanto, só será enunciada, produzida, inventada como tal, a partir do capítulo V (p. 204-8), para aos poucos ser lapidada e encaixada na teoria, nos capítulos VI e VII (p. 211-39).

Como nossos subtítulos da análise de cada capítulo mostram (em especial do capítulo II: caminhos abertos e desvios), o problema de investigação do texto vai sendo *construído*, nos quatro primeiros capítulos: praticamente metade do texto (p. 162-98) para formular ou justificar uma questão. É apenas no final do capítulo III (p. 183-4) que a “compulsão à repetição” de experiências desprazerosas, *nos e pelos desvios de diferentes assuntos* (neuroses traumáticas, sonhos fixados ao trauma destas, a significação de um jogo inventada por uma criança normal, e a repetição na transferência que ocorre na clínica), é enunciada como um *problema* de investigação, *amarrando* todos os temas antes desviados (inclusive as sensações de desprazer não explicitadas no capítulo I). Não apenas amarrando os temas, mas *produzindo* um modo de investigação que os amarra, a “compulsão à repetição”. E o modo de abordar esse problema *segue* essa lógica não-linear, de primeiro enunciar que a especulação será “extremada” (p. 184) e imediatamente abordar uma das suas primeiras construções teóricas, a primeira topologia²⁷ que é mostrada no discurso como a “parte especulativa de minha *Interpretação dos sonhos*, em 1900” (p. 186, *itálicos do autor*).

Pudemos demonstrar, na análise do segundo e do terceiro capítulo, que *concomitante* a certos desvios havia também uma *tensão*, mostrada na forma de *possíveis contradições e limites* da teoria (não mais entre aspas como no capítulo I). Inclusive uma das primeiras teses de Freud, de que o sonho é uma realização de desejo, presente em sua obra de 1900, este *sentido específico*, é primeiramente enunciado e desviado de modo que, conceitualmente, a tendência e o princípio do prazer ficam mantidos. Depois das voltas e do modelo da vesícula produzido no capítulo IV, Freud diz ser possível admitir uma exceção à tese (p. 196). Ou seja, apenas quando a teoria foi coerentemente reconstruída de maneira a manter-se coerente, só então é enunciada uma *exceção*.

O texto todo parece estar sendo *tecido na e pela tensão* dos limites que a teoria apresentava nos momentos apontados. Momentos que, no capítulo IV, se mostram de maneira *extremamente produtiva*, abrindo *novos sentidos possíveis pelo caminho da teoria*, e mobilizando uma vasta e densa rede conceitual para esta tarefa: reconstituir o que acontece “dentro”, como vida psíquica, adicionando uma função anterior e mais primordial do que o princípio do prazer. Esta nova tarefa traz uma explicação nova para todos os temas amarrados pela “compulsão à repetição”. Em outras palavras, novas produções de saberes, ultrapassando

²⁷ Ou primeira tópica, em outras traduções.

limites antes não aventurados até então. E tudo isto antes mesmo da produção do conceito de pulsão de morte, com toda a tensão dos desvios e suspensões.

E daí o movimento que destacamos na análise do capítulo V, novamente seguindo essa lógica não-linear, encadeia temas diferentes de modo a relacionar a “compulsão à repetição” ao “caráter impulsivo”: da criança e seus jogos para a clínica e a repetição na transferência, seguindo para as repetições de toda a vida orgânica pelo ponto de ataque dos instintos/pulsões. Ponto de vista específico que produz (mesmo que enunciado de forma naturalizada) uma *nova concepção* do que seria uma pulsão ou um instinto (p. 201-202): algo que tende a restabelecer um estado anterior, presente em todo organismo vivo desde seus primórdios.

Assim, pela polifonia discursiva, temos uma postulação na ordem do discurso biológico que permite Freud afirmar sua produção na psicologia. Nisto, a palavra *Trieb*²⁸ teve lugar de destaque como uma organização textual (o uso de uma palavra que semanticamente aborda ao mesmo tempo instinto para os animais, impulsos e a concepção psicanalítica de pulsão) articulada com o lugar social do enunciador: Freud, como um psicanalista, que por meio do discurso da ciência se coloca ao mesmo tempo como cientista-psicanalista-pensador-inventor. Tudo isso, mostrando o tempo todo para o leitor qual o caminho argumentativo desenvolvido que permite tal raciocínio. Há um *jogo produtivo* sendo exercido naquele capítulo, e Freud (i) mostra para seus leitores os argumentos e a coerência para falar no campo da biologia, pensar por ele e a partir dele, para depois (ii) trazer elementos com que a psicanálise e a teoria da libido poderiam ajudar na produção de novos saberes em aberto naquele campo (biológico), e ainda (iii) retornar com fôlego para o campo da psicologia/psicanálise, agora com sua produção (a pulsão de morte) legitimada.

Justamente após enunciar a concepção de que um instinto ou pulsão tende sempre a restaurar um estado anterior, temos todos aqueles anúncios acerca da reflexão que se seguirá, aquele destacado “pisar em ovos” (GUIRADO, 2018, p. 91), imediatamente antes do que seria a invenção da pulsão de morte (FREUD, 1920/2010, p. 203):

²⁸ Nesse ponto, a polissemia da palavra *Trieb* foi mobilizada e exercida de maneira radical por Freud, como pudemos mostrar nas análises dos capítulos V e VI. Polissemia que permitiu ao autor tanto a amarração e produção de um novo conceito de pulsão ou instinto na metapsicologia, como uma maneira de enunciar a seguir algo que parece legitimar tal concepção, através de intensa interlocução com o discurso biológico. Comentário lateral: a polissemia é tanto a manutenção (tensional) de sentidos coexistentes, como uma figura que tensiona o “rigor conceitual biunívoco” do discurso científico. Este comentário, de ordem semântica, deve se relacionar ao lugar social do enunciador-Freud para que se torne analítico, como será feito adiante.

Se o que daí resultar parecer “profundo” ou causar impressão mística, sabemos que não nos podem fazer a censura de que buscamos esse efeito. Nós procuramos os sóbrios resultados da pesquisa ou reflexão nela baseada, e não desejamos que eles possuam outra característica senão a da certeza.

[...]

Não se ignore o fato de que o que vem a seguir é o desenvolvimento de uma linha extrema de pensamento, que mais tarde, quando os instintos [pulsões] sexuais forem levados em conta, sofrerá limitação e justificação.

Seguindo com todos os *cuidados e uso de condicionais*, temos as afirmações anunciadas acima, engendradas num momento especulativo em que Freud faz uso daquele modelo de ser vivo elementar, unicelular (a vesícula viva): “Se é lícito aceitarmos...que todo ser vivo morre por razões *internas*, retorna ao estado inorgânico, então...*o objetivo de toda vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existia antes que o vivente*” (p. 204, *itálicos do autor*).

O discurso segue então de modo especulativo, imaginativo, retomando o modelo da vesícula viva, agora pensando em como teria sido originada. É o mesmo movimento empreendido para pensar a origem daquela camada protetora de estímulos, no capítulo IV, mas que agora sonda a própria origem da vida. Freud não deixa de reafirmar o que seria o paralelo dessa imagem biológica; como no capítulo IV, este o ajudaria a pensar como surgiu a consciência (e, em sua esteira, o próprio *inconsciente*). O que se intenta com esse modelo é, justamente, raciocinar em analogia com os “fenômenos da vida”, *tal como teorizados pela psicanálise a partir de sua leitura do que acontece na prática clínica*. Mais do que retomar o modelo, retoma-se também uma maneira de enunciar e, também, de *produzir novos saberes* (FREUD, 1920/2010, p. 204-5).

Tanto a lapidação do conceito de pulsão de morte como as modificações na teoria psicanalítica se dão com essas interlocuções com o campo da biologia, de maneira intercalada e com certa liberdade do autor. Liberdade esta em transitar de um discurso ao outro, mas rigorosamente construindo uma argumentação na ordem do discurso científico, com todas as limitações que este impõe para se poder afirmar algo. Freud foi até o limite onde as pesquisas científicas chegaram no que concerne os conceitos de vida e morte. E não parou seu movimento argumentativo deparando-se com esses “becos sem saída”.

Depois, ainda com a mesma forma de interlocução, mas agora invertendo os lugares de enunciação, pôde explicar pela teoria da libido psicanalítica algo que estava em aberto nas pesquisas biológicas, acerca da manutenção da vida e da interioridade da morte (nas células e

organismos vivos). Tudo isso, pelo raciocínio desenvolvido, para poder afirmar sua hipótese da pulsão de morte. Uma vez postulada por esses caminhos tortuosos e pelos rodeios, há toda essa interlocução, engendrando uma construção de coerência que daria legitimidade para supor-se algo tão fantástico (seja para o leitor, seja para o escritor). Fantástico, em especial, quando a *produção* do conceito parecia caminhar para sua finalização, com o acréscimo da “última peça”: a concepção mostrada na voz do filósofo Platão, citada por Freud (p; 230-1), sobre a origem da Amor e da natureza humana. Para o psicanalista, tal citação era importante tanto pela coerência argumentativa que buscava (ao apoiar-se em tal concepção), quanto por se tratar “não só da origem do instinto [pulsão] sexual, mas também de sua mais importante variação relativa ao objeto” (p. 230).

Embora as condições levantadas pelo próprio autor acabem sendo “satisfeitas” nos capítulos V e VI, a abertura de sentidos chega por meio do jogo de *afirmar-perguntando* e *perguntar-afirmando*. E depois desse parágrafo, uma digressão sobre todo esse caminho e um confronto das ideias e especulações levantadas e seus respectivos modos de produção. Aproximando-nos das palavras de Freud, a digressão levanta a questão acerca da *convicção* das hipóteses e especulações, dos “processos estranhos e pouco evidentes” (p. 234). O saber produzido, portanto, coloca-se em tensão imediatamente após sua invenção. Não sem uma espécie de conflito, onde dois modos distintos de enunciar se apresentam:

- a) Por um lado, produzindo e ao mesmo tempo “questionando” não apenas o conceito de pulsão de morte e a nova dualidade pulsional, mas a própria maneira argumentativa de se chegar até ele;
- b) Por outro lado, acompanha-se *uma tendência* à naturalização deste conceito, que aparece como algo presente em todos os seres vivos e também na clínica.

Este parece ser o modo pelo qual a pulsão de morte é produzida, numa tensão entre um saber hipotético-inevitável (b), tendendo à naturalização, e uma “mera especulação” (a). Nem (a) nem (b), mas *entre ambos*²⁹. Neste texto, o *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/2010), a *produção teórica é constituída nesta tensão*, entre um *saber inevitável* — uma verdade — e uma *construção especulativa*. Mas o peso desta produção, como pudemos demonstrar no final da análise do capítulo VI (4.6.3), está definitivamente mais para sua

²⁹ Um exemplo deste “entre” está na terceira parte da análise do capítulo VI, onde há primeiro os enunciados mostrando os modos de produção (a) e logo a seguir aquela nota de rodapé (b), tendendo à naturalização, com poucas palavras que restituem seus modos de produção. Por isso indicamos uma *tendência* em naturalizar, em fechar o sentido numa *terminologia*, mas que *não fecha*, o discurso se abre, como pudemos demonstrar.

indeterminação, para seu caráter de acontecimento e abertura de sentidos. Em poucas palavras, é um texto *exemplar de um discurso aberto*.

A teoria psicanalítica e a metapsicologia, aparecendo como sinônimos no decorrer do texto, estão nessa constante tensão que *o atravessa*, desde o início (onde aparecem os conceitos já antes trabalhados), passando pela produção de novas ideias e conceitos (como a própria pulsão de morte) até seu final, onde *a tensão* (ou um modo de tentar lidar com ela) dá a cena final da obra. Encerra desta maneira: entre uma certa vontade de verdade (de ser ciência) — que poderia tender à naturalização — e a produção de um saber *como* especulação. Todos esses processos condensados no enunciado que finaliza a obra, onde o verbo *consolar* parece estar amarrando, talvez acalmando, todas as tensões dessa produção teórica, ou melhor, todos os *efeitos* desta produção (FREUD, 1920/2010, p. 239): “De resto, talvez um poeta [...] nos console pelo vagaroso progresso de nosso conhecimento científico”. E voz do poeta entra em cena, já com o “fechar das cortinas” retificando essa *abertura* de sentidos: “*Segundo as Escrituras, não é pecado claudicar*” (p. 239).

5.2. O perigo da produção: a morte (do) inconsciente e o sujeito da mescla das pulsões

Após a configuração da tensão no item acima, trataremos agora mais diretamente de como ela pode ser relacionada ao *perigo do desmoronamento do edifício teórico psicanalítico*, todo este sustentado por uma teoria das pulsões sexuais que, ao dirigirem-se à um objeto, seja na fantasia, seja ao Eu, estariam sempre investindo em *representações* (que podem ser condensadas, deslocadas, recalcadas/reprimidas, enfim...). Retomemos os enunciados de Guirado (2018, p. 91) acerca desta questão:

O pressuposto é que a psicanálise caminha do representável ao irrepresentável na compreensão da vida psíquica. E a trilha conceitual que sustenta tal percurso é a metapsicologia, sobretudo, a teoria das pulsões. Dito desta maneira, tudo parece possível, uma superfície sem arestas e sem oposições. No entanto, nem a Freud as coisas se passaram dessa maneira.

Na nossa análise (4.1) do primeiro capítulo do *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/2010, p. 162-7), vimos como a metapsicologia e o princípio do prazer apareceram com grande força explicativa, incluindo aquela cena de verdades da teoria. *Mas*, e essa adversativa

aqui é importante, aquele capítulo se encerra anunciando que talvez algo novo possa se encaixar na teoria e que “arestas” podem ser “aparadas”.

Na continuação do capítulo de Guirado (2018, p. 91-2), temos a intrincada retomada da teoria das pulsões para justificar o *perigo* citado acima. Na análise que empreendemos, destacam-se dois tipos de enunciados a partir dos quais podemos configurar: (a) qual o perigo; e (b) o que ele ameaça. *Tanto o perigo quanto o que está ameaçado, podemos afirmar: é a teoria psicanalítica.*

a) Os perigos configurados pela análise institucional do discurso de Freud (1920/2010):

1º) Uma explicação etiológica para as neuroses traumáticas: o “terror”, causado pelo fator de surpresa e não preparação para o perigo (falta de expectativa ou *representação* do mesmo) — (p. 168-9);

2º) Os sonhos dos neuróticos traumáticos fixados ao trauma (em estado “cru”, *sem realização de desejo*, ou qualquer tipo de deslocamento, condensação; ou seja, sem recalque/repressão) — (p. 169-70);

3º) Uma brincadeira de uma criança normal que significa uma (re)vivência desprazerosa — (p. 170-3);

4º) Um perigo importante: a busca por operações de tendências *além* do princípio do prazer, *mais primitivas e independentes* dele — (p. 176);

5º) A suposição de uma compulsão na vida psíquica que *sobrepuja* o princípio do prazer — (p. 183);

6º) A hipótese de uma compulsão de repetição que *põe de lado* o princípio do prazer, *mais primordial, mais elementar, mais instintual/pulsional* do que ele — (p. 184);

Após este sexto perigo, dá-se um passo importante para “aparar esta aresta” — a invocação do conceito de *trauma* e a produção de uma tarefa em que o princípio do prazer é posto de lado (mas não revogado), para *primeiro* controlar os estímulos gerados por um rompimento na “camada protetora” (p. 192), mobilizando todo tipo de defesa e “contrainvestimentos”. Este momento já é produtivo, gerando explicações pela teoria acerca dos temas deixados em aberto, inclusive amarrando-os.

Depois disso, temos a produção efetiva do que seria o *primeiro instinto* após a criação da vida: retornar ao inanimado. Ou seja, *a produção do instinto/pulsão de morte é o sétimo (7º) perigo*, e já é perigo tão somente por sua *enunciação* (p. 205). Por quê? Porque é postulado como um instinto *anterior* aos instintos/pulsões sexuais, aqueles que investem em relações amorosas significativas, vida afora. Essa produção já inverte uma concepção costumeira de vida e morte, afirmando que a vida *atrapalha* a morte que o próprio organismo tende a alcançar.

Por fim, o oitavo (8º) consiste na adição do princípio de nirvana ao funcionamento psíquico, carregando consigo a tendência (de dentro da vida psíquica) a anular-se, aniquilar-se — (p. 228).

*

b) Destacados os perigos, vejamos o que é por eles *ameaçado*:

1º) O complexo de Édipo — (p. 177);

2º) A (teoria) da repetição na transferência — (p. 183);

3º) A primeira topologia e sua relação com a memória (p. 186);

4º) A teoria da libido e sua evolução, já que segundo ela os instintos/pulsões sexuais sempre investiriam ou um objeto ou o Eu — (p. 221-3);

5º) A neurose de transferência, na qual sempre haveria conflito entre Eu e libido — (p. 223).

Aí estão, mostrados no texto, a teoria psicanalítica, em sua ampla rede conceitual, e o perigo que configuramos, a partir da busca de um *além* do princípio do prazer. Perigo este que sobressai no texto pelo próprio modo de enunciar (e produzir!) a pulsão de morte.

Reparem que todo esse processo de trazer diante do leitor os perigos e os alvos ameaçados prossegue até o capítulo VI da obra. E depois de acompanhados os raciocínios argumentativos e o rigor das interlocuções com a biologia, o que acontece? *Com o perigo e a ameaça* à teoria que configuramos, com a *tensão*, Freud *prossegue e produz*, resolve o

impasse com a *mescla* das pulsões, afirmando que desde a origem da vida, há sempre instintos/pulsões de vida juntos, mesclados com os instintos/pulsões de morte (p. 230). E segue daí para uma interlocução com a filosofia platônica, sempre em movimento, abrindo seu discurso e continuando a produzir novos sentidos.

No último capítulo do *Além do princípio do prazer*, temos o enunciado que nos permitirá rematar a discussão sobre o *perigo* (FREUD, 1920/2010, p. 238):

Também nos chama a atenção que os instintos [pulsões] de vida tenham bem mais a ver com nossa percepção interna, pois se apresentam perturbando a paz, trazendo tensões cuja eliminação é sentida como prazer, enquanto os instintos [pulsões] de morte parecem realizar seu trabalho discretamente.

Isso de a pulsão de morte realizar seu trabalho silenciosamente, discretamente, leva o perigo para dentro do *próprio dispositivo da clínica psicanalítica*. Neste momento do texto, a *mescla* já foi enunciada e, com ela, foram *preservados* tanto a teoria *como o dispositivo de análise*. Preservados, sim, pois *se a pulsão de morte tem como finalidade e característica certa não-representação, então ela escaparia ao campo possível de análise (na clínica)!*

A prática clínica psicanalítica ficou à beira do abismo, e isso pela própria produção do conceito de pulsão de morte. Este é um efeito discursivo de peso, que parece justificar todos os cuidados e argumentos que Freud (1920/2010) mobilizou em seu texto. Cuidados esses que, em nossa análise, permitiram demonstrar o que seria isto de *um discurso aberto*. Freud, na *tensão* argumentativa que *ele mesmo cria*, é exemplarmente *produtivo*.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS³⁰

FIGUEIREDO, L. C. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1971/1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: **Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, V e VI**. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1976, v. V e VI.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, S. **Obras completas volume 12**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1914/2010. p. 13-50. v. 12.

FREUD, S. O inconsciente. In: FREUD, S. **Obras completas volume 12**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1915/2010. p. 99-150. v. 12.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **Obras completas volume 14**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1920/2010. p. 161-239. v. 14.

FREUD, S. Construções em análise. In **Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, XXIII**. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1937/1976, p. 289-304, v. XXIII.

GUIRADO, M. **Psicologia institucional**. São Paulo: EPU, 1987.

GUIRADO, M. **Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico**. São Paulo: Summus, 1995.

GUIRADO, M. **A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com a aula de Dominique Maingueneau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GUIRADO, M.; LERNER, R. (Orgs.) **Psicologia, Pesquisa e Clínica: por uma análise institucional do discurso**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

GUIRADO, M. **A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2010.

³⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

GUIRADO, M. Clínica e Transferência na Sombra do Discurso: uma analítica da subjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 108-17, 2015.

GUIRADO, M. **A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GUIRADO, M. et. al. (Org.). **A clínica da analítica da subjetividade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GUIRADO, M.; LIMA, M. A.; VEIGA, L. G. C. e W. As clínicas da psicanálise: sutileza e força dos “jogos de verdade” na produção de subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 1-10, 2016.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**: Laplanche e Pontalis. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, M. A. **O paciente e o término da análise no discurso de psicanalistas: uma análise institucional do discurso**. 2007. 230 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOFFREDO, A. M. **Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana**. São Paulo: Escuta: Fapesp, 2014.

MARTINS-AFONSO, F. **Do Inconsciente da metapsicologia ao dispositivo clínico: uma análise institucional do discurso de Freud**. 2015. 90 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEZAN, R. **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MONZANI, L. R. **Freud: o movimento de um pensamento**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989

PLATÃO. O banquete. Tradução José Cavalcante de Souza. In **Platão**. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. 1-53. (Os pensadores).

SILVA, L. B. M. **A produção do conceito de narcisismo em Freud: uma análise institucional do discurso**. 2014. 130 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, P. C. de. **As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, L. G. C. e W. **Interpretação e transferência como instituintes da clínica psicanalítica**. 2006. 199 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIARO, R. V. **Modos de subjetivação na formação em psicanálise: uma análise institucional de discurso**. 2011. 162 f. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

VIARO, R. V. **O “si” da técnica psicanalítica: uma análise institucional do discurso de *O mal-estar na civilização***. 2016. 203 f. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.